

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ

Programa de Pós-Graduação/Mestrado em Desenvolvimento Regional

ALLYNNE COLARES TÁVORA MODESTO

RESEX CAJARI NO SUL DO AMAPÁ: PROCESSO HISTÓRICO
DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICA

MACAPÁ

2013

ALLYNNE COLARES TÁVORA MODESTO

RESEX CAJARI NO SUL DO AMAPÁ: PROCESSO HISTÓRICO DA
ORGANIZAÇÃO POLÍTICA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Amapá, como requisito parcial para à obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Área de concentração: Organização do Território, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Sérgio Monteiro Filocreão.

MACAPÁ

2013

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Central da Universidade Federal do Amapá

333.711098116

M691r Modesto, Allynne Colares Távora.

Resex Cajari no sul do Amapá: processo histórico da organização política /
Allynne Colares Távora Modesto -- Macapá, 2013.
127 f.

Dissertação (Mestrado) – Fundação Universidade Federal do Amapá, Programa de
Mestrado Integrado em Desenvolvimento Regional.

Orientador: Profº. Antônio Sérgio Monteiro Filocreão

1. Desenvolvimento econômico – Aspectos ambientais - Amazônia.
2. Movimentos sociais – Amazônia. 3. Conflitos ambientais. 4. Reserva
extrativista do Cajari – Amapá (AP). I. Filocreão, Antônio Sérgio Monteiro,
orient. II. Fundação Universidade Federal do Amapá. III. Título.

CDD (22.ed.) 370.91734

ALLYNNE COLARES TÁVORA MODESTO

RESEX CAJARI NO SUL DO AMAPÁ: PROCESSO HISTÓRICO DA
ORGANIZAÇÃO POLÍTICA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Amapá, como requisito parcial para à obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Área de concentração:

Data da defesa: _____

Resultado: _____

Banca Examinadora

Prof. Dr. Antonio Sérgio Monteiro Filocreão

UNIFAP (Orientador)

Prof. Dr. Manoel de Jesus de Souza Pinto

Membro (UNIFAP)

Prof. Dr. Adalberto Carvalho Ribeiro

Membro (PPGDAP)

Dedico este trabalho a minha mãe Carmen Távora, o meu exemplo de garra e determinação, a todos os meus irmãos e familiares. E aos extrativistas que mudaram a retórica da história do campo, de um simples tradicional ameaçado, para um novo sujeito articulado, movido de força e resistência e de luta pela equidade social, econômica e política do espaço agrário.

AGRADECIMENTOS

Em tudo devemos louvar a Deus, parece distante para alguns ressaltar o seu nome. Mas ele em minha vida, é que me encoraja e fortalece. Numa passagem bíblica, Paulo diz “quando sou fraco é quando sou forte” e Deus é a minha fortaleza, todo o meu agradecimento é nele, e em Nossa Senhora de Nazaré, mulher exemplar. Mas reconheço que não se caminha só, e que na edificação de qualquer prédio é necessário auxílio, ajuda e irmandade. E nessa cooperação, está o meu orientador, Professor Dr. Filocreão, quase um psicólogo em minha vida, de tanto me vê aflita, e às vezes querendo fraquejar, mas foi firme em acreditar que eu seria capaz. A minha prima Naly que alegra a minha vida, e nessa jornada de estudos sempre me passou uma palavrinha mágica de motivação. Ao meu amado Piero por sempre manter as orações por mim, e compreender a minha ausência, pois é necessário um espaço maior e atenção redobrada aos estudos. As queridas amigas de estrada Rafaele e Kelly juntas formamos uma bela torcida de amigas que se apoiam, e torcem umas pelas outras. Aos extrativistas que fizeram parte desse trabalho, e que merecem todo o reconhecimento de luta, força e resistência. A minha amada mãe, meu tudo. E a todos os meus familiares e amigos que torceram por mais esta etapa alcançada.

“Esta dá estabilidade à vida do homem; é o local da sua habitação; é a condição da sua segurança física; é a paisagem e as estações do ano. Imaginar a vida do homem sem a terra é o mesmo que imaginá-lo nascendo sem os pés”.

(Karl Polanyi)

RESUMO

Os movimentos sociais no campo desencadeados no Brasil a partir da década de 1960 foram essenciais no seu processo histórico para a criação das Unidades de Conservação (UC) nos anos de 1990. Essa metamorfose se apresenta pela mobilização e luta dos povos da floresta contra a má distribuição de terras e o avanço dos latifundiários na Amazônia, o que resultou posteriormente numa ação coletiva organizada e de alavanque por seringueiros, extrativistas, agricultores, pequenos produtores e indígenas. Os novos sujeitos tradicionais, empenhados em por fim nos diversos tipos de conflitos que recebiam dos adversários, latifundiários, posseiros, grileiros, empresas, e do Governo Federal que incentivava a integração da Amazônia de norte a sul sem respeitar a vida do tradicional de força e resistência, ocasionando os diversos conflitos por terras, registrados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT). A violência contra os povos tradicionais são exorbitantes, como (intimidação, assassinatos, prisão, ameaça de morte, tentativa de assassinato, tortura, sequestro, desaparecimento, litígio, roças destruídas, casas destruídas, ameaças de expulsão e expulsão). O que se avalia na trajetória de 1960 à criação da Reserva Extrativista do Rio Cajari à inspeção e organização dos povos da floresta aliados e articulados com os movimentos ambientalistas firmando o socioambientalismo na década de 1990, como tentativa de resolver a deficiência de políticas públicas estruturadas para a Amazônia, e estabelecer metas para a vida do tradicional na UC. Ao qual o extrativista obedeceria a um Plano de Utilização para explorar os recursos de forma sustentável, na tentativa de desenvolver a economia local. A década de 1960 a 1980 os extrativistas irão travar as lutas mediante o “direito a ter direitos”, e a partir da Criação da RESEX Cajari, os extrativistas irão se manifestar numa luta mais organizada, em prol de garantir e estabelecer o seus direitos na participação ativa na RESEX Cajari através de associações, sindicatos e cooperativas.

Palavra chave: Movimentos Sociais, Movimentos Ambientais, Reservas Extrativistas e Desenvolvimento Econômico.

ABSTRACT

The rural social movements triggered in Brazil from the 1960s were instrumental in its historical process for the creation of Conservation Units (CU) in 1990. This metamorphosis is presented by the mobilization and struggle of the peoples of the forest against mal distribution of land and the advancement of the landowners in the Amazon, which subsequently resulted in an organized collective action and leverage by rubber tappers, gatherers, farmers, smallholders and indigenous. The new traditional subjects, finally committed to the various types of conflicts they received from opponents, landowners, leaseholders, squatters, companies, and the Federal Government that encouraged the integration of Amazon from north to south without respecting the life of traditional strength and resistance, causing the various conflicts over land, recorded by the Pastoral Land Commission (CPT). Violence against traditional peoples are exorbitant, as (intimidation, illings, imprisonment, death threats, attempted murder, torture, kidnapping, disappearance, dispute, destroyed fields, destroyed houses, threats of expulsion and deportation). What is assessed in the course of 1960 the creation of the Extractive Reserve Rio Cajari to inspection and organization of forest peoples and allies articulated with environmental movements firming Socioenvironmentalism in the 1990, in an attempt to resolve the deficiency of public policies structured to Amazon, and set targets for the traditional life at UC. To which the extractive obey a Utilization Plan to exploit resources sustainably, in an attempt to develop the local economy. The decade 1960-1980 will lock the extractive struggles through the "right to have rights", and from the creation of RESEX Cajari, foragers will manifest in a more organized fight in favor of ensuring their rights and establish the participation active in RESEX Cajari through associations, unions and cooperatives.

Keyword: Social Movements, Environmental Movements, Extractive Reserves and Economic Development.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1	Tipologia dos Movimentos Ambientalistas.....	23
Mapa 1	Unidades Contempladas pelo Projeto RESEX.....	43
Mapa 2	Reserva Extrativista Chico Mendes.....	53
Mapa 3	Localização da RESEX Cajari.....	74
Foto 1	Vila de Água Branca do Cajari.....	75
Foto 2	Mirante natural - relevo pediplanado.....	75
Mapa 4	Alto e baixo Cajari	85
Foto 3	AMAC - Preparo da massa e a modelagem do biscoito da castanha.....	93
Foto 4	AMAC - Assando o biscoito e finalizando a embalagem.....	93
Foto 5	COMAJA - quebradeiras de castanha.....	101
Foto 6	COMAJA - seleção da castanha de qualidade.....	101
Foto 7	COMAJA - processo de embalagem da castanha.....	102
Foto 8	COMAJA - castanha embalada e encaixotada.....	102
Foto 9	AMAZONTHEC 2012 - Secador Solar.....	103
Foto 10	Sede da COOPERALCA.....	104
Foto 11	Sede da COMAJA.....	104
Foto 12	RESEX Cajari - paisagem.....	107
Foto 13	RESEX Cajari - Rio Cajari.....	107
Foto 14	RESEX Cajari - criação de animais.....	107
Quadro 2	RURAP - famílias assessoradas na RESEX Cajari.....	109
Foto 15	Feira Popular no alto Cajari.....	109

LISTA DE TABELAS

Tabela	1	Violências Contra a Pessoa 1988-1997.....	29
Tabela	2	Brasil – Indicadores de Violência no Campo. Dados anuais 1988-1993.....	48
Tabela	3	As quatro primeiras reservas extrativistas criadas em 1990.....	61

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMAC	Associação de Mulheres Agroextrativista do Alto Cajari
AMAJA	Associação Mista de Agroextrativistas de Laranjal do Jarí
AMAERC	Associação Mista dos Trabalhadores Extrativistas dos Rios Muriacá e Cajari
AMAEX	Associação dos Moradores Agroextrativistas do Cajari
AMAAM	Associação das Mulheres Agroextrativista do Assentamento Maraca
AMBAC	Associação de Mulheres do Baixo Cajari
AMC	Associação das Mulheres do Cajari
ASTER	Associação de Assistência Técnica e Extensão Rural do Território Federal
ASTEX-CA	Associação Agrícola e Extrativista dos Trabalhadores Rurais do Cajari
ASSACAJARI	Associação dos Produtores Agroextrativistas do Médio e Baixo Rio Cajari
ATEXMA	Associação dos Trabalhadores do Assentamento Agro-extrativista do Maracá
BASA	Banco da Amazônia S/A
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CAECA	Associação dos Castanheiros Agua do Extrativista do Maraca
CEDI	Centro Ecumênico de Documentação e Informação
CEMA	Coordenadoria Estadual do Meio Ambiente
COMAJA	Cooperativa Mista do Laranjal do Jarí
COMARU	Cooperativa Mista dos Produtores e Extrativistas do Iratapuru
COOPERCA	Cooperativa dos Produtores Agroextrativistas da Reserva do Rio Cajari
COOPERALCA	Cooperativa Mista dos Extrativistas do Alto Cajari
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CNB	Conselho Nacional da Borracha
CNPT	Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais
CNS	Conselho Nacional dos Seringueiros
CNS-RA	Conselho Nacional dos Seringueiros do Amapá
CPI	Comissão Pró-Índio
CPT	Comissão Pastoral da Terra
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais
IEA	Instituto de Estudos Amazônicos e Ambientais
ICMBIO	Instituto Chico Mendes de Biodiversidade
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MASTER	Movimento dos Agricultores Sem Terra
MIRAD	Ministério Extraordinário da Reforma Agrária
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra
OCEAP	Organização Central das Cooperativas do Estado do Amapá
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OXFAM	Comitê de Oxford de Combate a Fome
PAE	Projeto de Assentamento Extrativista
PDSA	Programa de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Amapá
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PROBOR	Programa de Incentivo à Borracha Vegetal
PRODEX	Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Extrativismo
PROTERRA	Programa Nacional de Acesso a Terra
PPG-7	Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil
RB	Relação de Beneficiários
RESEX	Reserva Extrativista
RESEX CA	Reserva Extrativista do Rio Cajari
RDS	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
RURAP	Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá
SAF	Sistemas Agroflorestais
SASI	Serviços Agrários e Silviculturais LTDA
SEMA	Secretaria Estadual de Meio Ambiente
SINTRA	Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Amapá
SNUC	Sistema Nacional das Unidades de Conservação da Natureza
SUDAM	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
SIPRA	Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária
STR	Sindicato de Trabalhadores Rurais
WWF	World Wildlife Fund
UC	Unidade de Conservação
UDR	União Democrática Ruralista
UNEP	United Nations Environment Program
UNIFAP	Universidade Federal do Amapá

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
2 A LUTA PELOS DIREITOS A TERRA E SEUS REFLEXOS NA POLÍTICA AMBIENTAL NA AMAZÔNIA A PARTIR DA DÉCADA DE 1960	
2.1 MOVIMENTOS SOCIAIS: VERTENTES TEÓRICAS DE AÇÕES SOCIAIS CLÁSSICAS A CONTEMPORÂNEAS.....	11
2.1.1 Movimentos Sociais: Mobilização de Recursos aos Paradigmas dos Novos Movimentos Sociais.....	13
2.2 HETEROGENEIDADES E TIPOLOGIAS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DESENCADEADOS NO BRASIL A PARTIR DA DÉCADA DE 1960 COM INSERÇÃO DA LUTA EXTRATIVISTA PELA POSSE E USUFRUTO DA TERRA.....	18
2.3 RESISTÊNCIAS DOS MOVIMENTOS EXTRATIVISTAS NA AMAZÔNIA CONTRA O MODELO DE EXCLUSÃO E BENEFÍCIOS FISCAIS ADOTADOS PELO GOVERNO A FAVOR DAS GRANDES EMPRESAS E LATIFUNDIÁRIOS.....	24
2.4 A GRILAGEM NA AMAZÔNIA: VIOLÊNCIA E EXPULSÃO DOS POVOS TRADICIONAIS.....	31
2.5 OS EXTRATIVISTAS: CONDICIONANTES DE FORÇA E RESISTÊNCIA QUE IMPULSIONARAM O GOVERNO FEDERAL NA CRIAÇÃO DA RESERVA EXTRATIVISTA DO RIO CAJARI.....	35
3 HISTÓRIA DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DOS EXTRATIVISTAS DA RESEX CAJARI NO SUL DO AMAPÁ	
3.1 CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO CAMPO: ARTICULAÇÃO E ORGANIZAÇÃO POLÍTICA EXTRATIVISTA QUE RESULTOU NA CRIAÇÃO DAS RESERVAS EXTRATIVISTAS.....	41
3.2 MOVIMENTO SERINGALISTA: ADVENTO E CONTRIBUIÇÃO PARA A CRIAÇÃO DAS RESERVAS EXTRATIVISTAS.....	52
3.3 RESERVA EXTRATIVISTA DO CAJARI: REPRESENTATIVIDADE ORGANIZACIONAL ATRAVÉS DAS INSTITUIÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS E GOVERNAMENTAIS.....	62
3.4 FORMA DE ATUAÇÃO E GESTÃO NA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO RESEX CAJARI.....	69

4 OS CONFLITOS E EVOLUÇÕES NA RESEX CAJARI

4.1 RESEX CAJARI: LOCALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO ESPACIAL.....	73
4.2 RESEX CAJARI: VIAS DE ACESSO.....	74
4.2.1 RESEX Cajari: vias de acesso agravante para conflitos.....	76
4.3 SOCIOAMBIENTALISMO NA RESEX CAJARI: RESULTADO DA ALIANÇA DOS POVOS TRADICIONAIS DA FLORESTA E OS MOVIMENTOS AMBIENTALISTAS.....	77
4.4 ESTRATÉGIA DE PRODUÇÃO AGROEXTRATIVISTA DA RESEX CAJARI: A LUTA EM MEIO À CRISE PELO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DA REGIÃO.....	84
4.5 RESEX CAJARI: OS EMPREENDIMENTOS DA CASTANHA COMO ATENUANTE DE DISPUTAS E CONFLITOS.....	89
4.6 RESEX CAJARI: CONFLITOS DE NATUREZA AMBIENTAL.....	110
4.7 RESEX CAJARI: EVOLUÇÃO ECONÔMICA.....	113
Considerações Finais.....	119
Referências.....	122

1 INTRODUÇÃO

Os movimentos sociais desencadeados no Brasil a partir da década de 1960 deram início às lutas camponesas que reivindicavam o direito a terra. Tais movimentos eram compreendidos ou suspeitos durante o período da ditadura de terem ligações diretas com ações comunistas. Não se abstendo dos conflitos desencadeados pelos grandes latifundiários, os camponeses eram alvos de perseguições, violências, expulsões e morte. Fora de sua realidade, os camponeses que dependiam da terra para garantir a sustentabilidade familiar, acabavam sofrendo diversos tipos de conflitos desencadeados através dos projetos governamentais que se instalavam na Amazônia. “Nesta nova fase, os movimentos buscam eixos próprios de orientação de suas demandas” (GOHN, 2012, p. 112).

Logo os movimentos sociais ganharam espaço e formados por homens do campo com apoio de alguns intelectuais se alastraram de norte a sul no Brasil, tendo como adversário a repressão capitalista que negava o direito de se promover a reforma agrária no país. Nesse sentido, a população extrativista sofreu os impactos negativos dessa conduta em depreciar o trabalho das populações extrativistas locais no sul do Amapá. Portanto a força de se organizar politicamente entre associações e cooperativas fez com que os trabalhadores no decorrer da década de 1980 e 1990 começassem a ganhar espaço e direito beneficiário ao usufruto da terra. Nesse aspecto, “Touraine destaca que todo o movimento social tem duas vertentes: uma utópica, a outra ideológica. Quer mudar a vida, mas também quer transformar a sociedade” (GOHN, 2012, p. 109).

É necessário compreender que a sustentabilidade da extração dos recursos da Reserva Extrativista do Rio Cajari possibilita aos agroextrativistas a coleta e o beneficiamento da castanha-do-brasil, extração do palmito e do fruto do açaí, além da pesca e do manejo do camarão, formas estas que permitem também à população local a garantir o sustento familiar.

A necessidade de organização política extrativista partiu do intuito de exigir perante as esferas de governos Federal, Estadual e Municipal a responsabilidade política, econômica e social em relação à proteção ao meio ambiente, aplicando de forma responsável o desenvolvimento sustentável na região sul do Cajari, perante a coleta e beneficiamento dos recursos da reserva, esse “Desenvolvimento local representaria o encontro de grandes fatores, ou tendências, um movimento de contestação aos modelos de desenvolvimento economicistas e pretendia construir uma alternativa viável para o desenvolvimento, em nível local” (RIBEIRO, 2011, p. 127).

O processo histórico da região sul do Amapá, compreendida pelos municípios de Mazagão, Laranjal do Jarí e Vitória do Jarí registra as trajetórias de transformações de caráter político, organizacional e ambiental que se iniciaram no final da década de 1980. As trajetórias apresentam mudanças no cenário ambiental amapaense ao delimitar as Unidades de Conservação (UC's) ¹. A superfície territorial desses três municípios perfaz 46.787,90 km² representando 32,6% do Estado do Amapá, encontrando-se atualmente com 85,3% de seus espaços florestais (39.912,11 km²), legalmente protegidos por unidades de uso especial (FILOCREÃO, 2007).

O espaço territorial fora demarcado através de Reservas e Assentamentos Extrativistas, para onde são conduzidos os principais investimentos de fomento, essa economia de extração passa a ser perpetrada pelo poder público. A região se apresenta através de relevantes áreas de extração vegetal, como seringais, castanhais e açazais, sendo estes responsáveis pela ocupação econômica inicial e pela tradição histórica da atividade de coleta no território amapaense, e este tipo de manejo florestal é “(...) considerado altamente promissor, devido ao baixo impacto ecológico dessa atividade, aliado à existência de mercados potenciais ou consolidados na esfera nacional e/ou internacional” (RIBEIRO; FILOCREÃO; CAMPOS, 2009, p. 52).

A estratégia inicial do governo federal ao se criar as reservas teve o intuito de transformar os principais espaços extrativistas da Amazônia em áreas de uso especial para o usufruto das populações tradicionais. Dessa forma, os primeiros Projetos de Assentamento Extrativistas (PAEs) ficaram sob administração do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), e no início da década de 1990 as primeiras Reservas Extrativistas (RESEXs) sob a responsabilidade do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Alguns governos estaduais caminharam também nesta direção criando as Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDSs) sob a responsabilidade dos seus órgãos ambientais. As UC's foram resultados de lutas políticas das populações extrativistas, visando à garantia de seus espaços de coletas (FILOCREÃO, 2007).

Portanto no sul do Amapá possui aproximadamente 69.280 habitantes, 10,36% da população estadual, segundo o último censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010) sendo que deste contingente, 12.858 habitantes sobrevivem na zona rural através da combinação de atividades extrativistas com a agricultura de corte e

¹ Unidades de Conservação (UC's) é uma tipologia de áreas protegidas. As áreas protegidas são espaços que objetivam proteger e manter a diversidade biológica, os recursos naturais e culturais, através de instrumentos legais ou outros meios institucionais específicos. Esses espaços são criados e geridos nos diversos níveis da administração pública (Federal Estadual e Municipal). (BRITO, 2008, p.2).

queima organizado na forma de unidades de produção familiar. Ou seja, a maior parte dessa população agroextrativista ocupa espaços protegidos destinados ao uso sustentável através dos assentamentos e reservas, organizando-se politicamente em associações locais e cooperativas de trabalhadores extrativistas, sendo representada em nível regional e nacional pelo Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) (FILOCREÃO, 2007).

Os principais investimentos públicos utilizados para viabilizar essas áreas protegidas foram destinados ao fomento da coleta, industrialização, e comercialização de dois principais produtos a castanha-do-pará (*Bertholletia excelsa*), e ou, castanha-do-brasil, e o açaí (*Euterpe oleraceae*), resultando na instalação de três fábricas para o beneficiamento da castanha, uma na RDS do Iratapuru sob a gestão da Cooperativa Mista dos Produtores e Extrativistas do Iratapuru (COMARU), com produção de óleo para a indústria de cosmético; uma fábrica para produção de castanha descascada e embalada a vácuo e produção de óleo em Laranjal do Jarí, administrada pela Cooperativa Mista Extrativista Vegetal dos Agricultores do Laranjal do Jarí (COMAJA) uma fábrica para a produção de castanha dry (desidratada com casca), na RESEX Cajari, administrada pela Cooperativa Mista dos Extrativistas do Alto Cajari (COOPERALCA), e uma indústria para beneficiamento do açaí em palmito na RESEX Cajari administrada pela Cooperativa dos Produtores Agroextrativistas da Reserva do Rio Cajari (COOPERCA) (FILOCREÃO, 2007).

Conforme se observa, os resultados alcançados em tamanho de áreas protegidas e volume de investimentos administrados diretamente pelas organizações representativas das populações extrativistas indicam uma capacidade de organização e luta política de grande amplitude para a realidade rural amapaense. Nesse sentido, essa dissertação buscou responder, as seguintes questões norteadoras:

Como se estruturou no decorrer da história, a organização política das populações extrativistas que resultou na criação da RESEX do Cajari?

Quais os principais fatores indutores dessa organização política?

Quais as principais tipologias de organização e bandeiras defendidas ao longo do tempo na região?

Quais seus principais aliados e adversários políticos ao longo da sua história?

Como compreender se as ações coletivas extrativistas são movimentos sociais, ou apenas mobilizações instantâneas?

Trabalhou-se com a hipótese de que a organização política extrativista se estruturou através das lutas pela terra, tendo em seu contexto histórico os movimentos sociais no campo, no qual reivindicavam uma base rural camponesa com garantias na agricultura familiar e não necessariamente fundamentadas nos movimentos ambientalistas que se mantinham preocupados com os efeitos dos desmatamentos e mudanças climáticas. Nesse sentido, supõe-se que os fatores indutores dessa organização extrativista buscou interromper os conflitos inerentes a questão fundiária, pressionando as esferas de governo na tentativa de criar áreas destinadas aos povos tradicionais, com garantias socioeconômicas das atividades de extração, auxiliadas a manutenção da biodiversidade. Pressupõe-se que a experiência organizativa dos movimentos extrativistas ao longo do processo contribuiu para desencadear diversas tipologias e formas imbricadas de relações de poder apresentados através dos aliados e adversários adquiridos durante toda a trajetória. As bandeiras de lutas defendidas por estas formas de organizações extrativistas tanto a nível local, quanto nacional podem ter inferido na participação e responsabilidade legal do governo em viabilizar áreas destinadas aos tradicionais para o uso especial sustentável, na tentativa de atender as finalidades das quais foram criadas.

Portando, essa dissertação tem como objetivo enfatizar o processo de mobilização e organização extrativista pelo direito ao usufruto da terra, sendo evidentes os conflitos e dificuldades encontradas por estes povos tradicionais, no que diz respeito à participação do Estado no modelo de desenvolvimento pensado para a Amazônia, resultando através das lutas pela terra, as unidades de conservação, e no caso do Amapá, a RESEX Cajari.

No entanto investigou-se de forma incisiva a história da organização política da população extrativista beneficiária da RESEX Cajari no sul do Amapá. Identificando ao longo do seu processo histórico: a criação e regularização desta reserva; os fatores indutores dessa organização; os processos conflituosos que geraram a expropriação de terras por empresas estrangeiras; postura das esferas de governo em prol das UC's; aliados e adversários políticos e a evolução das suas propostas e tipologias.

Investigou-se a história de luta dos atores extrativistas que no decorrer dos tempos se engajaram e firmaram alianças com os movimentos ambientalistas nacionais e internacionais, não sendo apenas condutores de mobilizações instantâneas, mas de mudança de estrutura no campo instaurados na força dos movimentos sociais.

Foram analisadas as condicionantes da criação e regularização da RESEX Cajari buscando compreender o nível de envolvimento das organizações políticas da população beneficiária nas diversas fases do processo.

Constatou-se a participação das organizações dos trabalhadores rurais do Amapá nos processos de desapropriação de terras de empresas estrangeiras ocorridas no Amapá na década de 1980.

Avaliou-se o consenso e dissenso entre as esferas de governos (federal, estadual e municipal) em relação às organizações políticas representativas da RESEX Cajari.

A Amazônia retratou a partir da década de 1980 um processo expressivo de transformações que foram sendo designadas pela intervenção do Estado nos rumos do desenvolvimento regional. Sendo este o resultado das mobilizações extrativistas de lutas pela terra iniciadas a partir da década de 1960 que refletia os conflitos relacionados à questão fundiária. E nos anos de 1980 este movimento firmou a aliança com os movimentos ambientalistas preocupados com a preservação da biodiversidade, imperando a necessidade de “(...) mudança de mentalidade no que se refere ao desenvolvimento sustentável: é preciso inculcar o sentimento de sustentabilidade, a emoção de defender a natureza, a responsabilidade de proteger as reservas” (BUARQUE, 2007, p. 48).

A ação coletiva desses movimentos sociais do campo propiciou um espaço de discussão na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD) também chamada de ECO-92, consagrando o conceito de desenvolvimento sustentável e buscando alternativas econômicas ecologicamente viáveis para o desenvolvimento da região, “contrapondo-se e freando o movimento de ocupação econômica via grandes projetos agroindustriais e minerais, subsidiados pelo Estado, que caracterizou as décadas anteriores com forte impacto sobre a destruição da floresta” (FILOCREÃO, 2007, pp. 20-21).

A luta pela terra advinda dos movimentos sociais no campo aliadas aos interesses para a manutenção da floresta em pé mediante os compromissos assumidos pelo governo brasileiro na Eco 92 denotam a intenção de diminuir a degradação ambiental, garantindo a existência de outras gerações, em que os discursos assumidos pelas esferas de governos salientam o desenvolvimento sustentável como garantia de equilíbrio entre os interesses de natureza econômica, social e ambiental (FILOCREÃO, 2007).

O modelo de desenvolvimento direcionado a Amazônia na década de 1980 e 1990 facilita a entrada de questões ambientais nas propostas políticas de governo. No contexto desta discussão ambientalista, estes governos passam a planejar projetos ou programas. Então, tinha-se para suas circunscrições territoriais como meta a implementação do desenvolvimento sustentável, entretanto sem refletir sobre a nomenclatura apresentada e o seu significado para a realidade amazônica (FILOCREÃO, 2007).

A destruição, derrubada e ou impactos negativos ocorridos na floresta Amazônica aconteciam por diversos fatores, mas o maior deles viria a ser a expansão das grandes e médias propriedades responsáveis por uma relativa parte do desmatamento. Nesse sentido, as atividades econômicas que se desenvolvem sem a derrubada de floresta, como o caso do extrativismo vegetal, acabam sendo mais eficazes nos programas de desenvolvimento do governo federal no final da década de 1980 e nos governos estaduais na segunda metade da década de 1990 (FILOCREÃO, 2007).

Ressalta-se que a estratégia inicial do governo federal seria transformar os principais espaços extrativistas da Amazônia em áreas de usufruto das populações tradicionais, tanto quanto os Assentamentos Extrativistas (PAEs) com a administração do INCRA na década de 1980 e as Reservas Extrativistas (RESEXs) sob a responsabilidade do IBAMA no início de 1990. Quanto os governos estaduais, estes criaram as Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDSs) sob a responsabilidade dos seus órgãos ambientais. A criação dessas unidades de conservação para uso das populações locais extrativistas representa uma grande conquista política, tanto dessas populações na garantia de uso dos recursos florestais na reprodução de suas famílias, quanto do movimento ambientalista nacional e internacional que conseguem criar garantias institucionais capazes de evitar o desmatamento e queima de grande parte do território florestal amapaense, o que significa uma forte contribuição para a manutenção da biodiversidade amazônica e redução da emissão de gases estufa (FILOCREÃO, 2007).

Nessa concepção de sustentabilidade pode ser atribuída como motivação para o surgimento de lideranças e movimentos na região, ao qual segundo o interesse das populações extrativistas em proteger este e outros recursos que são à base de sua economia, aliado à urgência técnica e política em estabelecer modelos de desenvolvimento regional que não representem destruição da floresta amazônica, convergiram para a criação de uma nova categoria de unidade de conservação denominada reservas extrativistas (RESEXs) (ALLEGRETTI, 2002).

O contexto reflete ainda a sociedade através desta pesquisa, analisar, questionar e compreender os aspectos incessantes da organização política extrativista em prol de garantir a sustentabilidade local, compreendendo as pretensões da organização política extrativista para a dos direitos e usufruto da Reserva e dos movimentos ambientalistas atuantes na Amazônia que mantém a responsabilidade em galgar as propostas ecológicas visando proteger a fauna e a flora, mantendo o equilíbrio ambiental da área de proteção. Diante desse ensejo, é válido compreender qual o tipo de comprometimento existente entre as esferas de governo Federal,

Estadual e Municipal, e sua relação para com a RESEX do Rio Cajari no sul do Amapá, priorizando as Unidades de Conservação (UC's) em espaços que podem ser manuseados para fins de manejo da reserva e subsistência familiar mediante as normas do plano de utilização.

A pesquisa se constituiu em um estudo de caso do tipo exploratório². A unidade em análise direciona-se na região sul do Amapá, exatamente na Unidade de Conservação (UC) a Reserva Extrativista do Rio Cajari (RESEX CA). A abordagem é qualitativa³.

A intenção em dissertar sobre esta pesquisa tende a perceber que o conhecimento é parte integrante para que se propaguem novas propostas, e construa uma perspectiva que dissemine o seu teor nas ciências e na história.

Portanto, Thompson (2006):

A objetividade do conhecimento existe, ela é possível por meio do diálogo entre conceito e evidência. Diálogo mantido por sucessivas hipóteses que fazem a interlocução com a pesquisa empírica. Desse processo surge o conhecimento, cujo discurso de demonstração é a lógica histórica.

Nesse ensejo, a pesquisa criou condicionante e se desenvolveu através de um caminho metodológico rigoroso visando analisar em profundidade as questões norteadoras apresentadas e os objetivos direcionados sobre o processo histórico da organização extrativista do Cajari, sendo realizada uma revisão minuciosa das literaturas, tencionando o enriquecimento teórico das discussões estabelecidas entre os diversos autores relevantes a esta tese.

A construção teórica foi elaborada sobre a análise dos discursos das obras dos principais autores que tratam sobre: questão agrária; movimentos sociais e ambientais; tipologias de organização política extrativista e desenvolvimento sustentável; economia. A saber: ALLEGRETTI (2002); BENJAMIN (2004); CASTELLS (2010; 2011); FILOCREÃO (2002; 2007; 2008); FILHO (2007); GOHN (2010; 2011; 2012); PICANÇO (2005); RIBEIRO (2011); SANTILLI (2005; 2009); SILVA (2010); MARX (2012); NASCIMENTO (2005).

² O estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo em profundidade e em seu contexto de vida real, especificamente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente evidentes. (YIN, Robert K. 2010, p. 39).

³ A pesquisa qualitativa é orientada para a análise de casos concretos em sua particularidade temporal e local, partindo das expressões e atividades das pessoas em seus contextos locais. Portanto, a pesquisa qualitativa está em condições de traçar caminhos para a psicologia e as ciências sociais concretizarem as tendências mencionadas por Toumin, de transformá-la em programas de pesquisa e de manter a flexibilidade necessária em relação a seus objetos e tarefas. (FLICK, Uwe. 2004, pp. 28-29).

A pesquisa ressalta a inquietação da população residente na área da RESEX Cajari, conforme Filocreão (2007, p. 315):

Quando o SINTRA começou a atuar na região do rio Cajari, com as populações extrativistas, percebeu-se que apesar dos moradores encontrarem-se ocupando as terras, por dezenas de anos, o INCRA não reconhecia as benfeitorias que eram feitas nos castanhais, como limpeza, construção de paióis, retiros, limpezas dos igarapés. Nesse sentido não se fazia qualquer tentativa para regularização das posses⁴.

Diante das imbricações de organização política na RESEX Cajari, estabeleceu a pesquisa com base no aporte teórico metodológico de Yin (2010), Flick (2002), Gil (2008) da seguinte forma: **a) pesquisa bibliográfica; b) pesquisa documental; e c) trabalho de campo.**

a) Pesquisa bibliográfica: se constituiu nas análises de livros; artigos científicos; publicações periódicas, teses, dissertações, disponíveis em bibliotecas, internet, instituições públicas com finalidade de sistematizar, analisar, discutir e interpretar os diferentes discursos teóricos sobre a temática dos movimentos sociais no campo, tanto na sua dimensão mais geral analisando o processo a partir dos primeiros movimentos organizados no Brasil, quanto local, ao estabelecer as bandeiras de lutas da organização política das populações extrativistas no sul do Amapá. Esse embasamento sobre o processo histórico da organização política dos extrativistas na RESEX Cajari tem a finalidade de identificar a história de luta dos atores extrativistas; as condicionantes da criação e o nível de envolvimento das organizações beneficiárias; o funcionamento e as bandeiras de lutas defendidas no decorrer da década de 1980; processos de desapropriação de empresas estrangeiras ocorridas a partir de 1980; consenso e dissenso entre esferas de governos em relação às organizações políticas representativas da RESEX Cajari.

b) Pesquisa documental: A pesquisa documental se realizou através das consultas sobre os relatórios, mapas, tabelas, jurisdição e ou, outro tipo de documento comprobatório que fundamentaram os aspectos relevantes da dissertação utilizando-os e inserindo-os como parte integrante desta dissertação. A pesquisa documental assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. Mas, enquanto esta se utiliza fundamentalmente das contribuições de diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de matérias que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser

⁴ Pedro Ramos. Entrevista concedida a Antonio Sergio Filocreão. Macapá, jan. 2006.

reelaborados de acordo com os objetos de pesquisa (GIL, 1999). Os acervos das instituições e consulta de pesquisa bibliográfica e documental foram: Comissão Pastoral da Terra no Amapá (CPT/AP), IBAMA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEMA), Sindicato dos Trabalhadores Rurais (SINTRA) e Universidade Federal do Amapá (UNIFAP).

c) Trabalho de campo: essa etapa foi realizada no sul do Amapá, na Unidade de Conservação da RESEX Cajari, na área de Assentamento Agroextrativista Maracá e no município de Laranjal do Jarí, nos dias 11, 12 e 13 do mês de novembro de 2012, através de um grupo de pesquisa da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), a saber, (Desenvolvimento Rural Amapaense). O trabalho foi traçado e elaborado a partir de levantamento de coletas de dados, observando da localidade, postos e associações extrativistas. As técnicas utilizadas para a coleta de dados e informações foram: observação participante ⁵, entrevista semiestruturada - centralizada no problema ⁶ envolvendo os dirigentes e ex-dirigentes das organizações, representantes das associações e cooperativas que atuam ou atuaram na RESEX Cajari e na área de Assentamento Maracá, além dos moradores extrativistas, visando intuir as suas bandeiras de lutas, aliados e adversários.

Considera-se à possibilidade de que esta dissertação contribua para o esclarecimento a respeito da construção histórica dos conflitos fundiários no Brasil, que desencadearam os movimentos sociais no campo, resultando na criação das unidades de uso sustentável como proposta de conciliação entre os extrativistas e as entidades governamentais.

A dissertação está dividida em três seções, esta introdução e as considerações finais.

Na primeira seção se discute a heterogeneidade dos movimentos sociais desencadeados no campo, a questão fundiária, as tipologias ambientalistas, e a postura do governo federal em promover o desenvolvimento e a unificação da Amazônia de norte a sul, acirrando os conflitos agrários.

Na segunda seção abarca a construção histórica dos movimentos sociais no campo a partir da década de 1960, organizando-os como novos sujeitos coletivos e de fortes mobilizações na luta contra o processo fundiário, e o desenvolvimento exacerbado e arbitrário

⁵ A observação participante será definida como uma estratégia de campo que combina, simultaneamente, a análise de documentos, a entrevista de respondentes e informantes, a participação e a observação diretas, e a introspecção. 1989b (apud FLIC, Uwe, p.152).

⁶ A entrevista centralizada no problema, sugerida por Witzel (1982;1985) (...) Caracteriza-se por três critérios centrais: centralização no problema, ou seja, a “orientação do objeto, isto é, que os métodos sejam desenvolvidos ou modificados com respeito a um objeto de pesquisa; e, finalmente, orientação do processo no processo de pesquisa e na compreensão do objeto de pesquisa.

do governo federal na Amazônia. Essas lutas e alianças entre os movimentos sociais e os movimentos ambientalistas resultaram na criação das reservas extrativistas, foco dessa dissertação, a RESEX Cajari.

Na terceira seção se discute a pós-criação da RESEX Cajari, salientando a caracterização espacial e vias de acesso a esta Unidade de Conservação. Relacionam-se os novos sujeitos coletivos mediadores na criação das associações e cooperativas na reserva, e os novos conflitos inerentes a partir da forma de gestão e desenvolvimento econômico local.

3. A LUTA PELOS DIREITOS A TERRA E SEUS REFLEXOS NA POLÍTICA AMBIENTAL NA AMAZÔNIA A PARTIR DA DÉCADA DE 1960.

3.1 MOVIMENTOS SOCIAIS: VERTENTES TEÓRICAS DE AÇÕES SOCIAIS CLÁSSICAS A CONTEMPORÂNEAS.

A teoria clássica sobre os movimentos sociais contivera o campo de estudos até os anos de 1970, contemplando a linha da tradição social-psicológica da escola de Chicago em que a ideia defendida salientava as tensões sociais como causadoras de mudanças psicológicas, e indutoras do comportamento anormal do ser humano.

A contribuição cedida pela escola americana de Chicago durante os anos de 1910 a 1950, na valorização da sociologia como campo de investigação científica, garantiu uma afável produção no campo das relações sociais. A orientação reformista da escola de Chicago buscava “promover a reforma social de uma sociedade convulsionada em direção ao que se entendia como seu verdadeiro caminho, harmonioso e estável” (GOHN, 1997, p. 27).

Os teóricos clássicos da escola de Chicago, a partir do desenvolvimento da psicologia social concentraram os estudos dos movimentos sociais na concepção de mudança social, ao qual “A sociologia deveria buscar formular leis científicas para descobrir como a mudança social ocorria” (GOHN, 1997, p. 27).

A abordagem clássica considerou o comportamento coletivo sendo anormal, ao qual surgem em resposta às transformações sociais estruturais através das tensões que delas emanam, e com o resultado, “(...) uma epidemia de irracionalidade tem início e as pessoas começam a recorrer a modos “não-aceitáveis” de participação (ação não-institucional)” (TONI, 2001, p. 80).

Nas primeiras fases do período clássico norte-americano foram apresentados vários trabalhos voltados às ações coletivas, como Zald (1988), Tilly (1983), Tarrow (1994), mas eles não se referem às ações coletivas em termos de movimentos sociais, no entanto os esclarecimentos sobre as formas de ações através da psicologia social trouxeram contribuições e discussões para que posteriormente outros estudiosos caracterizassem as ações coletivas dependendo de sua especificidade como sendo de movimentos sociais (GONH, 1997).

As teorias clássicas apresentam conforme McAdam cinco modelos que buscam explicar a ação coletiva dos movimentos sociais, a “sociedade de massas, comportamento coletivo, inconsistência de status, privação relativa, e a curva-j” (TONI, 2001, p. 80).

A teoria do comportamento coletivo elucidada os movimentos sociais em termos de respostas as ambiguidades normativas, através das causas das transformações sociais. Para Neil Smelser “Os movimentos sociais surgem por causa de mudanças não assimiladas pela sociedade. Os indivíduos passam de um tipo de integração para outra, mas não as assimilaram” (MALFATTI, 2011, p. 3). Os comportamentos coletivos não convencionais segundo Smelser diferem dos comportamentos rotineiros, pois “Eles teriam componentes irracionais e excepcionais e seriam respostas cognitivas inadequadas para as tensões estruturais que emergiam da modernização” (GOHN, 1997, p. 45).

Os comportamentos coletivos perante a abordagem tradicional norte-americana eram resultados de tensões sociais analisadas a partir da reação psicológica dos indivíduos, pois a “idéia da anomia social estava sempre muito presente, assim como explicações centradas nas reações psicológicas às frustrações e aos medos, e nos mecanismos de quebra da ordem social vigente” (GOHN, 1997, p. 24).

As mudanças sociais não assimiladas pela sociedade de acordo com Neil Smelser e Gusfield podem está associadas à industrialização, a urbanização, o rápido crescimento do desemprego, as mudanças tecnológicas, a migração. As mudanças sociais, apresentadas estão na esfera geral e não particular, e “Tais mudanças têm o poder de romper a ordem normativa de uma sociedade e o rompimento desta ordem aumenta a ansiedade e a hostilidade, induzindo, assim, as pessoas a participar dos movimentos sociais” (TONI, 2001, p. 80).

A teoria da sociedade de massas de acordo com um de seus percussores Kornhauser ressalta que, “(...) a principal causa das tensões estruturais é a ausência de uma estrutura de grupos intermediários por meio da qual as pessoas possam se integrar à vida social e política”. (TONI, 2001, p. 81). A ausência de uma estrutura mediadora acaba isolando os indivíduos, levando-os a sentirem-se alienados e ansiosos, o que poderá contribuir para a violência e o comportamento irracional, pois “As insatisfações que geravam as reivindicações eram vistas como respostas às rápidas mudanças sociais e à desorganização social subsequente” (GOHN, 1997, p. 24)

As situações que levam a comportamentos irracionais segundo Tarrow seguem o a ideia de anomia de Durkheim, em que a modernização exclui o sentimento solidário da comunidade e empenha os sujeitos a procurarem novos papeis e identidades, através do coletivo. (TONI, 2001). A abordagem clássica “(...) dava-se, portanto, grande importância à reação psicológica dos indivíduos diante das mudanças, reação considerada como comportamento não-racional ou irracional” (GOHN, 1997, p. 24).

A teoria da inconsistência conforme Broom e Gerschwender defendem a ideia de disparidade entre um sujeito e uma série de possíveis garantias de sua sobrevivência (educação, renda, trabalho), o que poderá gerar o sujeito a reivindicar os seus interesses pelas garantias que não tivera alcance através dos atos de ação coletiva (TONI, 2001).

As teorias clássicas buscam explicar através do entendimento psicossocial as formas de ações coletivas que agrupam sujeitos desequilibrados e com atitudes irracionais. No caso da teoria da privação relativa, esta denota a frustração dos indivíduos em suas ações coletivas que não se encontram satisfeitos com suas condições materiais em relação ao outro, podendo desta forma determinar o comportamento psicossocial a favor de atitudes coletivas violentas (TONI, 2001).

Os problemas relacionados às formas de ações coletivas violentas conforme explana a abordagem clássica norte-americana “(...) surgiam quando os movimentos sociais não conseguiam ser controlados por seus líderes, dando origem a descaminhos na direção do movimento. A solução seria buscar, cada vez mais, formar lideranças responsáveis” (GOHN, 1997, p. 29).

O enfoque clássico salienta que a teoria da curva-j é uma variável da teoria da privação relativa ao qual procura conciliar a visão de Marx e de Tocqueville sobre as revoluções. Marx em sua análise ressalta que as revoluções eclodem quando a miséria do proletário aumenta em relação à situação econômica da burguesia, enquanto Tocqueville considera que as revoluções são produtos da liberalização de regimes opressivos. As versões teóricas clássicas convergem principalmente quando analisam a característica da ação coletiva quando atingem um nível crítico e excitam as mudanças estruturais, e tais ações são resultados dos efeitos psicológicos das tensões sociais (TONI, 2001).

As ações coletivas foram sendo reanalisadas no processo e suas vertentes implicam na transição dos paradigmas clássicos aos contemporâneos levando-os as novas abordagens que percebiam essas ações como decorrências dos movimentos sociais, estes implícitos nas teorias de mobilização de recursos e nos paradigmas dos novos movimentos sociais baseados na cultura.

2.1.1 Movimentos Sociais: Mobilização de Recursos aos Paradigmas dos Novos Movimentos Sociais.

Os movimentos sociais disseminaram perante as suas ações coletivas mudanças no percurso social, político e econômico da sociedade. Esse choque de transformação inclui

dentro dos movimentos, duas correntes teóricas, salientando um lado mais conservador e ou tradicional difundido por pensadores clássicos inseridos no modelo europeu ao qual defendia a psicologia como base de explicação para os comportamentos coletivos e a nova corrente interpretativa norte-americana denominada de teoria de Mobilização de Recursos (MR) ao qual rejeitava o paradigma tradicional, designando que “Os movimentos também estruturam o seu cotidiano segundo o estoque de recursos que possuem, sendo os principais os econômicos, humanos e de comunicação” (GOHN, 1997, p. 51).

As duas vertentes implícitas sobre as ações coletivas foi o ensejo dentro da discussão dos clássicos aos contemporâneos para o surgimento de um modelo de ação caracterizado de os novos movimentos sociais que fomentaram no Brasil ações e mobilizações sociais a partir dos anos de 1960. As experiências sociais aliadas aos conflitos decorrentes entre os embates culturais e diferentes realidades mostraram que as ações coletivas passariam a ser explicadas dentro do viés dos novos movimentos sociais.

Os paradigmas das teorias sobre os movimentos na Europa seguem a partir das correntes dos novos movimentos sociais através de três linhas “a histórico-política de Claus Offe, a psicossocial de Alberto Melucci, Laclau e Mouffe, e a acionalista de Alain Touraine” (GOHN, 1997, p. 119). Ressalta-se que, os novos movimentos sociais foram objetos da discussão que inferiu os movimentos sociais no campo a partir da década de 1960 e com mais veemência na década de 1970 e 1980 no Brasil, como resultados de transformações a partir das ações coletivas desencadeadas na Amazônia.

A construção dos processos perpassados pelos movimentos sociais explicará dentro das ciências sociais os paradigmas de suas ações, pois “Existe certo consenso em considerar o período da abordagem clássica como aquele que predominou até os anos 60 (...)” (GOHN, 1997, p. 23). E após esse período os novos movimentos sociais em rede ganham notoriedade, e suas práticas passam a ser percebidas em caráter de fortes mobilizações no contexto histórico brasileiro.

A apresentação das teorias clássicas sobre os movimentos sociais e suas formas de manifestações foi sendo discutidas a partir de conceitos contemporâneos que apresentam nesse processo novas vertentes e críticas dirigida a este modelo clássico, pois “(...) trata-se das novas interpretações sobre os movimentos sociais, notadamente, a abordagem “neomarxista” e o “paradigma dos novos movimentos sociais”.” (PICOLOTTO, 2007, p. 157).

As transformações políticas influenciaram sociedade norte-americana ao surgimento de uma nova corrente sobre os movimentos sociais, a teoria de Mobilização de Recursos, ao qual rejeitava a evidência que o paradigma tradicional dava aos sentimentos e ressentimentos

dos grupos coletivos, além do “(...) *approach* eminentemente psicossocial dos clássicos, centrado nas condições de privação material e cultural dos indivíduos” (GOHN, 1997, p. 49).

A abordagem da Mobilização de Recursos irá inferir que a patologia social e a irracionalidade das formas de ações coletivas do paradigma tradicional não sustentavam os movimentos sociais desencadeados na década de 1960, ou seja, as teorias das tensões estruturais, privações e descontentamentos não se enquadravam na nova realidade das manifestações dos movimentos sociais (GOHN, 1997).

Gohn, (1997, p. 24) avalia os comportamentos coletivos na compreensão clássica, ao qual foi rejeitada pela teoria da Mobilização de Recursos:

Os autores clássicos analisavam os movimentos em termos de ciclos evolutivos em que seu surgimento, crescimento e propagação ocorriam por intermédio de um processo de comunicação que abrangia contatos, rumores, reações circulares, difusão das idéias (...). As instalações que geravam as reivindicações eram vistas como respostas às rápidas mudanças sociais e à desorganização social subsequente. A adesão aos movimentos seriam respostas cegas e irracionais de indivíduos desorientados pelo processo de mudanças que a sociedade industrial gerava.

Os comportamentos coletivos perante a abordagem tradicional norte-americana eram resultados de tensões sociais analisadas a partir da reação psicológica dos indivíduos, pois a “idéia da anomia social estava sempre muito presente, assim como explicações centradas nas reações psicológicas às frustrações e aos medos, e nos mecanismos de quebra da ordem social vigente” (GOHN, 1997, p. 24).

O sistema político ao ser desempenhado se atribuía a todos que pudessem estabelecer a capacidade de transformação através da “(...) concepção de democracia elitista e pluralista em que se observam: eleições livres, competição e participação ativa de minorias por meio de partidos e grupos de interesses”. (GOHN, 1997, p. 24). E as formas de ações dos movimentos sociais acabavam se externando como movimentos de características explosivas e que não poderiam influenciar neste sistema, pois “Toda ação coletiva extra-institucional, motivada por fortes crenças ideológicas, parecia ser antidemocrática e ameaçadora para o consenso que deveria existir na sociedade civil” (GOHN, 1997, p. 25).

As ações coletivas no período da Revolução Industrial foram resultados calorosos de fortes tensões, ao qual Marx e Engels escreveram no Manifesto do Partido Comunista se portando aos atritos da Comuna de Paris, ao quais os operários se tornaram os protagonistas na busca incessante de conquistarem o poder e promover o desenvolvimento da sociedade. (PICOLOTTO, 2007). Evidente que tais ações se diferenciam categoricamente dos novos

movimentos sociais instaurados no Brasil que viabilizaram durante o processo a construção da organização política, econômica e com o viés socioambiental e cultural a partir dos anos 1960 a 1980, resultando na participação ativa de lideranças através dos sindicatos, cooperativas e associações.

Segundo Picolotto (2007, p. 158) os movimentos anteriores, no caso os revolucionários do período Industrial tiveram expressividades através da *práxis social* discutida por Karl Marx:

(...) Marx, ao trabalhar o conceito de *práxis*, articulava a atividade prática (ação do movimento) e a teórica (concepção do movimento) num conjunto unitário, voltando-se para o objetivo da transformação social. Assim sendo, o marxismo aplicado ao estudo dos movimentos sociais foi entendido não apenas como uma teoria explicativa, mas como uma teoria que fundamenta a própria ação destes movimentos.

Os estudos dos movimentos sociais sob a compreensão marxista agregam as formas de ações e comportamentos das classes sociais ao quais estavam presentes no processo de produção. Para Karl Marx “(...) a ação social, e nela os movimentos sociais, tem explicação racional, isto é, está alicerçada nos modos de produção. Se os modos de produção variarem, a sociedade também muda. Logo, a sociedade é uma variável dependente dos modos de produção” (MALFATTI, 2011, p. 2).

O processo de acepções dos movimentos sociais como empreendimentos coletivos terminantemente foi sendo redefinidas por diversas correntes clássicas expressas em diferentes teorias, buscando a partir da sociologia a investigação científica. A Escola de Chicago firmou alguns aspectos básicos da teoria da mudança social, em que “(...) a educação e a criação de instituições são seus eixos básicos” (GOHN, 1997, p. 29).

Os movimentos sociais na abordagem clássica definidos por Blumer “(...) surgem de uma inquietação social, derivando suas ações dos seguintes pontos: insatisfação com a vida atual, desejo e esperança de novos sistemas e programas de vida” (GOHN, 1997, p. 30). Ao levar esse conceito a uma abordagem dos novos movimentos sociais ocorridos no Brasil e com ênfase na Amazônia, nota-se que, a concepção do macrossocial sob a relação entre as estruturas da vanguarda militar contrapõem-se aos interesses do sujeito coletivo.

Blumer esclarece que o movimento social é amorfo, ou seja, organizado pobremente, e de certa forma elusivo, e o comportamento coletivo é visivelmente primitivo. Somente com o passar do tempo estes “(...) movimentos se desenvolvem e adquirem as características de

uma sociedade: organização, forma, corpo de costumes e tradições, lideranças, divisão de trabalho duradoura, valores e regras sociais” (GOHN, 1997, p. 31).

A teoria de Smelser evidencia que, Marx havia descoberto o sujeito proletário para os movimentos sociais no século XIX, e para os novos tempos da sociedade pós-industrial surgiram outros sujeitos como as “feministas, regionalistas e ecológicos” (MALFATTI, 2011, p. 3). As formas de ações coletivas anteriores a década de 1960 agregavam outras formas de lutas e conceitos, onde a massa buscava impelir o poder mudando a atuação da estrutura dominante.

As ações coletivas dentro do contexto das Revoluções (francesa, industrial e proletária) foram marcos para que se desencadeassem forças extremas para a derrubada de um regime restrito voltado aos benefícios de uma minoria da classe elitista. As ações manifestadas em massa (termo característicos das revoluções) e ou mobilizações (termo característico dos novos movimentos sociais), ambos desempenharam no seu processo transformações vigentes, articuladas as formas de atuação dos movimentos, ou seja, “Os movimentos específicos são divididos por Blumer em duas categorias: reformistas e revolucionários. As principais diferenças são: o escopo e o alvo de seus objetivos, os procedimentos e as táticas” (GOHN, 1997, p. 34).

Os movimentos sociais clássico, no enfoque de algumas teorias, analisaram a sociedade industrial como foco de ação coletiva inserida no movimento operário. “Especialmente nas décadas de 1960 e 1970, alguns teóricos consideravam esse movimento como um campo de conhecimento à parte do movimento social em geral” (KAUCHAKJE, 2008, p. 671).

O percurso de transformações através das ações coletivas dos movimentos sociais no contexto clássico emergiram novos conceitos desencadeados por profundas mudanças políticas ocorridas na sociedade norte-americana nos anos de 1960 influenciando a uma nova corrente interpretativa sobre as ações dos movimentos sociais, designados de teoria de Mobilização de Recursos (MR). “A nova teoria enquadró as ações coletivas em explicações comportamentalistas organizacionais, rejeitando portanto a ênfase anterior dada pelo paradigma clássico aos sentimentos, descontentamentos e quebras de normas, todos de origem pessoal” (GOHN, 1997, p. 50). E que de certa forma traçará no Brasil um novo perfil de entendimento dentro de um novo paradigma de ação, os chamados os novos movimentos sociais que contemplará as mobilizações discutidas sobre os movimentos sociais dos extrativistas na Amazônia.

Os teóricos dos novos movimentos sociais mesmo trabalhando com as bases conceituais marxistas, estes, negaram a visão funcionalista da cultura predeterminada de normas e valores herdados do passado, pois não caberia explicar a ação coletiva somente no nível das estruturas de classes, ou ações de classes, ou seja, numa determinação macro da sociedade, mas explica-la num novo contexto político e cultural, mostrando o “(...) retorno e a recriação do ator, a possibilidade de mudança a partir da ação do indivíduo, independente dos condicionamentos das estruturas” (GOHN, 1997, p. 122).

A dimensão da vida social do sujeito coletivo imbricados na forma de ação e mobilização através dos movimentos sociais no Brasil foram mecanismos de ações microsociais e culturais que afrontam a realidade norte-americana no nível macro explicada através das instituições de poder na sociedade, relacionadas com os aparelhos estatais. Nesse aspecto os sujeitos sociais passam a ser analisado pelas correntes contemporâneas através das lutas analisadas na teoria dos novos movimentos sociais através das, “(...) suas ações coletivas e pela identidade coletiva criada no processo” (GOHN, 1997, p. 123). Formas estas de ações coletivas atribuídas no campo teórico dos movimentos sociais discutidas nessa dissertação através das fortes mobilizações dos movimentos extrativistas ocorridos na Amazônia, contra o processo fundiário, o avanço dos latifundiários e a forma de integração e desenvolvimento impostos pelo governo federal à Amazônia.

2.2 HETEROGENEIDADES E TIPOLOGIAS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DESENCADEADOS NO BRASIL A PARTIR DA DÉCADA DE 1960 COM INSERÇÃO DA LUTA EXTRATIVISTA PELA POSSE E USUFRUTO DA TERRA.

Inferir o processo de construção de forças que estabeleceram a retórica dos movimentos sociais ⁷ e ou coletivos, e induziram as etapas de organização que ao passar do tempo fora sendo pautada entre os diversos tipos de atores envolvidos, dentre os quais, os extrativistas, intensificando as suas lutas perante o interesse para a autorização de exploração e usufruto da terra; os ambientalistas que excitavam os discursos sobre o equilíbrio ambiental, e o Governo Federal que dispunha do controle das terras em questão. Neste aspecto, “Movimento é um resultado e não o foco inicial da ação coletiva” (GOHN, 2012, p. 67). Faz-

⁷ Movimentos sociais são formas de ação coletiva com algum grau de organização e representam o conflito ou a contradição entre setores da população pela conquista e/ou administração de recursos e bens econômicos, culturais e políticos e, também, para promover modificações e transformações das relações instituídas de uma sociedade, havendo, igualmente, movimentos sociais que almejam a manutenção das instituições sociais. (KAUCHARKJE, p. 675).

se necessário compreender em seu contexto, a forma de inspeção política organizacional introduzida no Brasil e norteadas por esses novos atores ⁸ a partir da década de 1960, que instauraram a priori os movimentos sociais conturbados, e ganharam mobilidade com o passar dos tempos.

A mobilidade é percebida pela forma de organização introduzida durante o processo de conversão de um coletivo sem um mediador, resultando em quebra estrutural, forçando a necessidade para a construção de um novo coletivo direcionado e apoiado por sujeitos dos movimentos sociais, “que saberão fazer leituras de mundo, identificar projetos diferentes ou convergentes se participarem integralmente das ações coletivas, desde seu início, geradas por uma demanda socioeconômica ou cultural relativa ao não reconhecimento no plano dos valores ou da moral” (GOHN, 2012 p. 63).

O desdobramento histórico dos movimentos sociais mediam interesses divergentes na Amazônia ⁹ dos anos de 1960, um montante almejava sua efetivação nas terras em que habitavam e foram expulsos, e por outro lado a grilagem e o processo fundiário que o imperava. Para a compreensão dessa conjuntura que engloba os fenômenos dos movimentos sociais, repercutindo diante de suas diversas identidades, foram sendo realizadas análises através de teorias e redes de mobilização, que posteriormente inseriram e ou consideraram os extrativistas como parte integrante desse novo modelo de movimento social estabelecido na Amazônia. “Nesta acepção, mobilização é uma categoria gêmea da participação” (GOHN, 2012, p. 65).

O período dos anos de 1950 a 1960, irá se destacar através dos manuais de ciências sociais em que parte dos estudos específicos abordava os movimentos no contexto das mudanças sociais, e os viam como fontes de conflitos e tensões, fomentadores de revoluções, revoltas e atos considerados anômalos no contexto dos comportamentos coletivos vigentes (GOHN, 2012).

Os movimentos sociais serão compreendidos através das análises das ações coletivas que ocorreram desde o século XIX no período da Revolução Industrial e que deram o passo inicial para a transição no século XX. As inúmeras facetas das ações sociais terão o intuito de abster-se de qualquer tipo de exclusão e ou exploração. Pois “um movimento social é sempre

⁸ Os movimentos sociais são um dos atores (...) um ator relevante para a constituição de sujeitos políticos. (KAUCHARKJE, p. 672).

⁹ O conceito de Amazônia está fortemente ligado à imensa área ocupada pela floresta equatorial latifoliada, que, como se sabe extravasa a região Norte, invadindo parte do Mato Grosso, Goiás e Maranhão. (OLIVEIRA, 1995, p. 10).

expressão de uma ação coletiva e decorre de uma luta sociopolítica, econômica, ou cultural” (GOHN, 2012, p. 14).

Nessa perspectiva gerou-se a priori a dúvida em relação ao tipo de força movida pelos extrativistas, que os denominariam dentro de uma ação coletiva que conseguiram se organizar politicamente, porém os classificariam ou não como um movimento social. Podendo se estabelecer apenas como uma ação coletiva de um grupo, aliados a interesses particulares e ou, do coletivo, sem a intencionalidade de mover tantas mudanças nos aspectos sociopolíticos e econômicos, pois, “os males da sociedade, são vistos como resultados de uma ordem social criada pelos próprios indivíduos” (GOHN, 2012, p. 68).

Analisa-se que, dentro dos conflitos no campo havia várias categorias: os extrativistas (castanheiros e os seringueiros), os indígenas, ribeirinhos, caboclos, entre outros e cada um buscavam reivindicar os interesses do seu coletivo. Porém, esses interesses externavam uma mudança em longo prazo. Logo, percebe-se que as ações movidas pelos extrativistas, eram de cunho de movimento social, pois a compreensão dos movimentos sociais que designaram formas de ações coletivas expressadas em diversas intencionalidades, e que reforça um caráter “sociopolítico e cultural, que viabilizam distintas formas da população se organizar e expressar suas demandas” (GOHN 2011, p. 13).

Os extrativistas exploravam as terras para garantir a sua sobrevivência, em contrapartida sua mão de obra era explorada por grandes empresas que se beneficiavam dos produtos de extração e ganhavam uma boa rentabilidade comercial. Esses impasses culminavam em desentendimento entre as partes, além de acentuarem a crise econômica da comunidade local mediante a busca de novas alternativas para suprir a sustentabilidade familiar, como a extração madeireira não manejada e atividades agropecuárias que aumentam o índice de desmatamento contribuindo com a perda da biodiversidade (RIBEIRO; FILOCREÃO; CAMPOS, 2009).

No entanto, as etapas relacionadas sobre o processo de edificação político-organizacional dos extrativistas, não ocorrera pacificamente. Para compreendê-lo, resgataram-se alguns atores-participantes que auxiliaram na construção dessas análises, e foram responsáveis em mudar a trajetória do contexto histórico extrativistas, interferindo diretamente na efetivação posterior a década de 1990 para a implantação das Reservas Extrativistas – RESEX’S, sendo o foco dessa pesquisa, os extrativistas da Reserva Extrativista Rio Cajarí no Sul do Amapá, onde “A organização política dos moradores da RESEX Cajari tem início nos anos de 1980 com denúncias de agricultores contra a empresa Jari” (RIBEIRO, 2011, p. 182).

Em contrapartida, os extrativistas sofreram e sofrem em seu percurso, diversos tipos de violência, inserido na categoria: os conflitos por terra. Para compreendermos este termo, Lazzarin (2005 p. 14) ressalta:

Conflitos por terra: são ações de resistência e enfrentamento pela posse, uso e propriedade da terra e pelo acesso a seringais, babaçuais ou castanhais, quando envolvem posseiros, assentados, remanescentes de quilombos, parceiros, pequenos arrendatários, ocupantes, sem terra, seringueiros, quebradeiras de coco babaçu, castanheiros etc.

A violência no campo, que afetaram diretamente os extrativistas da Amazônia, perdurava uma estrutura sombria designada por assassinatos, tentativa de assassinatos, ameaçados de morte, entre outros, percebendo “uma autêntica situação de litígio” (ANDRADE, 2003, p. 53). Essa conjunção de fatos possibilitou aos extrativistas a travarem uma guerra dentro da Amazônia, “na área rural, a luta social recrudesciu e os movimentos sociais com perfil de lutas de resistências e classistas cresceram e tiveram o seu auge” (GOHN, 2011, p. 30). O temor em requerer os seus direitos nunca os desarmou, e mesmo em situação de risco, os extrativistas deram os primeiros passos para garantir a extração dos produtos, o usufruto da terra e outros benefícios, estes, sentenciados pela dinamização capitalista.

O governo no Brasil em meados da década de 1950 imperava o discurso das reformas de base, que concomitantemente, se referia de forma superficial à questão fundiária, questão esta, que inferiu de forma desordenada a má distribuição de terras em nosso país atribuídas desde a Lei de Terras¹⁰, e fora o ensejo para as tentativas de decapitação dos camponeses. Ressalta-se que o período da ditadura, silenciava de forma dolorosa muitas ações coletivas, que nasciam e morriam sem conseguirem ser escutados. Muitos aclamavam somente o direito de uma reforma agrária justa e que atendessem todos aqueles, que da terra dependiam, desde o pequeno agricultor ao extrativista. “De toda a forma, há no agir coletivo desses grupos um processo de aprendizado e um processo de construção de saberes” que explica as contradições dentro do campo agrário (GOHN, 2012, p. 58).

Nesse ensejo, os movimentos sociais, se apresentarão em diversas tipologias, dentre as quais irão se caracterizar pelas formas de relações de poder atribuídas as categorias do processo coletivo, e instaurado através das manifestações. Em suma, a identidade coletiva, percebida como primária, viria estruturando as demais ao longo do tempo, pois “para Gramsci

¹⁰ A discussão sobre a propriedade da terra arrastou-se lentamente até 1850, quando foi editada a Lei nº 601. Conhecida como Lei de Terras, determinava que a terra só poderia ser adquirida pela compra, o que acabava com o sistema de posse. (FLEXA; MACHADO; MODESTO, 2010. p. 10).

interessam a formação do homem, a sua experiência, a sua possibilidade de modificação (não “o que é o homem?”) (RAGAZZINI 2005, p. 38).

A experiência do homem inserido no coletivo faz parte da construção das identidades, pois “Vale-se da matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso” (CASTELLS, 2010, p. 23).

A experiência dos grupos salientam as tipologias exercidas nos movimentos inerentes a sua causalidade com terra, e tecem em suas funções, ramificar as identidades, os adversários e os objetivos que dimensionam a natureza coletiva, atrelados ao potencial das relações intrínsecas do poder. A relação do poder ao ser aplicado ao coletivo irá manifestar as ações em disputa, articulados nas causas e consequências imbricados na força, persuasão, controle e regulação. No entanto “A identidade é criada de fora para dentro do grupo, por meio de incorporação em projetos e programas sociais que contemplam políticas de identidade, identidades estratégicas, voltadas para a realização dos objetivos” (GOHN, 2012, p. 67).

As tipologias dos movimentos sociais serão discutidas por etapas, para a compreensão da contextualização histórica que levaram o Brasil a mobilizar diversos atores sociais e a questionar o sistema de controle e dominação militar. Neste processo diferencia-se o tipo de ação aplicada entre o coletivo do campo (extrativistas, indígenas, caboclos e etc.) dos ambientalistas. Ressalta-se que, “O pensamento e a política evolucionários só podem existir mediante uma perspectiva global. A relação de harmonia entre as pessoas e seu meio ambiente começa na comunidade local” (CASTELLS, 2010, p. 159).

Nesse entendimento o ambientalismo lança o seu desafio à desordem ecológica global, ou seja, o risco de suicídio ecológico, provocado pelo desenvolvimento global desenfreado e pelo desencadeamento de forças tecnológicas sem precedentes e sem que sua sustentabilidade cultural e política e seu caráter de movimento social pró-ativo, e não reativo sugerem um tratamento analítico diferenciado para o ambientalismo, que se distingue dos movimentos defensivos erigidos sobre trincheiras de identidades específicas (CASTELLS, 2010).

Os movimentos ambientalistas ganharam notoriedade no Brasil somente na década de 1980, porém as ações coletivas no contexto dos movimentos sociais extrativistas foram o fator decisivo em todo o processo para que o governo federal tomasse a iniciativa de criar as unidades de conservação. No entanto, os movimentos sociais extrativistas em relação aos movimentos ambientalistas tinham propósitos diferenciados, o primeiro lutava pelo direito a

terra, e o segundo pela defesa ambiental, e no Brasil esta relação implicará numa aliança de interesses entre ambos.

As ações coletivas, políticas e discursos agrupados sob a égide do ambientalismo são tão diversificados, que para melhor ilustrá-lo Castells (2010, p. 143) demonstra através das seguintes tipologias distribuídas no quadro 1:

Quadro 1 – Tipologia dos Movimentos Ambientalistas

Tipologia dos movimentos ambientalistas			
Tipo exemplo	Identidade	Adversário	Objetivo
Preservação da natureza (Grupo dos Dez, EUA)	Amantes da natureza	Desenvolvimento não-controlado	Vida selvagem
Defesa do próprio espaço (Não no meu Quintal)	Comunidade local	Agentes poluidores	Qualidade de vida/saúde
Contracultura, ecologia profunda (<i>Earth first!</i> , ecofeminismo)	O ser “verde”	Industrialismo, tecnocracia e patriarcalismo	“Ecotopia”
<i>Save The Planet</i> (Greenpeace)	Internacionalistas na luta pela causa ecológica	Desenvolvimento global desenfreado	Sustentabilidade
“política verde” (<i>Die Grünen</i>)	Cidadãos preocupados com a proteção do meio ambiente	Estabelecimento político	Oposição ao poder

Fonte: Castells (2010)

Essas tipologias coletivas serão ramificadas de três formas: identidade legitimadora; identidade de resistência; identidade de projeto; ambos irão traçar o perfil dos atores sociais envolvidos tais como suas condicionantes dentro do aparato relacionado à construção histórica que originou a organização sociopolítica dos extrativistas da RESEX Cajari (FILOCREÃO, 2007).

Diante da análise da tipologia coletiva do comportamento do Governo Federal versus ambientalista, se percebem, puseram a disputa ideológica, para firmar e controlar os interesses relacionados à questão da exploração e usufruto da terra aos diversos atores sociais, em questão, os extrativistas, na Amazônia. Ao qual será designada como “Identidade legitimadora: introduzida pelas instituições dominantes da sociedade no intuito de expandir e racionalizar sua dominação em relação aos atores sociais” (CASTELLS, 2010, p. 24).

A relevância da mobilização dos atores sociais extrativistas imbricados nas transformações do processo histórico, que a priori teve violado o direito a exploração e usufruto da terra, desencadeando diversas formas de lutas e resistências terá em seu contexto

uma tipologia específica mediante os conflitos inerentes ao qual o sujeito coletivo passa a desempenhar as suas ações mediante as mobilizações em rede, pois “O conjunto dessas ações une categorias sociais, que criam Sujeitos, que produzem movimentos sociais” (GOHN, 2012, p. 134).

A identidade desses atores sociais emite um significado específico o que designa atribuí-los segundo Castells (2010, p. 24) as tipologias coletivas de:

Identidade de Resistência: criada por atores que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação, construindo, assim, trincheiras de resistência e sobrevivência com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade, ou mesmo opostos a estes últimos;

Nesse aspecto, os atores sociais em discussão, os extrativistas perante o processo histórico de lutas e resistências, passam a se organizar estruturalmente dentro do universo político, social e econômico e ganham força e mobilidade ao pressionarem as esferas de domínio, tanto o Governo Federal quanto os movimentos ambientalistas. . Pois, “Um movimento social é ao mesmo tempo um conflito social e um projeto cultural” (GOHN, 2012, p.100). O que eleva a sua ascensão em favor de direitos e garantias para os movimentos sociais. Pois, através da Identidade de Projeto “(...) os atores sociais, utilizando-se de qualquer tipo de material cultural ao seu alcance, constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade e, ao fazê-lo, de buscar a transformação de toda a estrutura social” (CASTELLS, 2010, p. 24).

2.3 RESISTÊNCIAS DOS MOVIMENTOS EXTRATIVISTAS NA AMAZÔNIA CONTRA O MODELO DE EXCLUSÃO E BENEFÍCIOS FISCAIS ADOTADOS PELO GOVERNO A FAVOR DAS GRANDES EMPRESAS E LATIFUNDIÁRIOS.

Os movimentos sociais desencadeados no Brasil a partir da década de 1960 deram início às lutas camponesas que reivindicavam o direito a posse e usufruto da terra. Tais movimentos foram acusados durante todo o período da ditadura militar de se articularem com as ações comunistas. Estes tinham aspectos e propósitos diferenciados, e se entende que esta postura se deu pelas exigências e interesses de grupos coletivos que se formaram nessa região. “Os movimentos são modelos de sociabilidade, e sua análise implica compreender o sentido de suas práticas e projetos” (GOHN, 2012, p. 56).

A forma de poder instalada na Amazônia para o domínio dessa área aglomerava um exorbitante aumento nos índices de violência. De um lado os extrativistas perdendo espaço para os avanços dos latifundiários em suas terras, e cedendo mão de obra barata para a exploração das grandes empresas; do outro, o Governo Federal recebendo a pressão dos movimentos ambientalistas que viabilizassem uma Amazônia instigada pelo lema de proteção ambiental. Ao qual esta forma de dominação mostra que, “A discussão está também imbricada no campo das políticas públicas, na forma como se elaboram as políticas institucionais que buscam normatizar e regular as relações entre sociedade civil e sociedade política” (GONH, 2012, p. 42).

Quando os militares assumem o poder em 1964, estes voltaram os seus interesses para a região norte do Brasil, estabelecendo prerrogativas que viabilizassem o controle sobre o território. Nessa perspectiva o “Território passa a se articular com a questão dos direitos e das disputas pelos bens econômicos, de um lado, e, de outro, pelo pertencimento ou pelas raízes culturais de um povo ou etnia” (GOHN, 2012, p. 44). Esta política utilizada determinava a proteção da fronteira, o recolhimento de suas riquezas e o desenvolvimento da região.

Com o discurso do desenvolvimento, a Amazônia se tornara alvo do Governo Federal, sendo promovida através de Getúlio Vargas, quando ao decretar o Estado Novo (1937 a 1945) ambicionava a área e a sua extensão, levando a discursar a intenção de uma unificação nacional de norte a sul, que mais tarde viera a ser executada no governo de Juscelino Kubitschek.

Juscelino Kubitschek, ao assumir o governo do país de 1956 a 1961 colocou o projeto pensado por Getúlio Vargas em prática, a unificação nacional viria através do progresso e ou desenvolvimento para a Amazônia. O que alteraria a distribuição do período da colonização no Brasil, e obrigatoriamente afastaria a população que vivia na região costeira, e poria em prática a construção da estrada Belém-Brasília, cuja inauguração previa o fim do isolamento da Amazônia, e o início conturbado de inúmeros conflitos no campo (FILHO, 2012).

O interesse para o desenvolvimento acelerado da Amazônia resultou em diversas formas de embates para os tradicionais, pois não seria somente um avanço regional, mas atritos que geraram as suas expulsões e diversas formas de violências que os obrigaram a ceder o seu espaço para as políticas governamentais, e que não foram suficientes para agregar de forma benéfica às populações que dependiam da terra. A Amazônia se apresentou nesse período em dois divergentes aspectos, o fausto pela abertura de estradas e projetos voltados a

região, e o descompasso que tais políticas aplicadas contribuíram para os incalculáveis conflitos no campo.

Ao estimular a migração para a Amazônia, o governo previa a priori, povoar áreas devolutas, desafogar os problemas do nordeste em relação à seca, e construir uma relação econômica entre norte e centro-sul. Segundo Filocreão (2007, p. 203):

Com a implementação da chamada “Operação Amazônica”, o governo federal estimula a migração inter-regional através de incentivos tributários especiais a empresas privadas que se estabelecessem na Amazônia Ocidental, a fim de implementar a criação de pólos de povoamento e desenvolvimento das zonas fronteiriças pouco povoadas.

A Amazônia na década de 1960 sofria o deslize de não conseguir o desenvolvimento econômico que viabilizasse uma boa infraestrutura e novos investimentos direcionados ao campesinato. Essa tal decadência econômica em gerir recursos tornara-se fontes de concepções teóricas que buscavam formular planejamentos e contribuir com a necessidade de atrair capitais produtivos organizados em conglomerados econômicos, vindos de outros pontos do Brasil e do exterior atraindo vantagens para a região.

Essas concepções teóricas foram bases para o novo modelo de desenvolvimento político, socioeconômico que se pensava para a Amazônia. Colocados em prática pelos governos militares pós-1964 com o intuito de desenvolver e integrar a região amazônica ao mercado nacional e internacional fora sendo adaptadas de acordo com as exigências militares da ditadura (LOUREIRO; PINTO, 2005).

Em 1966 até 1967, se iniciara as ações conhecidas como Operação Amazônica, e tivera em seu slogan “integrar para não entregar”, este programa fora planejado para a execução das construções de estradas e de um programa de colonização. A Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), o Banco da Amazônia S/A (BASA) que por sua vez substituíra o antigo Banco de Crédito da Borracha, e de dispendiosos incentivos fiscais cedidos pelo Governo Federal e direcionados às indústrias e agropecuárias como estratégias para incluir a região Amazônica ao desenvolvimento e a ordem moderna (FILHO, 2012).

As transformações na Amazônia no período da ditadura direcionavam o desenvolvimento em detrimento do caos na vida dos povos extrativistas além dos grandes impactos ocasionados ao meio ambiente, ambos compactuados com os escândalos de desvios

de recursos fiscais em benefícios das instalações das grandes empresas que se firmavam na região.

De acordo com Filocreão (2007, p. 252):

Essas empresas surgem beneficiadas por fortes subsídios governamentais, como incentivos fiscais, isenção de impostos e créditos facilitados, garantidos pela Superintendência da Zona Franca de Manaus, criada em 1967. Isso lhes permite desenvolver, em grande e rápida escala, atividades produtivas geralmente destruidoras das condições naturais de existência da economia extrativista tradicional, como a devastação da floresta para o plantio de pastagens, reflorestamento e extração de madeira, a poluição dos rios com a mineração. Organizadas sob a forma de grandes empreendimentos agro-industriais, florestais e minerais, denominados de forma genérica como “grandes projetos”.

Este desenvolvimento tinha em contrapartida o incentivo do Governo Federal que oferecia garantias de infraestrutura aos novos projetos que desenvolvessem a criação de estradas, portos, aeroportos e outros. Esse interesse em implantar o desenvolvimento através desses dispositivos citados acarretou na década de 1960 conflitos de todas as ordens, gerados pelas disputas de terras privilegiadas e pela devastação florestal ocasionada.

Os desmatamentos ocasionados pelas aberturas de estradas, construção de ferrovias, entre outros não acompanhavam os interesses em defesa do meio ambiente, que se promoviam pelas ações ambientalistas e multifacetadas e de cunho social, desencadeados no final dos anos de 1960 nos Estados Unidos e norte da Europa. Estes estavam no centro de profundas mudanças em relação à economia, sociedade e natureza, e em todos os parâmetros mesmos que de natureza drástica que se submetera ao desenvolvimento de uma nova cultura, e que chegara ao Brasil no período turbulento de transformações impostas pela ditadura militar (CASTELLS, 2010).

A construção de uma enorme rede de estradas incumbida pelo governo militar, visara ligar a região Amazônica às demais regiões do Brasil, a levando a dois aspectos impactantes, de um lado a chegada do progresso, e de outro, o desmatamento e a violência desmedida. Iniciara-se um progresso agressivo na década de 1970, as queimadas e derrubadas na floresta; a invasão de terras indígenas; especulação fundiária; expulsão por meios violentos de agricultores, extrativistas entre outros, estes, ocupavam a área e conviviam de forma pacífica com a natureza. Em Rondônia a construção da BR-364 fora um dos exemplos de devastação e impacto ambiental (FILHO, 2012).

A ligação do norte da Amazônia para com outras regiões do Brasil beneficiou os empresários a receberem os recursos federais para aplicarem em novas empresas, e dinamizar

um virtuoso desenvolvimento econômico, caso gerassem empregos. Porém os recursos foram aplicados em compras de terras para simples especulação futura. Alguns empresários fizeram aplicações em empresas nominais situadas em outras regiões do país, e outras, foram criadas de forma fictícia, fecundando a fraude e o desvio do recurso (LOUREIRO; PINTO, 2005).

Os empresários e grupos econômicos nacionais e internacionais receberam tais vantagens fiscais para investir em novos capitais e empreendimentos dentro da região amazônica. Tendo como principal instrumento os incentivos fiscais reorientados legalmente em 1967 direcionados a pecuária, a extração madeireira, a mineração, atividades estas, que requerem a utilização de grandes quantidades de terras para a exploração de produtos primários ou semielaborados que conseqüentemente geram poucos empregos, e se mal administrados podem afetar negativamente a exploração do meio ambiente.

Partindo do pressuposto que os incentivos fiscais foram direcionados para beneficiar as empresas, Loureiro e Pinto (2005, p. 78) enfatizam que:

Por meio dos incentivos fiscais, as grandes empresas beneficiadas poderiam destinar uma parte ou até a totalidade do imposto de renda que deveriam pagar ao governo, para criar com aqueles recursos novas empresas na região. Além disso, o governo ainda disponibilizava recursos financeiros a juros muito baixos e até negativos e concedia um sem-número de outras facilidades.

Os recursos do Governo Federal que poderiam ter sido destinados para as atividades tradicionais dos pequenos e médios produtores, vindos a garantir melhorias nos parâmetros educacionais e da área de saúde, foram pretensiosamente transferidos para as grandes empresas, demonstrando o descompromisso em garantir reformas e ou melhorias para os extrativistas castanheiros e seringueiros da região (LOUREIRO; PINTO, 2005).

O caso dos seringalistas do Acre confirmou o real descompromisso do governo, pois estes perderam outrora a rentabilidade com a borracha, criaram dividas imensuráveis com os bancos, e se viram aprisionados a nova política de arrocho movida pelo governo militar, que compulsivamente criaram diversos programas incentivando a expansão do processo latifundiário, o avanço das fazendas, e benefícios aos projetos agropecuários na região Amazônica. Grandes partes desses seringalistas se encontravam na condição de posseiros e sofreram o processo de expulsão violenta, tendo a conivência de alguns policiais e funcionários da justiça, além da omissão dos políticos, órgãos federais e imprensa (FILHO, 2012).

Os conflitos agrários externavam inúmeros tipos de violências contra as pessoas nos campos brasileiros, na tabela 1 retrata as incidências a partir de meados da década 1980 a 1990, nas regiões norte, nordeste e centro-oeste:

Tabela 1 - Violências Contra a Pessoa 1988-1997

Conflitos	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
Assassinatos	110	67	82	54	47	52	47	41	54	30
Tentativa de Assassinatos	76	106	90	217	48	37	62	43	71	37
Ameaçados de Morte	197	194	232	263	173	156	212	155	88	92
Presos	256	401	27	261	305	272	333	833	198	381
Lesões Corporais	153	512	130	5	91	2.048	151	528	220	109
Agredidos	305	1.079	3.348	1.610	1.379	717	998	2.010	124	640
Torturados	6	66	25	166	15	85	39	72	12	5

Fonte: Moreya (2008)

Os projetos agropecuários financiados e incentivados pela SUDAM confirmaram o mau uso do dinheiro público, a Amazônia pensada pelo governo Médici no ano 1969 a 1974, período este caracterizado como “milagre econômico”, garantia para o Brasil o maior rebanho do mundo e neste período não chegava a 5 milhões de cabeças. A propaganda deste governo também titulava a Belém do Pará como sendo futuramente o maior porto exportador de carne do mundo, superando Chicago, e nunca chegou próximo a esse patamar. Menos de 25% desses projetos para a Amazônia fora implantados, e em sua maioria o golpe do incentivo fiscal teve êxito (OLIVEIRA, 1995, p. 12).

As facilidades legais concebidas para atrair empresários para a Amazônia perante a abertura das estradas estimulavam o processo latifundiário do Brasil. As grandes extensões de terras (devolutas) eram transferidas propositalmente para os grandes grupos econômicos, tidos como investidores futuros, com a contribuição do governo, que alterara a legislação existente e criara dispositivos legais extraordinários e de exceção (LOUREIRO; PINTO, 2005).

Esses dispositivos legais davam condição de se fazer valer a garantia da posse dessas terras dando abertura para que se desempenhassem o desenvolvimento da Amazônia através das instalações de empresas com a responsabilidade de articular a economia ao mercado nacional e internacional.

O investimento do governo em desenvolver na “marra” a Amazônia, pode ser comparado ao que Castells (2010, p. 146) observou em outras situações:

A mobilização das comunidades locais em defesa de seu espaço, contrária à introdução de usos indesejáveis do meio ambiente, constitui a forma de ação ambiental que mais rapidamente vem se desenvolvendo nos últimos tempos, e talvez seja capaz de estabelecer a relação mais direta entre as preocupações imediatas das pessoas a questões mais amplas de degradação ambiental.

A degradação ambiental não acontece de forma esporádica, suas imbricações inter-relacionam com a causalidade dos conflitos fundiários, intercalados a um gerenciamento proposital que o auxilia e financia. Esse gerenciamento, advindos de um governo que articula mecanismos insatisfatórios de desenvolvimento para o campesinato, dimensionando um conturbado entrosamento entre o sujeito coletivo e o impacto da desejada modernidade, pois, “um sujeito coletivo passa a dominar o cenário desses conflitos, o imigrante, este pária desterrado que ora é exaltado na história dos países como construtor de uma nação ora execrado como fontes de problemas sociais e políticos” (GOHN, 2012, p. 43).

Os problemas sociais correlacionados na Amazônia na década de 1970 emergem com as ocupações das grandes fazendas e a devastação demasiada ao longo da BR- 364 de Cuiabá ao Acre, o discurso do governo em levar a modernidade saudando os danos causados aos seringalistas a partir do período da borracha. A proposta seria intensificar o desenvolvimento na área a partir da fixação das grandes empresas, porém, os seringalistas não faziam parte deste projeto de desenvolvimento, o que, conseqüentemente deturpara a vida singular da família extrativista, que “Expulsas dos seringais, muitas famílias atravessaram a fronteira para a Bolívia e outras se mudaram para as cidades acreanas, passando a viver de subemprego e se amontoar em áreas periféricas que não possuíam infra-estrutura básica” (FILHO, 2012, p. 4).

Este período de desenvolvimento para a Amazônia intensifica as relações de conflitos, levando os extrativistas e seringalistas a perderem o espaço em suas atividades, além da exploração compulsória dos imigrantes, pois à medida que este modelo se estruturava, o Governo Federal continuava a estimular a imigração de mão de obra barata de outras regiões do Brasil, como no caso da região nordeste (nordestinos se refugiando da seca, e com promessas de um futuro promissor na Amazônia). Este trabalho forçoso pouco gerara retorno financeiro a estes imigrantes, que conseqüentemente depois de concluída as obras ficavam a mercê de novas oportunidades caindo no esquecimento pelo Governo Federal, e formando novos movimentos que se rebelaram contra o sistema de exploração implantada (LOUREIRO; PINTO, 2005).

2.4 A GRILAGEM NA AMAZÔNIA: VIOLÊNCIA E EXPULSÃO DOS POVOS TRADICIONAIS.

A concentração de renda nas mãos de grandes grupos econômicos nacionais e estrangeiros, provocada pela política danosa de incentivos fiscais para a região amazônica vinculada a questão da terra, fora sendo pleiteada como objeto de interesses particulares das grandes empresas beneficiadas no período da ditadura, e repelindo a todo o custo os ribeirinhos, índios, caboclos, seringueiros e extrativistas, que antemão ocupavam essas terras, e mantinham suas atividades de subsistência, estes foram sendo violentamente arrancados e expulsos. A política aplicada na Amazônia fundida ao processo de grilagem nutria novos conflitos contra estes povos tradicionais.

As estruturas de apropriação da terra deliberaram um sistema de posições hierárquicas no campo social agrário, e com teor e fibra de domínio e subversão dos latifundiários e empresas, que exercem atitudes singulares e diferentes estratégias de controle. Neste cenário de conflitos agrários, ocorrem lutas para definir quais as propriedades pertinentes, cujo embate central reside nas formas de apropriação e de uso da terra. E, por conseguinte, estes, aliados de uma conjuntura política, desenvolvem outro processo mais estridente, a perpetuação da grilagem efetiva no Brasil (SANTOS, 1997).

A terra pública nos anos 1970 e 1980 passaram a ser colocada à venda através de lotes exorbitantes beneficiando os investidores que as adquiriam diretamente dos órgãos fundiários do governo ou de particulares, e estes na sua maioria revendiam estas terras como se fossem próprias. Tornavam-se frequentes as demarcações de terras pelos novos proprietários numa extensão maior em relação ao que originalmente se havia adquirido (LOUREIRO; PINTO, 2005).

As demarcações das terras, gerou diversas formas de mobilizações sociais de cunho seringalista/extrativista na década de 1970 em consequência aos danos ocasionados pela perda do espaço (moradia, fonte de renda e subsistência) que outrora os pertenciam, acabavam por se rebelarem devido à tamanha desproporção no cenário das políticas públicas em favor das vendas ilegais de lotes. Neste parâmetro, se faz um recorte no campo social, colocando em destaque os povos tradicionais e, entre esses, os miseráveis, excluídos ou em situação de risco, em que se encontravam todos aqueles prejudicados pelo descompasso fundiário ocasionado pela grilagem.

Neste descompasso fundiário e utilizando o entendimento de Gohn (2010, p. 24) sobre as mobilizações sociais:

Resulta deste cenário, neste novo milênio, que as muitas ações coletivas que são movimentos sociais de fato tiveram que alterar suas práticas e reivindicações para não ficar à margem da história, atuando segundo certas condicionalidades pautadas pela nova institucionalidade criada pelas políticas públicas – em casos raros, partiram para ações de resistência via desobediência civil.

Os grileiros se utilizavam de artimanhas e vendiam de uma mesma terra a compradores diversos; revendiam títulos de terras públicas a terceiros como se estas tivessem sido postas legalmente a venda através das licitações; a falsificação e a demarcação de terras compradas numa extensão maior do que a do tamanho original adquirida através de documentos de títulos de propriedades adulteradas entre outras certidões. Essa prática de grilagem na Amazônia fora frequente, mas não passiva. A ação dos grupos extrativistas da década de 1960 a 1980 foram decisivas para a criação das unidades de conservação (Uc's) (LOUREIRO; PINTO, 2005).

Num depoimento cedido por Dom Moacyr Grechi à Comissão Pró-Índio do Acre (CPI) ressalta os conflitos direcionados as irregularidades fundiárias, ou seja, a prática de grilagem, falsificação de títulos e esticamentos, afirmando que os problemas sociais se agravavam na medida em que se iniciavam as derrubadas nas áreas adquiridas pelas empresas para formar pastagens.

De acordo com Allegretti (2002, p. 265):

Sendo que a terra geralmente é ocupada por famílias de seringueiros ou agricultores, um dos primeiros objetivos dos fazendeiros é o de limpar a área, isto é, tirar das terras os moradores que nela trabalham 5, 10, 20 ou 40 anos, sem o menor respeito pelos direitos dessa gente.

Este conflito gerado por práticas de grilagens serviu para acentuar as críticas públicas em torno do modelo agropecuário que se implantava no Acre, a substituição da antiga economia dos seringais deixava os seringueiros sem alternativa de sobrevivência, que através das mobilizações dos trabalhadores e intelectuais locais puseram força e resistência ao modelo pecuário instalado na região (ALLEGRETTI, 2002).

As áreas públicas inclusive as indígenas e áreas de conservação também foram vitimados pelo processo de grilagem, as terras as margens das grandes estradas federais, que haviam sido distribuídas para os agricultores em pequenos lotes para fins de reforma agrária

foram postos a venda, e transformados em grandes fazendas de gado. As vendas ilegais das terras públicas pela internet (sistema de rede) garantiam o monopólio e “Essa é a matriz da corrupção política sistêmica, a partir da qual se desenvolve uma rede oculta de empresários e intermediários” (CASTELLS, 2010, p. 396).

Salienta como exemplo dispendioso de vendas ilegais de terras, o caso do Projeto Jarí, que fora destaque na Amazônia, e em seu registro no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em 10 de outubro de 1977, este possuía uma área total de 1.006.261 hectares, dos quais 576.222,3 hectares eram do Pará, e 430.039,6 do Amapá, mas a Jarí alegava que a sua área oficial era de 1.632.121 hectares, ressalta-se que menos de um terço dessa extensão teria título definitivo. Algumas alegações de diretores e advogados declarava que a empresa Jarí teria até mais de 3,5 milhões de hectares. Outra versão da ocupação real da Jarí relata um levantamento feito pelo INCRA em 1976 se constatando que esta empresa havia se apossado de 6 milhões de hectares através do processo de grilagem que se tornava banalizado e sem fiscalização pública (FILOCREÃO, 2007).

Com a venda desmedida de lotes através da grilagem, as grandes empresas executoras dos projetos agropecuários financiados e incentivados pela SUDAM se aproveitam desta rapina e se compuseram na malversação do dinheiro público. As empresas exportadoras de madeira de lei (mogno, cerejeira, etc.) alicerçam a devastação da floresta, cedendo espaço para a expansão da pecuária na região e o impacto negativo da fauna e da flora, sem nenhum comprometimento dos órgãos responsáveis pela fiscalização em rede dos lotes em questão (OLIVEIRA, 1995).

O artifício da informação em rede ainda era restrito na década de 1970 e 1980, pois não estavam disponíveis as imagens de satélites que servem para demarcar com precisão os limites e ou identificar a existência de famílias dentro das áreas a serem adquiridas pelos novos compradores, esses lotes eram demarcados e cercados com os antigos moradores dentro deles. Os órgãos fundiários não demonstravam a intenção de fazer os seus atos dentro da legalidade, dispensando do interessado à compra, qualquer documento da prefeitura, sindicatos de trabalhadores rurais, das igrejas ou de qualquer outra fonte comprobatória da inexistência de antigos moradores nas terras loteadas na “marra” e postas à venda, o que resultou em terras vendidas com moradores seculares habitando nelas (LOUREIRO; PINTO, 2005).

Muitas terras da Amazônia tornaram-se reflexo dos grandes projetos, onde os lotes foram sendo recebidos em dimensão descomedida por infiltração da grilagem, beneficiando inúmeras empresas, e explorando descontroladamente todo o potencial e recursos naturais da

imensa floresta. Nesse momento, não somente seria “integrar para não entregar”, mas “exportar é o que importa” expressão dita diversas vezes por Delfim Neto, incentivando a internacionalização e fascinando a burguesia nacional. A aliança desse período com o monopólio internacional cedeu espaço para as estatais voltadas para os setores da exploração mineral, fundindo os interesses da geopolítica do capitalismo, mundanizado através dos Estados Unidos, e o falso nacionalismo brasileiro (OLIVEIRA, 1995).

A abertura internacional em prol da exportação dos produtos da Amazônia traçará um dos alicerces para o desencadeamento da exploração desmedida dos recursos in natura, tão quanto o aproveitamento das regularizações de terras compradas através de grilagens. Ressalta-se que, mesmo com a discussão política e ambiental se proliferando também no Brasil nesse período, há a ressonância que a ação extrativista e ambiental só ganhará força e mobilidade em rede a partir da década de 1980 com a conquista de vários benefícios concretizados a partir da década de 1990 com a criação das Uc's.

Os conflitos das décadas dos anos 1970 e 1980 se transfiguram em demandas organizadas, usa-se a expressão “organizada” para aferir o ato de regularizar a grilagem que por colabore com a corrupção utilizou-se da venda ilegal de terras outrora pertencente a um dono antigo sem título, que mantinha a sua vida tradicional e extrativista e perdeu sua terra por meio violento, configurando os mecanismos de triagem para quem pode na percepção do Estado levar um desenvolvimento integral para a Amazônia empossando a grilagem como ato “legal” (LOUREIRO; PINTO, 2005).

Para que o Estado permitisse a legitimação e a legalização da grilagem de terras na Amazônia, este utilizou a premissa em analisar as terras demarcadas e compradas de forma fraudulenta, ao qual em determinados casos delimitadas com incentivos fiscais, e que fora regularizada pelo Governo Federal através das Medidas Provisórias 005 e 006, de 06 de junho de 1976 da Casa Militar da Presidência da República, alegando que “permite-se a regularização de propriedade de até 60 mil há que tenham sido adquiridas irregularmente mas com boa fé” (LOUREIRO; PINTO, 2005, p. 81).

Essa tramitação da grilagem conferiu ao período da ditadura, o percalço para os movimentos sociais advindos do campo, o que desencadeou aos extrativistas no sul do Amapá organizações de âmbito político e estrutural para que conseguissem adentrar e estabelecer acordos para com as medidas adotadas pelo Governo Federal, em tentar reaver as terras griladas, e ou garantir o usufruto e sustentabilidade familiar. Estabelecendo na década de 1980 uma mudança de postura do Governo Federal em relação aos extrativistas, criando as UC's

em detrimento da regularização das RESEX's no Sul do Amapá, em especial a RESEX Cajari.

2.5 OS EXTRATIVISTAS: CONDICIONANTES DE FORÇA E RESISTÊNCIA QUE IMPULSIONARAM O GOVERNO FEDERAL NA CRIAÇÃO DA RESERVA EXTRATIVISTA DO RIO CAJARI.

Empresas oriundas do processo de desenvolvimento e unificação da Amazônia no período da ditadura militar alavancaram no Amapá um desenvolvimento exógeno, e de forma conturbada em relação às terras manejadas pelos extrativistas, seringueiros e pequenos agricultores ativos que mantinham a relação de subsistência e usufruto deste espaço, enfatizando que “O poder ainda governa a sociedade; ainda nos molda e exerce domínio sobre nós” (CASTELLS, 2010, p. 423).

O contexto histórico das ocupações das terras amapaenses inseridas no processo de inserção da Amazônia perante o avanço capitalista no campo incide as condições favoráveis para a concentração da posse da terra garantidas às grandes empresas e latifundiários. No entanto, a mobilização causada pelos movimentos sociais da região amapaense não difere da necessidade de garantir os direitos regulamentados para o usufruto e manejo da floresta ambos relacionados agora com o viés de desenvolvimento sustentável.

A eclosão das ações coletivas dos movimentos sociais no campo, a partir do final dos anos de 1950, em destaque o movimento agrário das Ligas Camponesas iniciado na região nordeste e migrando para as demais regiões do Brasil, essa mobilização dos trabalhadores rurais em defesa de suas reivindicações, baseadas na reforma agrária e na extensão dos direitos trabalhistas ao espaço rural e início de vários conflitos entre as parcelas das populações que sobreviviam às margens das grandes propriedades de exploração capitalistas, sofrendo ameaças constantes dos avanços das fazendas sobre as suas áreas de cultivo e lutando contra a desapropriação de suas terras (MORAES, 2011).

O movimento das Ligas Camponesas liderados por Francisco Julião, este influenciado pela experiência revolucionária em Cuba, radicaliza a sua pregação pelo socialismo, abandonou a linha legalista outrora adotado, e colocando os camponeses como protagonistas da revolução socialista, desejando organizar a guerrilha no campo para derrubar o regime. Porém a postura da ditadura em beneficiar o desenvolvimento a todo o custo e de forma sangrenta, não deixou espaço para as Ligas Camponesas tivessem êxito (MORAES, 2011).

O movimento das Ligas Camponesas por não possuir uma estrutura e organização adequada conseguiu despertar novos movimentos que foram conseguindo pressionar o governo e garantir alguns direitos a exemplo do Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER) na década de 1960 e o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) (MORAES, 2011).

No Amapá tal postura dos movimentos sociais se mantivera a priori em detrimento da exploração do látex e da castanha, que beneficiaram grandes empresas e depreciaram a forma de vida dos extrativistas e pequenos agricultores. Observa-se que, com a implantação do Território Federal no ano de 1943, os problemas relacionados à terra advindos desde a colonização europeia, trouxeram para o território, mudanças expressivas nas transformações políticas, econômicas e sociais do cenário amapaense.

O território do Amapá passou a pertencer à jurisdição da esfera federal, e o Governo Federal através das instituições tomou para si à responsabilidade de ordenamento territorial. O que desencadeia a problemática no campo rural amapaense, e auxiliado pelas instalações das empresas nacionais e estrangeiras no período do território. A implantação dos grandes projetos econômicos da política desenvolvimentista será ramificada através dos conflitos no campo imbricados pela forma de uso e ocupação que ocorreram no espaço amazônico.

Em detrimento as empresas instaladas na Amazônia, o caso do sul do Amapá levará a diversos tipos de conflitos no campo relacionados ao Projeto Jari ¹¹, segundo Ribeiro (2011, p. 43):

Na região onde fica hoje parte da RESEX Cajari a empresa mantinha o controle de forma violenta contra os moradores posseiros por meio de sua segurança armada particular. Impediam essas pessoas de melhorar suas habitações ou de construir novas casas, de executarem atividades agrícolas e de praticarem o agroextrativismo de maneira livre. Além disso, praticava preços majorados das mercadorias oferecidas nos barracões e subfaturamento da produção comprada aos castanheiros.

O processo de ocupação econômica do espaço amazônico se manifestou na região do Jarí no sul do Amapá, tendo início a partir do ciclo da borracha, e onde se encontra localizado a RESEX Cajari, criada através do Decreto n. 99.145 de 12 de março de 1990, área que compreende os municípios de Laranjal do Jarí, Mazagão e Vitória do Jarí. “As RESEX’S foram implantadas com o objetivo de intensificar e aprimorar a vivência acerca da economia,

¹¹ Daniel Ludwig implanta um ambicioso projeto agroindustrial denominado Projeto Jari. Foram profundas as mudanças na região Sul do Amapá ocasionando: degradação ambiental; desmatamentos; conflitos trabalhistas entre empresas terceirizadas pela Jari e os empregados; (...). (RIBEIRO, 2011, p. 11).

dentro de uma nova viabilidade de estratégia de desenvolvimento sustentável para a Amazônia” (NASCIMENTO, 2005, p. 84).

A grande extensão de terra no sul do Amapá e os seus recursos florestais se tornaram a cobiça das grandes empresas instaladas na Amazônia, os produtos *in natura* dariam retornos financeiros em curto prazo. Mesmo com todo o movimento do campo contrário as explorações agrárias, estes, foram sendo drasticamente reconicionados a um novo modelo de vida, atribuindo-os a uma exploração maior e com pouca lucratividade. A exploração de mão de obra extrativista no manejo florestal, a década de 1970 irá acentuar as formas de relações conturbadas entre empresas e extrativistas. O extrativismo foi “redescoberto como uma atividade não predatória da Amazônia” (AUBERTIN, 2000, p. 23) e “passou a ser exaltado como alternativa ao impacto ambiental devastador provocado pelos projetos desenvolvimentistas” (SANTILLI, 2005, p. 32).

O sul do Amapá sob o controle da empresa Jari, exterioriza os conflitos na região, formando a margem do Rio Jarí, duas favelas sobre palafitas, acentuando “(...) o desemprego, subemprego, submoradia, fome, prostituição, repressão da segurança particular da Jarí, garimpeiros aventureiros, péssimas condições de saúde, ausência de escolas” (RIBEIRO, 2011, p. 42).

Ribeiro (2011, p. 43) reforça que, o problema fundiário no sul do Amapá e os conflitos inerentes do Projeto Jari, ganham mobilidade nas ações e mobilizações sociais aguçando a insatisfação da população local, pois:

Denúncias de escravidão e várias irregularidades iriam prejudicar as relações da empresa Jarí com o governo do então Território Federal do Amapá. Em 1975 a Jarí Celulose fechava suas atividades econômicas referentes à castanha-do-brasil e encerrava a produção agroextrativista de toda a região do Jarí e Cajarí.

A partir da década de 1980 o Sul do Amapá irá passar por um processo de transformação econômica, através da comercialização dos principais produtos extrativistas e de exploração, sendo esta, a castanha um dos principais alvos. A Cooperativa Mista do Laranjal do Jarí (COMAJA) concedeu por algum tempo ganhos aos extrativistas. A criação desta cooperativa contou com o apoio de técnicos das instituições do Governo do Território do Amapá e da Prefeitura Municipal de Mazagão, iniciando em 1983 o processo de criação com a principal finalidade de comercialização dos produtos agroextrativistas da região. A dificuldade em obter a regularização jurídica desta cooperativa constituiu em caráter

provisório a Associação Mista de Agroextrativistas de Laranjal do Jarí (AMAJA), que pressionou o governo e conseguiu alguns benefícios governamentais, contribuindo na sustentabilidade econômica dos agroextrativistas (FILOCREÃO, 2002).

De acordo com Ribeiro (2009, p. 183):

Com os conflitos iminentes e a pressão social advinda inicialmente dos agricultores e logo depois dos extrativistas ribeirinhos, com a AMAJA, já constituída, vários benefícios foram conseguidos junto ao governo do então Território Federal do Amapá. Foram doados, em regime de comodato, 1 caminhão, tratores, 1 barco, máquina de beneficiar arroz e 1 galpão para armazenar a produção.

Durante a transição de governo em 1986 os extrativistas acabaram sendo excluídos, pois o governo passou a beneficiar um determinado grupo de agricultores que tinham como atividade comercial a retirada de madeira. Os extrativistas buscaram a regularização jurídica da cooperativa elegendo a primeira diretoria. Neste período a AMAJA que apoiara os agricultores madeireiros fora quase completamente desativada, quanto a COMAJA no ano de 1989 conseguiu junto com algumas entidades promover 1º Encontro de Castanheiros da região do Jarí, dentre as reivindicações estavam em pauta à questão fundiária e o transporte de produção, ou seja, financiamento de burros para o escoamento da castanha direto da floresta (FILOCREÃO, 2002).

A partir da década de 1990 o sul do estado do Amapá irá passar sobre os mecanismos que acirraram as relações de riqueza gerada por essas coletas dos produtos da floresta viabilizados pelo sistema de comercialização sobre as relações de troca que se estabeleceram nos mercados, além do trabalho materializado através das atividades de coleta, que passaram a ser contabilizados na riqueza global capitalista, sendo apropriado por poucos (FILOCREÃO, 2002).

Para compreender essa relação de riqueza, é necessário analisar os projetos instalados na Amazônia. A princípio com a entrada do Projeto Jarí este se mantinha sob a ótica de grupos capitalistas direcionados a um projeto florestal para a produção de celulose, e agropecuário para a produção de arroz e criação de gado e mineral através da exploração e extração de caulín e bauxita (OLIVEIRA, 1995).

O reflorestamento com essas espécies exóticas visava à fabricação de celulose para fins de exploração das riquezas naturais. A respeito da economia extrativista, o projeto Jarí pretendeu desenvolver a exploração dessas riquezas, quando previu a derrubada de mais de 200.000 hectares, e outros empreendimentos de grande vulto. A preocupação ambiental nesse

momento não fazia parte do interesse capitalista, tampouco dos projetos que se instalavam na Amazônia, interferindo de forma negativa no desenvolvimento sustentável da região (FILOCREÃO, 2002).

O desmatamento sem cautela, poluição dos rios e contaminação de animais praticados pelas empresas capitalistas na Amazônia, ocasionou danos e agressão direta ao meio ambiente, salientando a ausência do estado em gerir políticas públicas a favor do desenvolvimento sustentável. Ressalta-se que na década de 1960 e de 1970 a questão sobre a proteção ambiental não obtivera a devida atenção e interesse do governo, somente na década de 1980 através dos movimentos sociais advindos das mobilizações seringueiras no Acre, haverá mudanças significativas (FILOCREÃO, 2002).

A mobilidade que se transfigurou os movimentos sociais no campo, este, mesmo em descompasso com o que o governo almeja para a Amazônia, relativamente sua exclusão de espaço, não se permitia ser a exclusão de luta, de bandeiras, e organização política. Os movimentos sociais ganhavam através das experiências, força e resistência, e pela tumultuada trajetória foram absorvendo resultados positivos que mudariam o percurso e o processo da história extrativista no campo.

Berta Becker (2007, p. 75) chama atenção:

Amazônia sem dúvida é extremamente heterogênea e precisamos reconhecer a diversidade, não só a biodiversidade, mas a sociodiversidade, as diferenciações internas, e a partir disso ajustar os princípios de políticas gerais às condições variadas nas sub-regiões. Isto é fundamental, significa respeito à diferença.

A história dos movimentos sociais extrativistas se cruza com a discussão ambiental de foco internacional e se funde com os movimentos sociais agrários que ocorriam no campo. Na Amazônia da década de 1980, surge um novo movimento, mais estruturado, organizado e de oposição e resistência ao modelo de desenvolvimento em favor dos grandes projetos agroindustriais e minerais que garantiam através de apoio estatal a destruição dos recursos florestais e da forma de sobrevivência dos povos tradicionais da floresta, em questão os castanheiros, seringueiros, ribeirinhos e índios (FILOCREÃO, 2007).

A resistência no campo que originou a partir da década de 1960, os movimentos de caráter agrário e que culminaram na década de 1970 nos inúmeros conflitos a partir dos seringueiros do Acre, e seguem em quatro diferentes momentos: Empates e Expulsões (1973-

1976); Indenizações e Acordos (1976-1980); Colonização (1980- 1985); Reserva Extrativista (1985-1990) (ALLEGRETTI, 2002).

A resistência dos povos tradicionais do campo se dissociava da perspectiva que a ditadura impunha neste período. Em relação aos empates e expulsões ocorridas no período de (1973-1976) incidia em uma estratégia espontânea de defesa a favor da floresta e contra as derrubadas em grandes escalas executadas pelas ordens dos fazendeiros que fundiam uma realidade brusca para a Amazônia. Os seringueiros aliados aos familiares buscavam impedir o início do desmatamento e tinham o objetivo de impedir as próprias expulsões que se tornavam frequentes (ALLEGRETTI, 1994).

O resultado dos empates modifica a postura do governo, e o faz reconhecer os seringueiros como posseiros mediante as Indenizações e Acordos no período de (1976-1980) esta nova categoria jurídica fortalecida pelo Estatuto da Terra ao qual sustentava o direito a indenização pelas benfeitorias existentes nas áreas ocupadas. A indenização era paga em dinheiro para os seringueiros expulsos, porém como muitos se negavam a sair dos seringais criaram-se acordos entre a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), representando os seringueiros e os fazendeiros, nesses acordos, os seringais eram divididos, ficando uma parte para os seringueiros que recebiam pequenos lotes de terra e a outra parte para o fazendeiro desenvolver suas atividades agropecuárias (ALLEGRETTI, 1994).

Perante os acordos designados pela CONTAG, favoreceu em parte a Colonização (1980-1985) resolução está parcial dos conflitos pela posse da terra, que evoluíra para a criação pelo poder público de áreas destinadas ao assentamento de seringueiros, ao lado dos pequenos produtores oriundos do sul do Brasil que dispunham de lotes de 100 hectares por família. Com os assentamentos se poderiam transformar os seringueiros em produtores agrícolas, mas a falta de infraestrutura básica no local não favorecia (ALLEGRETTI, 1994).

A organização dos seringueiros, no ano de 1985, por andamento do Encontro Nacional dos Seringueiros da Amazônia, se definiu os objetivos principais do movimento: a permanência na floresta, a realização de uma reforma agrária que concretizasse o modo tradicional de vida, a introdução de novas tecnologias em prol da produção, e a implantação de um sistema educacional e de saúde que atendessem as necessidades da comunidade. Esse conjunto de demandas ganhou viabilidade, passando a ser denominado de Reserva Extrativista, que impelia a regularização das áreas tradicionalmente habitadas, e motivava a introdução de inovações no campo econômico e do estilo de vida dos povos tradicionais.

3 HISTÓRIA DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DOS EXTRATIVISTAS DA RESEX CAJARI NO SUL DO AMAPÁ.

3.1 CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO CAMPO: ARTICULAÇÃO E ORGANIZAÇÃO POLÍTICA EXTRATIVISTA QUE RESULTOU NA CRIAÇÃO DAS RESERVAS EXTRATIVISTAS.

A história dos movimentos sociais no Brasil influenciou diretamente o contexto histórico extrativista, que a partir de 1960 esteve presente na construção e transformações conturbadas ocorridas no espaço agrário. Os movimentos sociais englobavam não somente um movimento direcionado a luta pela posse da terra, mas pelos direitos e usufrutos aos espaços que estes ocupavam, ou seja, “Ao lutar por sua autorrealização e seu reconhecimento, os indivíduos estão trabalhando sobre e com os conflitos existentes” (GOHN, 2012, p. 49).

No entanto, as lutas dos movimentos sociais não levantavam somente uma única bandeira, ao contrário era uma nova bandeira de luta que salientava a força indígena, ribeirinha, seringueira, extrativista, do pequeno agricultor e a todos que de certa forma estabeleciam um modo de vida tradicional no campo, pois “as motivações para a participação ou identidade com conflitos e lutas sociais decorrem da memória de experiências morais de desrespeito, de privação de direitos que criaram fraturas” (GOHN, 2012, p. 49).

Os movimentos sociais e suas gêneses que compõem o traço investigativo para a história, de acordo com Castells, (2010, p. 95):

Os movimentos sociais podem ser conservadores, revolucionários, ambas as coisas, ou nenhuma delas. Afinal, concluímos (espero que em definitivo) que não existe uma direção predeterminada no fenômeno da evolução social, e que o único sentido da história é a história que nos faz sentido. Portanto, do ponto de vista analítico, não há movimentos sociais “bons” ou “maus”. Todos eles são sintomas de nossas sociedades, e todos causam impacto nas estruturas sociais, em diferentes graus de intensidade e resultados distintos que devem ser determinados por meio de pesquisas.

E com a designação de força e luta durante o período repressivo militar, os movimentos extrativistas, ganharam certa particularidade e mobilidade diferenciada na década de 1980 averiguada pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), que terá um papel ímpar nos levantamentos e registros acerca dos conflitos existentes no campo, ao qual “deram lugar as análises que ampliam o espectro dos sujeitos em cena, não só entre as camadas populares, mas

entre outras camadas sociais, e focalizam outros atores sociais na cena pública, como as ONGs” (GOHN, 2012, p. 60).

Os sujeitos históricos envolvidos estabeleceram uma nova estrutura para a bandeira de luta defendida pelos extrativistas, e conseguiram nesse período vantagens na pressão imposta ao governo, que este, os governantes, influenciados pelo discurso ambientalista, moveu um novo modo para abrandar os laços estremecidos entre o governo e as lutas sociais. Dessa forma a Reserva Extrativista viera como resultado em prol dos extrativistas, para que este enfim possa de fato garantir o seu espaço e a sua subsistência, compondo na década expressiva de 1980 a necessidade emergente de lutarem pelos “direitos a ter direitos” (GOHN, 2010, p. 17).

Os desejos dos novos sujeitos coletivos direcionados a construção de um estruturado modelo de ação, de acordo com Gohn (2011, p. 60):

Sabemos que a constituição de novos sujeitos coletivos requer algumas condições efetivas, tais como: ser detentor de certos direitos políticos por representarem coletividades legitimadas socialmente; ter capacidade e habilidade para expressar as demandas daquelas coletividades; elaborar planos e estratégias de ação; ter habilidade para aproveitar ou criar oportunidades políticas favoráveis à ação coletiva; deter alguns recursos humanos e de infraestrutura.

A ação coletiva no campo contou com a participação da CPT no final da década de 1970 e início dos anos 1980 levando os movimentos sociais, inclusive o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) a se estruturarem e a se organizarem politicamente. Essa influencia política induzira os extrativistas a uma nova via de luta que designará em retornos positivos, porém parciais com a criação da RESEX no sul do Amapá. “No Brasil, nem os movimentos sociais ou associativismo morreram (mudaram sim, segundo a nova conjuntura econômica e política)” (GOHN, 2010).

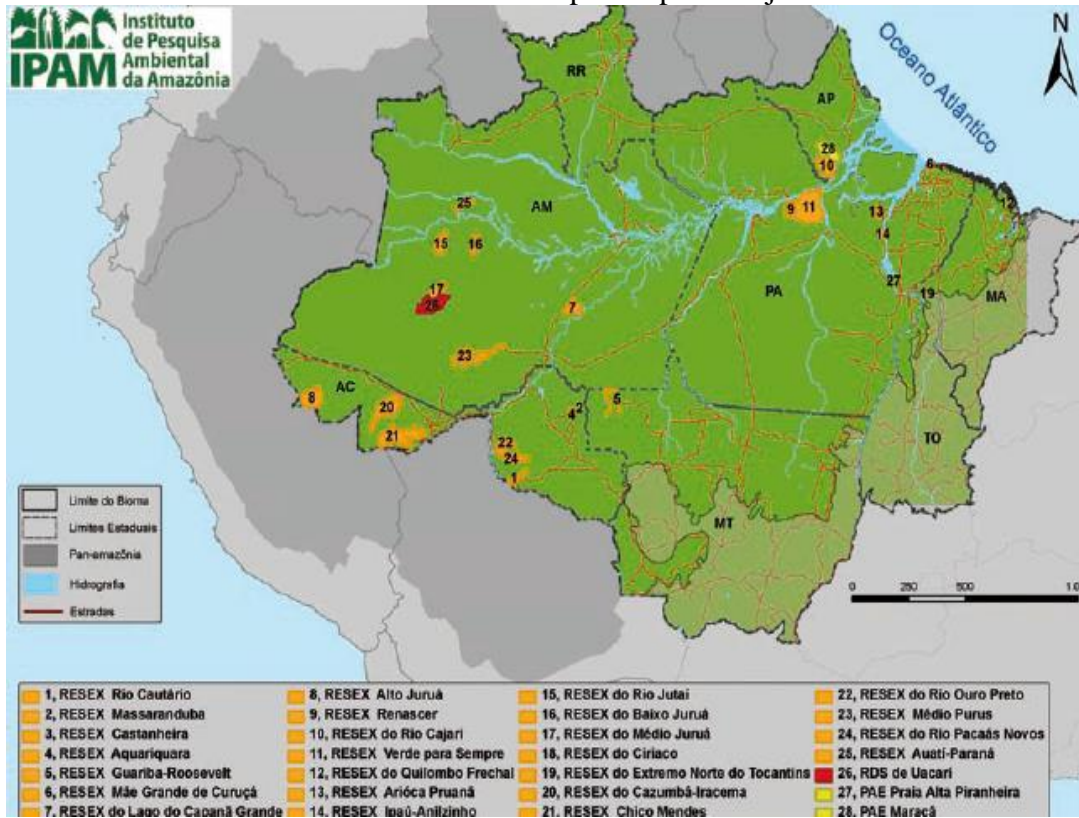
A criação da RESEX’s não será o desfecho para garantir o socioambientalismo, este é uma responsabilidade em comum para com o estado e a população tradicional, o seu desenvolvimento se baseia na ideia de que as políticas públicas ambientais incluam e envolvam as comunidades locais, detentoras de conhecimentos e de práticas de manejo florestal, com a concepção da sustentabilidade ambiental, e social (SANTILLI, 2005).

A criação das UC’s na Amazônia evidencia o resultado positivo do Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais (CNPT), pela expansão agregada ao Projeto de Assentamento (PAE) em alicerce com o Instituto Brasileiro do Meio

Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA) e o INCRA, sendo possível a efetivação das RESEX's, anseio este, de força e luta dos movimentos sociais extrativistas.

As Unidades de Conservação contempladas pelo Projeto RESEX e regularizadas a partir de 1990, conforme o mapa 1 são:

MAPA 1 – Unidades Contempladas pelo Projeto RESEX



Fonte: IPAM (2012)

A criação da UC da RESEX na Amazônia e em especial no sul do Amapá foi resultado concreto da luta e mobilização dos movimentos sociais pela terra. Os movimentos mantiveram e absorveram muitas propostas surgidas no Acre com a criação do CNS cujo vice-presidente era do Amapá. A vinculação das ações coletivas locais vinculadas aos movimentos dos seringueiros do Acre possibilitou o deslocamento de organizações ambientalistas, como a IEA e WWF que atuavam naquela região com o intuito de ajudar o movimento local no encaminhamento político de suas propostas, frente ao poder econômico e político do Projeto Jari (FILOCREÃO, 2007).

As vertentes organizativas de força e luta movida pelas ações coletivas de cunho social se tornou destaque no cenário econômico e fundiário no Brasil, pois “O processo de organização dos trabalhadores do campo trouxe para o espaço público novas demandas, novos

interlocutores, atualizou velhas bandeiras, mas principalmente, desnudou e questionou diferentes formas de exercício de dominação” (MEDEIROS, 2002, p. 28).

O resultado das lutas no campo mediante a criação dos assentamentos no Brasil na década de 1980 e 1990 infere no plano institucional-legal que de alguma forma direcionou aos Estados brasileiros absolver as demanda por terra para dentro de sua estrutura, criando instituições voltadas ao tema e reinterpretando as demandas, gerando novos campos de disputas, reconhecendo, embora pontualmente, a legitimidade das reivindicações (MEDEIROS, 2002).

As ações do governo federal no Amapá na década de 1980 e início de 1990 com a iniciativa do PAEs Maracá, RESEX Cajari, e indiretamente da Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Iratapuru, são consequências de lutas políticas das populações agroextrativistas, dentre os castanheiros, seringueiros, e ribeirinhos. Os resultados desses embates trouxeram investimentos públicos de natureza federal e estadual para o desenvolvimento econômico e social do extrativismo vegetal nos espaços de abrangência das reservas e assentamentos extrativistas (FILOCREÃO, 2007).

Os antecedentes que culminaram na Criação da RESEX Cajari e organização política extrativista emergem dos reflexos do desinteresse do poder público, opressão latifundiária, expulsão e violência sobre as populações tradicionais. Esta região de manejo extrativista, fora percalço para o modo de vida local, que mantinha o sistema de aviamento como enclave na região.

Os inúmeros conflitos gerados pelo sistema de aviamento deliberado pela “vigilância da Jari” contra os moradores das comunidades do vale do rio Cajari confirmavam que a instalação dos grandes projetos na Amazônia não possuía nenhum interesse em contribuir ou respeitar a vida das famílias tradicionais locais, nem mesmo a floresta. A exploração demasiada e retornos financeiros eram o principal objetivo de uma empresa de exploração, que oprimia, expulsava e violentava os extrativistas (SILVA, 2007).

A violência sofrida pelos extrativistas resultou em novos sujeitos históricos que unificaram as bandeiras de lutas em prol da utilização, exploração e manejo consciente da floresta, e tiveram como um dos líderes o Sr. Pedro Ramos¹². A partir de uma liderança sindical o sul do Amapá passa a ter certa autonomia sobre como garantir os direitos que não

¹² Em 1976, na Pedra Branca, Pedro Ramos vai ter contato com técnicos do serviço de extensão rural, que desenvolviam atividades de campo voltadas para a Organização Rural de pequenos agricultores. A partir daí, Pedro Ramos envolve-se com os extensionistas, nas atividades de mobilização para a organização política dos pequenos produtores rurais em todo Amapá. Entrevista concedida a Antonio Sergio Filocreão. Macapá, em ago. 2009.

incidiam somente no usufruto e subsistência da terra, mas na qualificação técnica da mão de obra, sistema educacional, melhorias na saúde e equilíbrio ambiental (SILVA, 2007).

O Senhor Joaquim¹³ explica como teve a sua participação nos movimentos sociais extrativistas no sul do Amapá nos anos de 1980 e 1990:

Bem eu sou Joaquim Correia de Sousa Belo né, sou filho do município de Mazagão de uma família que também veio desse histórico de movimento social né, que seu Tomé que foi presidente do Sindicato né, foi fundador do PT, da central única dos trabalhadores, então eu já venho de uma família que tem essa tradição do movimento social e a minha relação com o trabalho e a organização na verdade é, ela começa em 87, ela inicia ali porque foi quando o Pedro Ramos então presidente do sindicato dos trabalhadores rurais é, ano antes tinha conhecido a, as escolas famílias no sudeste do Brasil no caso o Espírito Santo, e aí é desde de 85 ele começou a mobilizar jovens pra estudar pro Espírito Santo né, e eu sou de um grupo que, de 87, a naquela esperança de que precisava fortalecer o movimento social com o jovem um pouco mais capacitado essa história toda. E eu fui em 87 estudar na escola família que estudei apoiado pelo sindicato, mas no ponto de vista político, mas no ponto de vista financeiro era a família, mas é junto da escola, a escola Edvania no Espírito Santo, lá em Anchieta era o sindicato que era responsável pela gente, e quando eu cheguei em 92, é eu fiquei trabalhando em casa né, e fazendo o meu trabalho voluntário do sindicato, porque como o sindicato tinha dado esse apoio político e quando eu cheguei no Estado do Amapá eu fui fazer esse trabalho voluntário quando gado, porco invadia a roça dos trabalhadores né, o pessoal me convoca e eu fazia laudo assim, fazia os levantamentos lá pra poder entrar caçamba pra cobrar o prejuízo do fazendeiro do dono do porco assim, enfim.

Os movimentos sociais de ações extrativistas na Amazônia em seu alicerce de mudanças advindas de suas lutas em garantir os seus direitos assistidos pelo governo federal e projetados na vida social da população tradicional passam a ser cogitados pelas esferas governamentais após o início conturbado dos movimentos sociais dos seringueiros do Acre na década de 1970, e executados na década de 1980 através da política de assentamentos. Pois, sujeitos coletivos do campo, “Passam a organizar-se, procurar os poderes públicos, demandar, pressionar, negociar, enfim um amplo espectro de atividades que os colocam frente ao exercício da participação política” (MEDEIROS, 2002, p. 30).

Os extrativistas no sul do Amapá irão se articular com o CNS e através da assistência recebida irão criar as associações, cooperativas, diretorias e novas organizações representadas por pessoas das comunidades aliadas às instituições não governamentais, que darão suporte de como receber, se apropriar, tentar manter a equidade e receber assistência dentro dos assentamentos.

¹³ Joaquim Correia de Sousa Belo. Entrevista concedida a Antonio Sergio Filocreão. Macapá, 13 de jun. 2012.

A política de assentamentos nas áreas de uso especial, designados sob a jurisdição do INCRA será bastante questionada, tendo em vista que mediante a instalação dos assentados, seria necessário ater-se de uma atenção maior para com os moradores tradicionais, pois estes teriam de se adaptar a um novo modelo político estrutural, respeitar regras, e receber auxílio nos problemas apresentados nas comunidades, porém as dificuldades sentidas pela falta de uma política pública interessada em resolver os problemas dos assentados, será um novo ensejo que desencadeará novos conflitos e mobilizações e que terá o suporte do CNS, e CNPT.

Os primeiros anos após a criação do PAEs Maracá I, II, III, a atuação do INCRA nos assentamentos era de extrema negligência, criando um cenário de conflitos entre alguns beneficiários e invasores que estavam desenvolvendo atividades não embasadas nos objetivos desta área de uso especial. De acordo com o diagnóstico da GT, se percebe uma série de conflitos no PAEs, mediante, a invasão, instalação de empresas na área, fornecimento pelo INCRA de cadastros rurais que passam a ser utilizados pelos invasores como documento de terra, expulsão de beneficiários, atividades predatórias como mineração, extração de madeira, instalação de fazendas de búfalos, devastação dos açazais por palmeiras, caça e pesca irregular, além das deficiências dos serviços públicos voltados a saúde, educação e assistência técnica (INCRA, 1993).

No ano de 2007 o INCRA apresentou um relatório sobre a ocupação no PAE Maracá, identificando 90 casos de pessoas cadastradas que não residem, ressaltando que esta situação ocupacional é de responsabilidade administrativa da Associação dos Trabalhadores do Assentamento Agro-extrativista do Maracá (ATEXMA), pelo desconhecimento e falta de controle das famílias cadastradas junto ao INCRA (INCRA, 2007).

O empasse gerado na organização política da população do PAE Maracá, com a sua principal entidade responsável pela gestão do assentamento, não levou adiante as propostas que surgiram desde a criação dos PAEs, deixando-os impossibilitados de tomar qualquer decisão importante relacionados aos assentamentos de novas famílias, distribuição dos recursos para apoio aos assentados, e decisões burocráticas e unilaterais junto ao INCRA (INCRA, 2007).

A atenuação da ATEXMA permitiu que o INCRA atuasse no PAE sem consultar a associação, cadastrando em seu Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária (SIPRA), Relação de Beneficiários (RB) do PAE, famílias que não habitam o assentamento, e que tiveram acesso a recursos financeiros destinados aos assentados (INCRA, 2007).

Os problemas correlacionados aos assentamentos se pronunciam através de uma nova bandeira de luta, que buscam através das mobilizações dos extrativistas a solução do caso. O sul do Amapá será manifestado pela insatisfação da política pública empregada, mas que contará com aliados fundamentais para que se amenize e ou resolva as dificuldades nas áreas de uso especial.

Este cenário eloquente no sul do Amapá projeta também aos extrativistas da RESEX Cajari a insatisfação na política pública, que os mantinham em dificuldades mesmo após a criação desta UC. E que irão buscar subsídios através do CNS, para criarem e se articularem mediante as tipologias organizativas dos sindicatos, cooperativas, e associações que buscavam externar um bem comum ao coletivo, mas com diferentes formas de atuação.

A tipologia do sindicato no Brasil foi criada através da articulação e mobilização das ações coletivas do campo a favor da regulamentação dos contratos de arrendamento e parceria, e o reconhecimento dos direitos trabalhistas atuando de forma pluralista e estrutural sindical envolvendo categorias múltiplas de trabalhadores, tais como, assalariados, pequenos proprietários, posseiros, parceiros entre outros. O Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR) representa legalmente a categoria de trabalhadores rurais (MALAGODI; BASTOS, 2003).

A tipologia das cooperativas mediante a sua criação agrega um grupo de pessoas, que buscam em conjunto e com objetivos comuns a obtenção de melhorias das condições de vida e renda dos integrantes, estes seguem os princípios norteadores de adesão voluntária e aberta; gestão democrática por parte dos sócios; e participação econômica dos sócios (ZANOTTI, 1999).

A tipologia da associação é uma entidade através de um grupo de pessoas buscando a realização e consecução de objetivos e ideais comuns sem finalidade lucrativa. No caso do sul do Amapá, essas tipologias irão se apresentar com mais ênfase mediante a criação de algumas associações pós-criação da RESEX Cajari.

Essas tipologias no campo rural terão o intuito de consolidar as bandeiras de lutas extrativistas, com o objetivo de garantir os direitos dos tradicionais no campo mediante a forma de representatividade de cada tipologia, emergindo na necessidade de atenuar os conflitos, e assegurar a política de assentamento e criação das reservas, e como alternativas de equidade política, social, e econômica para os tradicionais. Porém, se observa que “Tais condicionantes nos impõem uma reflexão sobre o território, sobre o acesso e a posse, como componente fundamental para o desenvolvimento sustentável” (MELLO, 2007, p. 56).

A política distributiva na década de 1980 no país mediante os assentamentos e até mesmo com a criação das reservas mostra que os conflitos sociais no campo ainda emergem

devido à ausência de uma justa reforma agrária. A tabela 2 é resultado de um trabalho árduo realizado pela CPT para discriminar e identificar a forma de violência no campo, as variáveis apresentadas pelo numeral (1) representam o número de famílias, e as variáveis identificadas pelo numeral (2) representam os valores por unidades de números (BARP; BARP, 1997).

Tabela 2 - Brasil – Indicadores de Violência no Campo. Dados anuais 1988-1993

Formas de Violência	1988	1989	1991	1992	1993
Expulsão (1)	3.932	1.842	413	1.664	1.369
Despejo Jurídico (1)	2.387	3.107	2.286	6.001	12.469
Ameaça de Expulsão (1)	3.402	3.055	7.931	2.090	5.234
Destruição de Casas (1)	132	306	749	703	667
Destruição de roças (1)	1.024	300	1.280	1.040	1.419
Assassinatos (2)	93	56	49	46	52
Tentativa de Assassinatos (2)	68	100	96	47	37
Ameaça de morte (2)	153	134	253	164	154
Agredidos fisicamente (2)	288	1079	1.691	1.379	1.080
Lesões Corporais (2)	153	512	5	91	2.048
Torturados (2)	6	66	166	15	87
Presos (2)	267	401	261	304	272
Índice de Violência no campo	11.905	9.116	15.180	13.544	24.888

Fonte: Barp e Barp (2008)

Os índices de violência no campo despejam a realidade esdruxula sobre a política governamental de assentamento iniciado na década de 1980 e que confirmam que mesmo com os movimentos sociais e ambientais conseguindo êxitos em suas reivindicações, o quadro de conflitos no campo ainda era alarmante (BARP; BARP, 1997).

Os dados da CPT salientam que durante os anos de 1984 a 1994 se manteve uma expressiva participação dos assentamentos na região norte com 50%, centro-oeste com 13%, totalizando 63% de famílias instaladas, embora a região nordeste tenha aumentado a sua participação com 26% das famílias assentadas, enquanto no sul apenas 5% (SANTOS, 1997).

O sul do Amapá tivera em seu processo de ocupação e apropriação das riquezas florestais os moldes dos ciclos econômicos desenvolvidos em outras áreas da Amazônia a partir do período colonial com a exploração das drogas do sertão, incidindo no sistema de aviamento no período do ciclo da borracha na região do Acre, e chegando ao desenvolvimento desenfreado estabelecidos com os grandes projetos instalados em toda a Amazônia no período do regime militar (SILVA, 2007).

Mediante o processo de desenvolvimento na Amazônia, a construção do contexto histórico organizacional político da população tradicional extrativista do sul do Amapá, contribuiu para a imposição de novas relações institucionais, conseguindo romper com o poder centralizado que mantinha a priori o controle da região num sistema de coronelismo; empresas estrangeiras e dos grandes projetos. “No entanto o reconhecimento jurídico, a construção formal de um direito, para que tenha legitimidade, deve ser uma resposta do Estado à demanda organizada” (GOHN, 2010, p. 32).

A partir dos anos de 1980 duas grandes influências irão se expandir e alterar o quadro e a forma das relações de poder. De um lado o Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Amapá (SINTRA) com sede em Macapá e de outro, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Almeirim (STR Almeirim) com sede na região do rio Jarí, que estenderam auxílio através de bandeiras de lutas dos moradores extrativistas da região Cajari (FILOCREÃO, 2007).

Para compreender o quadro de mudanças nas relações de poder nos anos de 1980, é preciso salientar o processo de ocupação econômica na região sul do Amapá, ao qual são utilizados dois polos de influências: Mazagão na época colonial e Almeirim no “boom” da borracha. As dificuldades de acesso a Macapá, capital do Território Federal do Amapá e a sede municipal do Mazagão, devido à distância e a ausência de ligação rodoviária, fez com que os extrativistas dos rios Jarí, Cajari e Iratapuru, mesmo residindo no município de Mazagão, mantivessem as suas relações comerciais com o Pará, mediante o município de Almeirim, na época do coronel José Julio até o projeto Jarí (FILOCREÃO, 2007).

O Amapá sendo ainda Território Federal, não conseguia receber a devida atenção dos governadores nomeados, pois não havia a responsabilidade na integração econômica da região. Porém a partir de 1987 esse quadro acaba mudando, e através do decreto 7.639 se cria o município do Laranjal do Jarí com sede no chamado “Beiradão” localizado as margens do rio Jarí. E no ano de 1988 mediante a nova Constituição Brasileira o Território Federal do Amapá, passa a ser Estado do Amapá (FILOCREÃO, 2007).

Essas mudanças políticas administrativas ocorridas no Amapá forçam os moradores e dirigentes municipais da região sul do Estado a reconstruírem seus vínculos de relacionamento sociocultural e político com Macapá, capital do Estado do Amapá e aos governos estaduais a trabalharem na integração econômica da região através do planejamento estatal.

Com a Integração Econômica para o Estado do Amapá, a Criação da RESEX Cajari em 1990 se tornou imprescindível. As ações do IBAMA para a regularização fundiária desta UC se iniciam após a criação em 20 de janeiro de 1992 do CNPT, a responsabilidade deste

Centro era não deixar prescrever os decretos de criação das Reservas Extrativistas que poderiam perder as validades quanto ao conteúdo desapropriatório das terras por interesse social no dia 12 de março de 1992 (IBAMA, 1993).

De acordo com Filho (2012, p. 6) as Reservas Extrativistas para a Amazônia, direcionados ao desenvolvimento sustentável, incidem:

Conforme propõe o CNS, a criação de Reservas Extrativistas realça a junção entre a questão fundiária e a questão agro-ecológica, propondo novos critérios no apossamento da terra, centrado no uso sustentado dos recursos naturais. Assim, pode-se afirmar que o programa de RESEX para a Amazônia é parte de um modelo de desenvolvimento sustentável que respeita as especificidades da região. Somente o Governo Federal pode criar uma Reserva Extrativista, uma vez que se trata de reforma agrária, e sua definição a compreende na qualidade de terra da União, sobre a qual os trabalhadores possuem o direito de usufruto.

Mediante as ações emergenciais, o CNPT sob pressão da ECO-92 inicia o processo de desapropriação autorizada pela Justiça Federal em 11 de março de 1992 das terras da reserva Cajari ora ocupadas por imóveis que em boa parte estavam sob a posse do Projeto Jari (FILOCREÃO, 2007).

No ano de 1992, também foi firmado um convênio com o Conselho Nacional dos Seringueiros Representação do Amapá (CNS-RA) para a construção de 3 armazéns de 50 m² para armazenamento da castanha e funcionamento de cantinas comunitárias para atender os castanheiros; construção de um posto de saúde de 70 m²; construção de um posto de fiscalização; compra de uma lancha e implantação de um sistema de radiofonia. O convênio totalizou Cr\$ 129.499.000,00, e na sua execução não teve o sucesso desejado, pelos preços subvalorizados e a inexperiência administrativa do CNS-RA para lidar com recursos públicos (FILOCREÃO, 2007).

Com a inexperiência administrativa do CNS-RA a responsabilidade pela execução da obra mediante o convênio é transferida para o IBAMA, devido à fragilidade técnica operacional do CNS-RA para garantir a completa realização do projeto.

A organização política dos moradores da RESEX Cajari se inicia em 1984, através da visita ao SINTRA dos agricultores Joel Barbosa Rodrigues da localidade de Água Branca do Cajari e Antonio Damásio de Boa Esperança da localidade Cajari. O intuito de ambos era denunciar os problemas fundiários da região e as dificuldades dos moradores em garantir o acesso aos seus direitos (FILOCREÃO, 2007).

Os senhores Joel Barbosa Rodrigues e Antonio Damásio de Boa Esperança eram (produtores multiplicadores) da Associação de Assistência Técnica e Extensão Rural do Território (ASTER-AP), propiciando a difusão das tecnologias agrícolas na região. A orientação que receberam do SINTRA e da ASTER-AP foi para convocarem e organizarem a população através de uma associação e sindicato para que ambos conseguissem lutar pelos seus direitos. Diante dessas orientações se criou no ano de 1984, a Associação Agrícola e Extrativista dos Trabalhadores Rurais do Cajari que incluía trabalhadores de Água Branca, Boca do Braço, Itaboca, Acampamento, Santarém, Marinho e Dona Maria. Essa organização foi presidida na sua existência pelo Senhor Joel Barbosa Rodrigues (FILOCREÃO, 2007).

A partir da orientação recebida pelo SINTRA e ASTER-AP os senhores (produtores/multiplicadores) invertem a situação de “sujeito político e cultural da sociedade civil, ante organizado em movimentos e ações coletivas de protestos, agora parcialmente mobilizados por políticas sociais institucionalizadas” (GOHN, 2010, p. 21).

Em 1986 Pedro Ramos ¹⁴ informou sobre a sua primeira viagem como presidente do SINTRA na região da área da RESEX Cajari para discutir a organização sindical dos moradores e os problemas fundiários existentes. Era visível a opressão e ameaças sofridas pela população tradicional, diante do grupo de seguranças armados do Projeto Jarí, que mantinham a guarda acirrada com a tentativa de evitar a realização de qualquer benfeitoria dos moradores extrativistas no local, que pusessem em risco o direito de propriedade da Jarí sobre as terras da região (FILOCREÃO, 2007).

A região da Reserva Cajari possui a maior produção de castanha-do-brasil tanto no município quanto no estado, a sua área de várzea torna-se propícia para a criação de búfalose e as riquezas de suas matas e solos favorecem a plantação e exploração. As práticas de manejo, o modo de produção agrícola nas comunidades do Rio Cajari é utilizado para o autoconsumo e comercialização, mas também são imbricados pela exploração dos atravessadores da região (FILOCREÃO, 2002).

Os moradores tradicionais da RESEX Cajari no sul do Amapá buscam através da criação de associações a garantia de poder levar os problemas locais enfrentados pelas comunidades aos conselhos participativos, no intuito de angariar mudanças e solucionar os problemas existentes nas comunidades inseridas nas UC's.

¹⁴ Pedro Ramos. (Primeiro presidente do SINTRA, vice-presidente do CNS). Entrevista concedida a Antonio Sergio Filocreão. Macapá, jan. 2006.

3.2 MOVIMENTO SERINGALISTA: ADVENTO E CONTRIBUIÇÃO PARA A CRIAÇÃO DAS RESERVAS EXTRATIVISTAS.

A década de 1960 exprime uma nova perspectiva de ocupação da Amazônia, e que ganha mobilidade com o projeto desenvolvimentista militar em 1964, ou seja, aferindo no processo de homogeneização dos espaços. As áreas de seringais foram sendo transformados em pastos para o gado coexistindo com a empresa tradicional dos seringalistas, e difundindo num engajamento de luta na década de 1970 em defesa dos direitos da população tradicional.

No Acre, foram loteadas terras onde moravam famílias inteiras de trabalhadores extrativistas. Neste período as linhas de créditos eram fáceis e baratas, garantindo facilidades aos novos proprietários. A criação de programas como Programa Nacional de Acesso a Terra (PROTERRA) e o Programa de Incentivo à Borracha Vegetal (PROBOR) e outras formas indiretas de suporte à expansão, entravam como agente do processo, transferindo para o Acre um grande contingente de trabalhadores oriundos do sul do país (SILVA, 2007).

As políticas públicas locais irão subsidiar e sustentar a expansão da fronteira na Amazônia, baseada no fogo e na pata do boi. Com o enfraquecimento do modelo de produção extrativista massacrado pelo sistema impiedoso do aviamento, muitos seringueiros foram expulsos com violência das terras que ocupavam, saindo à procura de novas áreas e formando uma nova categoria conhecida como produtor autônomo.

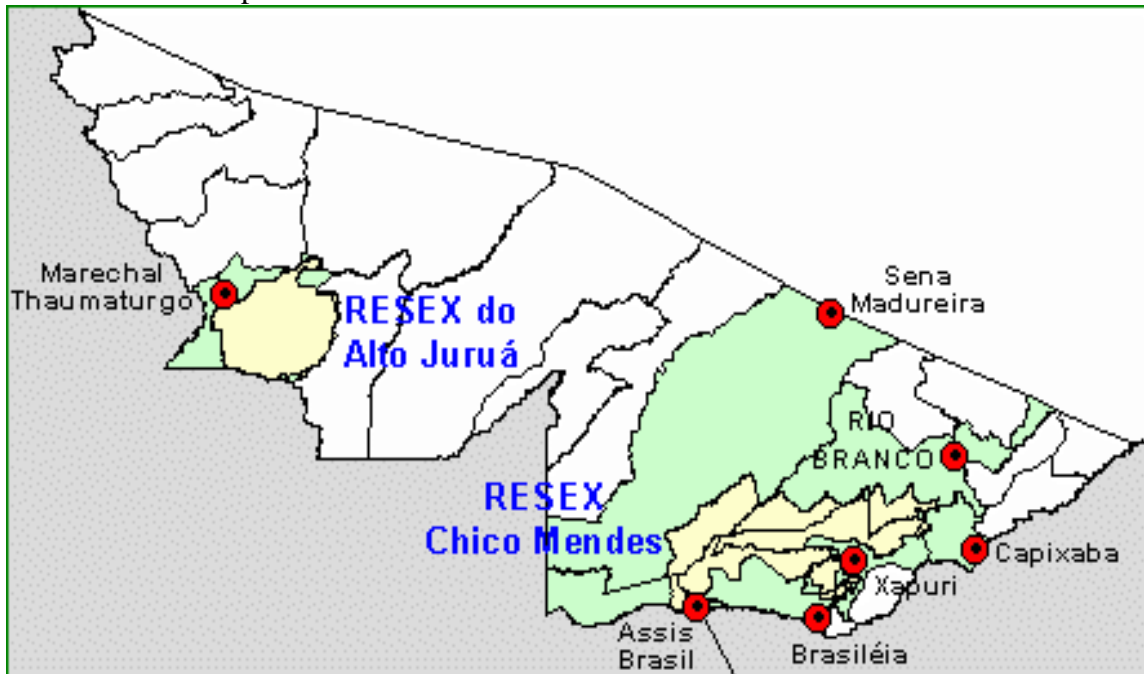
Os produtores autônomos eram posseiros ligados historicamente ao ciclo da borracha, nos quais, pela necessidade começaram a explorar o látex por conta própria e a vender os produtos para comerciantes locais. A rentabilidade familiar dessas populações tradicionais se completava com a pequena agricultura.

A partir das lutas dos trabalhadores autônomos do estado do Acre, principalmente dos municípios de Rio Branco, Xapuri e Basiléia, começou a surgir uma forte mobilização advinda de outros movimentos sociais e de luta pela terra que não obtiveram bons resultados, mas se tornaram um marco na ação coletiva, como o caso das Ligas Camponesas, se tornando reflexos de novas lutas mais organizadas que resultaram na década de 1980 na criação das RESEX's (SILVA, 2007).

A Criação das RESEX's na Amazônia se confirmou através do processo de luta no campo se fortalecendo através dos seringueiros e que se espalharam por toda a Amazônia. Para os seringueiros este processo resultou na criação da RESEX Chico Mendes localizada no Acre, conforme o Mapa 2, sendo criada através do Decreto nº 99.144 de 12/03/1990 que

abrange os municípios de Assis Brasil, Brasiléia, Capixaba, Xapuri, Sena Madureira e Rio Branco.

Mapa 2 – RESERVA EXTRATIVISTA CHICO MENDES



Fonte: IBAMA (2012)

Para compreender esse processo de lutas dos trabalhadores autônomos do Acre, é necessário resgatar o contexto histórico que eclodiu nos empates, desencadeando severos conflitos no campo. No ano de 1975 com o intenso avanço repressivo do processo latifundiário na região do Acre, surgiram os primeiros sindicatos implantados pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) perante o seu representante o senhor João Maria, que organizou os trabalhadores e contou com o apoio da igreja católica (FILHO, 2012).

O primeiro sindicato por iniciativa desta organização dos trabalhadores foi fundado no ano de 1975, na cidade de Sena Madureira, e no mesmo ano outro sindicato foi fundado no Rio Branco. Porém foi na pequena cidade de Brasiléia que a luta dos seringueiros fermentaria e se destacaria através de seus principais líderes, Wilson Pinheiro e Chico Mendes (FILHO, 2012).

A mobilização dos seringueiros tinha a priori o intuito de impedir os desmatamentos exacerbados na região, essa luta coletiva se tornou mais eficiente através dos empates, ao qual conforme o relato de Chico Mendes, em entrevista à Cândido Grzubwsk salienta que, o empate é uma forma pacífica de resistência, onde a comunidade se organiza sob a liderança

do sindicato e, em mutirão, se dirige à área que será desmatada pelos pecuaristas colocando-se diante dos peões e jagunços para pedir que não desmatem e que se retirem do local (FILHO, 2012).

O primeiro empate aconteceu num seringal nas cercanias de Brasília em março de 1975, e a partir desse período até dezembro de 1988, mês e ano do assassinato de Chico Mendes, se realizaram 45 empates, totalizando 30 derrotas e 15 vitórias. Mesmo com sucesso dos empates no primeiro momento, os fazendeiros conseguiam através da ordem judicial a autorização para executar o desmatamento (FILHO, 2012).

A década de 1970 a mobilização dos movimentos sociais no campo avançavam, e a violência por parte dos fazendeiros se intensificava. A tática utilizada por estes latifundiários contra os lavradores, e seringueiros da floresta era de execução dos líderes dos movimentos. A partir de 1975, o número de assassinatos no campo se torna alarmante.

O líder Wilson Pinheiro foi assassinado na sede do sindicato de Brasília em julho de 1980, e posteriormente no ano de 1985, com a fundação da União Democrática Ruralista (UDR) esta entidade elitista agrária irá transformar a violência exacerbada no campo, numa alternativa política, perseguindo todos aqueles que estavam empenhados na luta pela reforma agrária, como os setores da Igreja Católica, representados pela CPT, denominados pela UDR de “clero progressista”, “a UDR era frequentemente envolvida com a compra de armamentos e a formação de milícias privadas visando responder violentamente à invasão de terras” (FILHO, 2012, p. 5).

Com a morte do líder Wilson Pinheiro, a luta coletiva não se enfraqueceu e passou a se concentrar na cidade de Xapuri, com a inauguração do sindicato em 1977 sob a liderança de Chico Mendes. A força de luta ganhava um novo viés, e não seria somente pelo desmatamento, mas a proposta de luta avançava para a questão da educação nos seringais (FILHO, 2012).

Em 1981 Chico Mendes juntamente com a antropóloga Mary Helena Allegretti, delineavam o Projeto Seringueiro, que correspondia a um trabalho de educação popular elaborado por pessoas ligadas a Paulo Freire e ao Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI), obtendo os recursos financeiros do Comitê de Oxford de Combate a Fome (OXFAM). O projeto era baseado na realidade vivida pelos seringueiros, que buscavam desenvolver a alfabetização popular (FILHO, 2012).

No ano de 1985, os empates passaram para a defensiva, não conseguindo obter êxito na grande escala das queimadas na floresta e das diversas formas de violência no campo. Chico Mendes buscou apoio de aliados externos, agindo sempre de forma pacífica, e nesse

período, com o apoio de Mary Allegretti e financiamentos de algumas agências como a OXFAM, os seringueiros da Amazônia foram até Brasília para participar do Primeiro Encontro Nacional dos Seringueiros, criando a partir desse encontro as bases para o CNS (FILHO, 2012).

O CNS foi criado como forma de protesto pelos seringueiros, pois estes não conseguiam participar das reuniões do Conselho Nacional da Borracha (CNB), no documento final, a expressão “Reservas Extrativistas” (RESEX’s) foi cunhada por um grupo de trabalho formado por representantes de Rondônia buscando fazer uma analogia às reservas indígenas (FILHO, 2012).

Em 1986, após o acontecimento do Primeiro Encontro Nacional dos Seringueiros, uma comissão de índios e seringueiros, organizada pelas lideranças indígenas e pelo CNS, se desloca à Brasília para reivindicar seus direitos. A aliança dos povos da floresta fortalece o movimento, que idealizado por Chico Mendes, propõe a união dos índios e seringueiros para lutarem em favor da preservação da floresta amazônica.

As ações coletivas dos movimentos sociais no campo acentuam a pressão sobre o governo federal. Essas categorias de ações indígenas, dos seringueiros, lavradores, e extrativistas, consolidavam a união de suas mobilizações em toda a Amazônia. Através de vários encontros na capital federal com órgãos e ministérios, unidos, criaram o primeiro grupo de trabalho para discutir e aprofundar a questão da Reserva Extrativista na Amazônia (FILHO, 2012).

Conforme o CNS, a criação de Reservas Extrativistas tem o critério de propor o apossamento da terra centrado no uso sustentado dos recursos naturais. O programa da RESEX para Amazônia é parte de um modelo de desenvolvimento sustentável que respeita as especificidades da região, e na qual somente o Governo Federal pode tomar a iniciativa de criar a RESEX em se tratando de terras da União (FILHO, 2012).

A notória visibilidade que as mobilizações coletivas dos povos tradicionais ganharam a nível nacional e internacional se deve a figura de Chico Mendes. Em março de 1987 este líder seringueiro segue viagem para Miami no intuito de denunciar junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a devastação da Amazônia e a violência praticada contra os seringueiros, causada por projetos financiados pelos bancos multilaterais, e na sequência, em Washington, Chico Mendes se encontra com o senador republicano Robert Kasten Jr. para solicitar a suspensão da pavimentação da BR-364, o que consegue êxito após um mês (FILHO, 2012).

O movimento dos seringueiros ressaltava Chico Mendes, não era contra a construção e pavimentação da rodovia, mas sim da forma como esta foi construída, sem que os devidos cuidados ambientais fossem considerados. Os movimentos sociais ocorridos na Amazônia tinham certas peculiaridades, mas a sua abrangência e violência sofridas de todas as formas, os firmava num só objetivo, a reforma agrária necessária e justa, as RESEX's fazem parte dessa medida.

Em julho de 1987 em Londres, Chico Mendes recebe o prêmio Global 500 concedido pela United Nations Environment Program (UNEP), da Organização das Nações Unidas (ONU), em reconhecimento à sua maciça luta pela defesa da floresta amazônica. E no mês de setembro, é homenageado em Nova York com a medalha ambiental da Better World Society, da cadeia norte-americana de televisão a CNN (FILHO, 2012).

Com toda a força de luta acionada pela liderança Chico Mendes, não pode evitar a sua própria morte, o mesmo fora assassinado por fazendeiros em dezembro de 1988. Após o atentado os movimentos seringueiros adquirem um novo perfil de organização, através de uma combinação de sindicatos confederados pela CONTAG, com uma organização através do Conselho contando com aliados ambientalistas que possuíam recursos próprios. Nesse período algumas lideranças ganharam evidência (ALMEIDA, 2004).

Chico Mendes conseguiu ver a criação da primeira Reserva Extrativista, que aconteceu em fevereiro de 1988, no seringal São Luis do Remanso no Acre, que fora desapropriada no mês seguinte para se tornar a RESEX. Ressalta-se que esta área estava sob o controle de Darly Alves da Silva, mandante do assassinato do líder seringueiro. E Em 1990, José Sarney assina o decreto de regulamentação das Reservas Extrativistas (FILHO, 2007).

Os movimentos sociais se opõem ao modelo adotado pela nova ordem global, segundo Castells (2010, p. 94):

Por quanto esses movimentos também têm como ponto comum a oposição declarada à nova ordem global, o adversário identificado em seu discurso e em suas práticas. Além disso, todos eles provavelmente causarão impactos significativos em suas respectivas sociedades, direta ou indiretamente.

As mobilizações de cunho social e agrário que ocorreram em toda a Amazônia, e no caso do sul do Amapá, se faz no primeiro momento de forma espontânea através dos “empates” no período de 1973 a 1976 e posteriormente de forma mais organizada e

coordenada com encontros e discussões locais e nacionais consistindo na criação do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) (ALLEGRETTI, 1994).

O CNS terá um papel fundamental na representação e anseios das populações tradicionais na Amazônia, e levará à frente as propostas e conquistas decorrentes das lutas movidas pelos extrativistas. E uma dessas conquistas em 1988 se deu com o reconhecimento dos seringueiros como posseiros pelo Estatuto da Terra, de 1964, garantindo indenizações e constituindo áreas especialmente destinadas a execução dos assentamentos extrativistas (SILVA, 2007).

Nesse ensejo as alianças entre as organizações não governamentais, com setores da igreja católica, sindicatos rurais e intelectuais aliados aos movimentos seringueiros, foram fundamentais para a construção conceitual da RESEX e discernimentos dos interesses fundiários e de produção dos povos tradicionais da floresta.

Durante o Encontro Nacional no ano de 1985 organizado pelos seringueiros, com a proposta de reconhecimento de suas atividades como produtores da borracha, ganharam visibilidade para a história de suas lutas e contribuíram para as mudanças significativas nas bandeiras de lutas extrativistas em toda a Amazônia (ALLEGRETTI, 2002).

As entidades representativas dos seringueiros, posteriormente ao Encontro Nacional passaram a receber convites para dos órgãos públicos federais, que dariam suporte para o desdobramento para uma proposta viável a Amazônia, no caso, as RESEX's, com padrões definidos pela reforma agrária (ALLEGRETTI, 2002).

As mudanças que ocorriam na Amazônia mediante as lutas dos movimentos sociais também era um fator imbricado e preocupante. De acordo com Allegretti, (2002, pp. 462-463):

Não foi isso que ocorreu, no entanto. Eles formularam uma proposta que significa, de um lado, a solução para os conflitos fundiários nos quais estavam envolvidos, com maior ou menor grau de violência, em toda a Amazônia e, de outro, abria um caminho de futuro com qual sonham todos os trabalhadores rurais, de serem beneficiados pelo desenvolvimento. A diferença era que, para concretizá-la, seria necessário não somente rever todos os procedimentos até então existentes de reforma agrária, como todos os conceitos predominantes de desenvolvimento. E o locus onde queriam ver essa mudança se concretizar, também era novo – a floresta.

Na década de 1980 e 1990 a institucionalização das ações coletivas virá imperar no sentido da regulamentação normativa, ou seja, com regras e espaços demarcados e não como

um campo relacional de reconhecimento. “a possibilidade da emancipação fica confinada aos espaços de resistência existentes” (GOHN, 2012, p. 65).

As lutas e reivindicações dos seringueiros entram efetivamente na pauta de discussão do primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) com o processo de redemocratização e o fim do regime militar em 1985. As reivindicações extrativistas ganham atenção e se efetivam através do Programa de Assentamento Extrativista (PAE) sob a coordenação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Acre, Amazonas e Amapá, foram escolhidos pelo governo federal para a implantação do PAE (SILVA, 2007).

O processo de manifestações ocorridas no campo brasileiro em prol da reforma agrária se transformou em luta pela construção de uma nova cidadania para todos aqueles que foram excluídos da terra e da participação social. Pois, “Os conflitos sociais provém também de experiências morais, e não somente de relações de poder” (GOHN, 2012, p. 49). Esta luta de frente política gira em torno da propriedade e do uso da terra que se configurou num campo de conflitos agrários (SANTOS, 1997).

Os movimentos sociais desencadeados no campo se empenharam para garantir a luta pelos seus direitos, e conseqüentemente de abster-se da forma atroz e excludente resultado de uma política cerrada e desenfreada a partir do período do regime militar. As mobilizações no campo advindas por ações coletivas reafirmam que a estrutura governamental não poderia se manter atônica, e a criação das reservas seria viável e necessária para que se pudessem construir novas perspectivas atrelados à política da reforma agrária, envolvendo a dinâmica do desenvolvimento sustentável, onde os movimentos no campo “Lutam por novas culturas políticas de inclusão, contra a exclusão” (GOHN, 2010, p. 16).

Os movimentos sociais não delimitam fronteira, suas manifestações são necessidades cabíveis e imbricadas de mudança na estrutura de exclusão. De acordo com Castells (2010, p. 94):

Tal enfoque nos afasta da pretensão de interpretar a “verdadeira” consciência dos movimentos, como se somente pudessem existir revelando as contradições estruturais “reais”. Como se, para vir ao mundo, tivessem necessariamente de carregar consigo essas contradições, da mesma forma que o fazem com suas armas e bandeiras.

Durante este processo histórico extrativista, dois importantes episódios no âmbito de lutas resultaram na morte no ano de 1978 do presidente do Sindicato dos Trabalhadores

Rurais (STR) de Brasília, o senhor Wilson de Souza Pinheiro e no ano de 1988 a morte do presidente do STR de Xapuri, o senhor Chico Mendes. Esses dois fatos foram importantes para a tomada de consciência da opinião pública sobre os problemas enfrentados pelos seringueiros do Acre (SILVA, 2007).

Mediante todos esses acontecimentos na Amazônia, os movimentos sociais ocorridos no Acre cederam espaço para que o governo federal percebesse e acatasse a produção e reprodução por terra do modo de vida das populações tradicionais, criando espaços através das UC's e as transformando em reservas de exploração através da prática de manejo com consenso de desenvolvimento sustentável que contribua com a família extrativista local. No entanto, “A ação coletiva entre esses sujeitos e os novos sujeitos em cena abre e fecha horizontes” (GOHN, 2012, p. 71).

O conjunto estrutural no campo do desenvolvimento econômico e social nas reservas, de acordo com Allegretti (1994, p. 24):

Esse conjunto de demandas passou a ser denominado de Reserva Extrativista, ou seja, a regularização das áreas tradicionalmente habitadas e a introdução de inovações no campo econômico e social que permitisse a modernização da produção e do estilo de vida. A partir da organização do movimento em vários estados da Amazônia, a proposta passou a adquirir conotações específicas conforme a tradição histórica local e característica dos recursos naturais em exploração.

As mobilizações sociais no campo, a partir da organização dos seringueiros do Acre e disseminadas para outras áreas da Amazônia e do Brasil, obrigou o governo federal brasileiro a reconhecer as RESEX's como espaços territoriais destinados à exploração autossustentável e conservação dos recursos naturais renováveis, por população extrativista (SILVA, 2007).

O esforço das transformações no contexto social, organizacional e político das mobilizações coletivas, fundamenta o que a história social demonstra, ou seja, que não existe política social sem um movimento social capaz de impô-la. Os movimentos sociais criam ou recriam formas de ações originais, em seus fins e seus meios, e de fortes conteúdos simbólicos e para os objetivos precisos, concretos e importantes para a vida social (BOURDIEU, 2002).

As mobilizações no campo e seus reflexos de lutas nas ações coletivas extrativistas exercem através de suas reivindicações, a necessidade perante o governo federal em articular e acatar as mudanças favoráveis às populações tradicionais. Ressalta-se que “O movimento

social apresenta-se na abordagem acionista como ação de um grupo, um ator coletivo” (GOHN, 2012, p. 97).

As manifestações ocorridas na Amazônia, mediante as lutas dos movimentos sociais de cunho extrativista criam aliados e adversários na trajetória. Os movimentos sociais passam a ser analisados mediante três princípios nos termos da tipologia Classista definidas por Alain Touraine, e adaptadas por Castells, (2010, pp. 95-96):

Em minha adaptação (que acredito estar coerente com a teoria de Touraine. Identidade refere-se à autodefinição do movimento, sobre o que ele é, e em nome de quem se pronuncia. Adversário refere-se ao principal inimigo do movimento, conforme expressamente declarado pelo próprio movimento. Meta societal refere-se a visão do movimento sobre o tipo de ordem ou organização social que almeja no horizonte histórico da ação que promove.

A atuação dos extrativistas da Amazônia aliada à pressão maciça absorvida e disseminada pelos discursos ambientalistas resultou na mobilização de amplos setores da sociedade, contribuindo para legitimar as RESEX's como proposta viável no âmbito da sustentabilidade. Este resultado implicara num grande impacto pela corrente de força mediante as mobilizações internas das apreensões ambientais da comunidade ambientalistas nacionais e internacionais que surgiram como redirecionamento da política ambiental brasileira e, sobretudo a redefinição da política de ocupação do espaço regional (BENJAMIN, 2004).

As reservas extrativistas nascem da resposta de inúmeras reivindicações de populações tradicionais, e esses anseios dos seringueiros, castanheiros, extrativistas, sucumbem à necessidade do governo federal se atentar para os movimentos sociais no campo. A lei 98.897/1990 que criou as RESEX's discriminou em seu parágrafo único, que essas áreas são espaços territoriais considerados de interesse ecológico e social, pois possuem características naturais ou exemplares da biota que possibilitam a sua exploração autossustentável, sem prejuízo para a conservação ambiental (SILVA, 2007).

As reservas extrativistas foram resultados do processo histórico de luta dos movimentos sociais dos povos tradicionais sendo estas, reconhecidas e inseridas num novo contexto de subsistência em fusão do desenvolvimento sustentável, aliados a uma tentativa de manejo adequado, que agregassem o equilíbrio ambiental e o desenvolvimento econômico das atividades praticadas pelos extrativistas dentro do plano de utilização. Dentre as primeiras reservas dos anos de 1990, está a RESEX Cajari.

Distribuição das Reserva Extrativista, criadas em 1990 conforme a tabela 3:

Tabela 3 - As quatro primeiras reservas extrativistas criadas em 1990

Nome	Estado	Município	Decreto de Criação	Área (km ²)	População (hab.)	Principais Recursos manejados
Alto Juruá	AC	Cruzeiro do Sul, Marechal Thaumaturgo de Azevedo, Rio Branco, Capixaba,	98.863 23/01/1990	5.061	3.600	Seringueira
Chico Mendes	AC	Xapuri, Brasiléia, Assis Brasil, Sena Madureira, Plácido de chatro.	99.144 12/03/1990	9.705	7.500	Castanha, copaíba e seringueira
Rio Cajari	AP	Laranjal do Jari, Vitória do Jari e Mazagão	99.145 12/03/1990	4.816	3.800	Castanha, copaíba, seringueira e açaí
Rio Ouro Preto	RO	Guajará-Mirim	99.166 13/03/1990	2.045	700	Castanha, copaíba e seringueira

Fonte: IBAMA/CNPT – Projeto RESEX (1999)

Dependendo da área e da dinâmica dos conflitos fundiários, as RESEX's podem ser um passo para externar alternativas para a resolução da reforma agrária na Amazônia, pois com a criação da RESEX no sul do Amapá, esta UC conseguiu abster-se do controle existente da empresa Jari Celulose S.A sobre as populações tradicionais residentes nas proximidades dos rios, lagos e igarapés que constituem o vale do rio Cajari (SILVA, 2007).

Os habitantes das comunidades locais da RESEX Cajari, criadas historicamente pelos remanescentes dos extrativistas ligados ao sistema deturpado de aviamento estavam sofrendo todos os tipos de ataques conflituosos, desde ameaça de expulsão a efetiva expulsão, situação parcialmente resolvida mediante as lutas de lideranças locais e da criação da RESEX Cajari (SILVA, 2007).

A criação da RESEX Cajari foi um marco no processo de luta histórica das comunidades tradicionais, resolvendo parcialmente os conflitos pela terra. As áreas destinadas aos extrativistas ainda sofrem ameaças e litígios constantes de fazendeiros que insistem em manter atividades dentro das unidades além das dificuldades para acelerar o desenvolvimento econômico da região, e alguns fatores implicam a esta situação, à distância, e a forma de acesso e a ação dos atravessadores.

3.3 RESERVA EXTRATIVISTA DO CAJARI: REPRESENTATIVIDADE ORGANIZACIONAL ATRAVÉS DAS INSTITUIÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS E GOVERNAMENTAIS.

A criação de organizações não governamentais representativas veio para externar a vontade da população tradicional local das comunidades da RESEX Cajari em manter a equidade e garantir a extração dos benefícios de sua subsistência, e denunciar qualquer irregularidade que infrinja a segurança ambiental e a vida dos povos tradicionais. Em relação a esta população tradicional do campo, “Eles se transformaram bastante, realizaram deslocamentos em suas identidades e incorporaram outras dimensões do pensar e agir social” (GOHN, 2012, p. 70).

O CNS será uma representação importante na criação e andamento das RESEX's. O Estatuto o define como uma associação civil, sem subordinação partidária ou sindical, e os membros envolvidos poderiam ser “trabalhadores extrativistas” e perante a criação das RESEX's tanto o CNS quanto estas UC's ganharam bastante expressão no cenário histórico sendo amplamente debatidos por diferentes setores sociais governamentais, não governamentais, partidos políticos, universidades, instituições de pesquisas e movimentos sociais, passando a dar visibilidade aos seringueiros, que permaneciam propositalmente invisíveis perante a esfera de governo. Nesse aspecto “Não se tratava mais de ficar de costas para o Estado, mas de participar das políticas, das parcerias” (GOHN, 2011, p. 24).

As organizações formadas pela população extrativista externam a forma de poder e luta que durante duas décadas foram silenciadas pelo regime autoritário militar. Utilizando o entendimento de Foucault (1982, p. 221):

O poder é exercido somente sobre sujeitos livres e apenas enquanto são livres. Por isto, nós nos referimos a sujeitos individuais ou coletivos que são encarados sob um leque de possibilidades no qual inúmeros modos de agir, inúmeras reações e comportamentos podem ser obtidos.

Com a Criação da RESEX Cajari, o CNS, através de sua representação regional no Amapá (CNS-RA), criada em 1990, unirá forças com o SINTRA para garantir a eficácia das organizações e ações políticas movidas através dos moradores tradicionais em benefícios para a região Cajari, e para a criação de uma Associação de Trabalhadores, que possam gestar a Reserva Extrativista (FILOCREÃO, 2007).

Os novos gestores terão a possibilidade de garantir as comunidades inclusas na RESEX Cajari, projetos que envolvam a população tradicional, em cursos técnicos voltados para a área de manejo florestal, bem como garantir os direitos a dignidade humana, a rentabilidade sustentável, exploração consciente e soluções para os problemas apresentados pelos moradores da reserva.

O apoio advindo das instituições não governamentais e governamentais era totalmente necessário para o êxito da criação das UC's. De acordo com Allegretti (2002, p. 720):

No caso das Reservas Extrativistas, essa era um condição de sucesso, uma vez que nenhum segmento, isoladamente, conseguiria concretizar a proposta. Embora os seringueiros fossem os verdadeiros propositores, dependiam de uma decisão governamental para terem seus objetivos atingidos; e, embora o governo pudesse criar uma Reserva, não conseguiria implantá-la se não estabelecesse uma parceria com os beneficiários. Em geral, as organizações não governamentais exerciam o papel de intermediação entre os outros dois setores e, até de tradução e adequação entre os objetivos de cada um, nem sempre harmônicos.

Após a pressão do SINTRA a região extrativista do rio Cajari será incorporada como área prioritária para a criação de reservas extrativistas na agenda de trabalho que envolvia o Ministério Extraordinário da Reforma Agrária (MIRAD)/INCRA, SINTRA, COMAJA, CNS, Instituto de Estudos Amazônicos e Ambientais (IEA) e Associação de Assistência Técnica e Extensão Rural do Território Federal do Amapá (ASTER-AP). Através dessa agenda se realizou os levantamentos preliminares dessa região em 1988, gerando 3 (três) projetos para a criação de PAEs, estes encaminhados juntamente com os 3 (três) projetos do rio Maracá e os 3 (três) do rio Jarí (FILOCREÃO, 2007).

No relatório de viagem em campo para reconhecimento das áreas prioritárias para a reserva extrativista na área Cajari existem breves referências sobre as organizações e importâncias durante o processo. Os produtores da região, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, a Associação dos Produtores Extrativistas do Cajari, e outras associações aparecem como fortes aliados para a viabilização positiva das propostas extrativistas. (FILOCREÃO, 2007).

Perante as organizações sindicais, e cooperativas que se formavam em torno da área da RESEX Cajari, é necessário ter uma atenção especial para a COMAJA que poderá se tornar um instrumento de comercialização da produção agroextrativista da região, o que

consequentemente conseguiria intervir na danosa figura do intermediário (FILOCREÃO, 2007).

Com o apoio do CNS-RA e o SINTRA os moradores da região Cajari, criaram em 15 de setembro de 1991 a Associação dos Trabalhadores Extrativistas da Reserva Extrativista do Rio Cajari (ASTEX-CA). Esta associação contou com 235 sócios fundadores, objetivando preservar a floresta e ecossistemas, garantindo as populações tradicionais locais, a exploração autossustentável dos recursos naturais renováveis, em especial a produção extrativista, com a proposta de equidade e equilíbrio ecológico e a qualidade de vida dos povos da floresta (FILOCREÃO, 2007).

A ASTEX-CA foi criada perante quatro órgãos de decisão, no caso a Assembleia Geral que mantinha as reuniões anuais; um Conselho Deliberativo com 13 (treze) membros, e dois indicados pelo CNS-RA e outros eleitos pelos sócios mediante as reuniões trimestrais. Dentro do Conselho Deliberativo existia uma Diretoria representada pelo presidente, vice-presidente, secretaria e tesoureiro. Quanto ao Conselho Fiscal, este, possuía 3 (três) membros titulares e 3 (três) suplentes (FILOCREÃO, 2007).

A estrutura física da ASTEX-CA era designada por três armazéns (cantinas) e um posto de saúde parcialmente construído através do recurso do CNPT-IBAMA em convênio com o CNS-RA. Ressalta-se que a existência dessa associação, de fato funcionava somente a Diretoria Executiva e não chegou a acontecer a Assembleia Geral desde a sua fundação, e quanto ao Conselho Deliberativo este reuniu com os seus membros somente uma vez. Este, mesmo sendo uma entidade legalizada com sócios na comunidade, ainda não conseguiu se firmar como uma entidade (FILOCREÃO, 2007).

A sede da ASTEX-CA funcionava em Macapá no mesmo escritório do CNS-RA. Através de um convenio entre CNS-RA e a World Wildlife Fund. (WWF), os dirigentes desta associação passaram a receber uma ajuda de custo para cobrir as despesas operacionais realizadas. Essa entidade tinha sócios em 17 comunidades no sul do Amapá, o que representava aproximadamente 50% da reserva (FILOCREÃO, 2007).

As atividades desempenhadas pela ASTEX-CA juntamente com o CNS-RA eram completar as etapas comprobatórias para receber o Título de Concessão de Uso da Reserva, incluindo o cadastramento e levantamento econômico, a preparação e aprovação do Plano e Uso e a resolução de questões fundiárias; fiscalização da reserva, através do encaminhamento de denúncias de invasões e outras atividades ilegais; divulgar a associação dentro da reserva e conseguir aderir novos sócios advindos da comunidade local; gerenciar as duas cantinas que estavam funcionando precariamente na reserva, pois cada cantina era gerenciada por duas

pessoas voluntárias da comunidade que receberam o treinamento da IEA (FILOCREÃO, 2007).

A assessoria empenhada para o desenvolvimento das atividades técnicas da ASTEX-CA junto aos moradores mediante os recursos da WWF, aconteceu no período de 1992 a 1995, inicialmente se contratou um técnico agrícola através do CNS, e posteriormente na contratação de mais dois técnicos agrícolas pelo CNS-RA. Os técnicos permaneciam em atividades nas comunidades das reservas durante 20 dias por mês, auxiliando a ASTEX-CA nas pautas e discussões com os moradores relacionados à organização social e econômica da RESEX (FILOCREÃO, 2007).

Em 1995 as reservas extrativistas da Amazônia recebem o acesso aos recursos do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais (PPG-7) como projeto voltado as áreas destinadas as RESEX's. Nesse projeto se incorporou o componente 02 designada de Organização Comunitária ao qual “o objetivo desse componente é fortalecer a organização comunitária e gerencial nas reservas extrativistas, considerado um ponto chave do projeto, bem como apoiar o funcionamento dos sistemas de saúde e educação” (IBAMA, 2000).

As atividades desempenhadas através desse componente se relacionavam diretamente ao fortalecimento das organizações mediante a estruturação física e operacional das associações locais; e treinamento de pessoal em administração, finanças, contabilidade e gerenciamento (FILOCREÃO, 2007).

O desenvolvimento das atividades na primeira fase do Projeto Reservas Extrativistas na RESEX Cajari, no período de 1995 a 1999, não se tornou tarefa fácil, pois as dificuldades na gestão da reserva por uma única associação no caso ASTEX-CA não garantiu um bom desempenho, isso se sucedeu devido a grande extensão da área Cajari, a solução encontrada foi dividir a responsabilidade da gestão com mais duas novas associações, no caso, a Associação dos Produtores Agroextrativistas do Médio e Baixo Rio Cajari (ASSCAJARI) e a Associação dos Moradores Agroextrativistas do Cajari (AMAEX) (FILOCREÃO, 2007).

ASTEX-CA ficou responsável pela gestão da região do alto rio Cajari, até a comunidade de Anuerá no rio Ariramba, abrangendo as áreas dos castanhais, quanto a ASSACAJARI criada em 24 de janeiro de 1999 como Associação Mista dos Trabalhadores Extrativistas dos Rios Muriacá e Cajari (AMAERC), fundada com 130 sócios, sendo legalizada no ano de 2003, esta ganhou a responsabilidade pela área de influencia do médio e baixo rio Cajari, até a sua foz na comunidade de Santa Ana, e AMAEX criada em 01 de agosto de 1999, ficou responsável pela gestão da área litorânea do rio Amazonas e as de influencia do rio Ajuruxi (FILOCREÃO, 2007).

Mesmo com as duas novas associações criadas para o funcionamento das atividades do Projeto Reservas Extrativistas na RESEX Cajari, apenas a AMAEX conseguiu de fato acessar os recursos do PPG-7, garantindo o seu fortalecimento institucional. Estas associações se comunicam com as comunidades através de núcleos que foram criados para facilitar o acesso dos moradores às informações e aos processos decisivos.

A providência de uma rede de radiofonia na área da RESEX Cajari facilitou a integração e troca de informações entre os dirigentes das associações e os núcleos vinculados ao Projeto Reservas Extrativistas. Os dirigentes dessas associações são convocados pela CNPT na cidade de Macapá para planejarem as atividades e exporem as dificuldades encontradas na RESEX. Ressalta-se que os dirigentes das associações cooperam entre si na condução das assembleias gerais e eventos que exigem um nível maior de organização e mobilização, estas, mantêm uma relação de parceria com o CNS, ONGs ambientalistas e sindicatos de trabalhadores rurais atuantes na região (FILOCREÃO, 2007).

A rede de radiofonia na RESEX Cajari facilitou a comunicação entre as associações e os núcleos de moradores nesta UC, e “O espaço de lugares privilegia a interação social e a organização institucional tendo por base a contigüidade física”. (CASTELLS, 2010, p. 156).

A elaboração de projetos voltados à área da RESEX Cajari era uma forma de inserir nas comunidades locais a constituição social através de um novo modelo rentável que as firmassem e garantissem as benfeitorias de seus manejos florestais. O CNS-RA e a ASTEX-CA no ano de 1994 trabalharam na implantação de um projeto de aproveitamento dos vastos açazais existentes na região do Cajari, buscando alternativas econômicas que contribuíssem na rentabilidade dos moradores da região do médio e baixo rio Cajari, que encontravam dificuldades de comercialização do fruto açaí, por ser um produto muito perecível mediante a longa distância para os mercados (FILOCREÃO, 2007).

Perante a situação e dificuldades comerciais do fruto açaí, o processamento do palmito do açaí se tornou mais viável. Com o apoio da WWF cedendo recursos financeiros para a implantação de uma fábrica de palmito, o processamento deste produto se tornou possível. E a partir das reuniões nas comunidades, se decidiu formar uma cooperativa, com orientação da Organização das Cooperativas do Estado do Amapá (OCEAP) para a elaboração dos estatutos (FILOCREÃO, 2007).

No dia 15 de dezembro de 1996, com a presença de 31 produtores de açazais (sócio fundadores) e de representantes do CNPT/AP, ASTEX-CA, OCEAP e WWF, se fundou a Cooperativa dos Trabalhadores Agroextrativistas da Reserva do Rio Cajari (COOPERCA) (FILOCREÃO, 2007).

A COOPERCA até o ano de 2006 contava com um quadro social de 70 cooperados, realizando reuniões trimestrais e participando de frequentes reuniões organizadas pelo CNPT/IBAMA e com outras organizações da RESEX Cajari. A sua relação com a WWF, segundo o presidente da cooperativa “a WWF se afastou um pouco de nós ¹⁵” (FILOCREÃO, 2007).

No alto rio Cajari, na região rica em castanhais foi construída através do recurso financeiro do PPG-7, sob a coordenação do CNPT/IBAMA uma fábrica para o processamento da castanha na forma desidratada com casca, denominada tecnicamente de “castanha dry”. Para gerenciar as atividades dessa fábrica se criou a Cooperativa Mista Agroextrativista dos Trabalhadores do Alto Cajari (COOPERALCA), legalizada em janeiro de 2001 passando a assumir a gestão do projeto, ora conduzida pela ASTEX-CA (FILOCREÃO, 2007).

A COOPERALCA foi criada com 76 sócios, e no ano de 2006 possuía 86 cooperados. Porém na gestão desta cooperativa houve várias irregularidades nos anos iniciais de sua criação. A dispor, esta não mantinha um registro contábil e nem tampouco o livro ata, não estavam realizando as assembleias das atividades desenvolvidas pela diretoria da época e os cooperados não tinham informações a partir do processo de secagem a comercialização, informações estas, apenas sob o controle do presidente da cooperativa (FILOCREÃO, 2007).

Além disso, esta cooperativa Segundo Ribeiro (2011, p. 145):

A COOPERALCA não consegue cumprir com seus objetivos estatutários. Ela sequer conseguiu se estabelecer comercialmente e só tem atuação no mercado quando agentes externos fazem algum financiamento. Em 2006 a cooperativa não funcionou, em 2007, a CONAB financiou a compra de 4.200 hectolitros de castanha-do-brasil repassando o dinheiro e em 2008 não houve refinanciamento pela CONAB em razão da prestação de contas ainda não realizada do ano anterior. Em meio a todas as condições adversas, e considerando que os compradores locais são mais ágeis e eficientes, o clima de negócios com a cooperativa é sempre revestido de muitas incertezas.

No ano de 2003 a COOPERALCA tivera consequências calamitosas, advindas do presidente desta cooperativa o senhor Francisco Caldas, apelidado por “capim”, este, fora afastado no final do ano, por intervenção do CNS, que alegara a má condução, acúmulos, prejuízos e perdas de capital durante quase dois anos de sua gestão. Com este transtorno foi empossada uma nova diretoria (FILOCREÃO, 2007).

¹⁵ Valdeci Santa Rosa de Souza (Presidente da COOPERCA). Entrevista concedida a Antonio Sergio Filocreão. Macapá, fev. 2006.

Em relação às mulheres tradicionais, estas possuem um papel fundamental na RESEX Cajari, e se organizam através de associações, mantendo reuniões nas comunidades. A Associação das Mulheres do Cajari (AMC), criada em 21 de dezembro de 1997 com sede em Água Branca do Cajari, conseguiu recursos do PPG-7 através do governo estadual para a implantação de uma fábrica de sabão que funcionaria em um galpão construído em alvenaria e madeira, que logo após a sua construção ficou abandonado (SILVA, 2003).

Na comunidade de Água Branca, a Associação de Mulheres Agroextrativista do Alto Cajari (AMAC), criada em 8 de maio de 2004 se organizou a partir da iniciativa da AMC, que acabou com a saída da região de sua principal liderança. A AMAC segundo a presidente¹⁶ possui uma sede que funciona como centro comunitário, faz reuniões ordinárias trimestrais e assembleia geral de três em três anos, participando ativamente das reuniões organizadas pelo CNPT junto com outras associações e cooperativas da reserva (FILOCREÃO, 2007).

Na região do baixo rio Cajari funciona a Associação de Mulheres do Baixo Cajari (AMBAC), estas também ansiavam por melhorias na comunidade local, e intencionavam a garantia e desenvolvimento de sua força de trabalho com a perspectiva de desenvolvimento econômico. “A função social e efetiva atuação dessas associações ainda é uma incógnita, mas é possível afirmar que elas são tuteladas por lideranças masculinas, numa clara estratégia de manter e ampliar a influencia em sua área de atuação” (PICANÇO, 2005, p. 125).

A década de 1990 também será palco de novas manifestações sociais tanto no norte da Amazônia, quanto, nordeste, sul e sudeste do Brasil. Mesmo com a criação das RESEX's, somente a sua criação não se tornara suficiente, pois o problema agrário ainda era um percalço na vida tradicional no campo. Foram contabilizados pela CPT, aproximadamente 91 manifestações no ano de 1997, dentre os quais, se destacaram: o Grito da Terra, Grito dos Excluídos, as Marchas do MST, ocupações de sedes do INCRA, ocupações de prédios públicos, bloqueio de estradas e de agências bancárias, e acampamentos diante dos prédios públicos (MOREYA, 1997).

As marchas do MST, o Grito da Terra e o Grito dos Excluídos foram manifestações nacionais. No caso do Grito do Excluído, este aconteceu em 1.234 cidades. As manifestações do Grito da Terra aconteceram no Rio Grande do Sul de março até maio de 1997. Em São Paulo, na região do Pontal, foram feitos bloqueios diante das agências do Banco do Brasil e em Sergipe, em Canindé de São Francisco, foi bloqueada a BR 213. Os seringueiros do Acre

¹⁶ Zenilda Batista de Lima (Presidente da AMAC). Entrevista concedida a Antonio Sergio Filocreão. Macapá, mar. 2006.

foram de caravanas até Brasília manifestando os problemas econômicos da região (MOREYA, 1997).

Através das mobilizações coletivas no campo e perante o auxílio das instituições não governamentais as denúncias das irregularidades no campo puderem ser ouvidas em nível nacional e internacional, pois, de acordo com Gohn (2012, p. 70):

Os movimentos sociais voltaram a ter visibilidade e centralidade, mas há uma pluralidade de movimentos que se diferenciam não apenas por suas causas, demandas e anos de existência, mas também por seus projetos e visão de mundo, por seus objetivos e suas articulações – internas e externas.

Os movimentos sociais no campesinato brasileiro iniciados nos anos 1960 se redefiniram com o passar dos anos perante as mudanças de outros atores sociais em cena, que aproveitavam e se conectavam com as possibilidades cedidas pela globalização econômica, estas geradoras de resistências e protestos para aprimorar as velhas bandeiras de lutas, articulando-as numa frente organizada com retornos positivos e decisivos na tomada de decisão.

3.4 FORMA DE ATUAÇÃO E GESTÃO NA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO RESEX CAJARI.

No ano de 1992, com a criação do CNPT, o Amapá criou uma representação local composta de 3 técnicos, sendo: 1 engenheiro florestal do IBAMA, 1 engenheiro florestal da Coordenadoria Estadual do Meio Ambiente (CEMA) e 1 engenheiro agrônomo ligado ao CNS, que iniciaram os processos de gestão da RESEX Cajari. O intuito desta composição era integrar na gestão o governo federal responsável por esta UC, à representação política dos moradores e o governo estadual que a priori era contra a criação da UC (FILOCREÃO, 2007).

A primeira coordenação do CNPT possuía um corpo técnico qualificado, tanto no campo da gestão ambiental, quanto na economia extrativista, funcionando dessa forma até o final do ano de 1994. O CNPT encaminhou as atividades relacionadas à desapropriação, elaboração e assessoramento da ASTEX-CA e CNS-RA e na implantação de projetos emergenciais e na elaboração das propostas técnicas para o projeto RESEX do PPG-7 (FILOCREÃO, 2007).

Com a saída dos representantes do governo estadual e do CNS-RA, o representante do IBAMA permanece coordenando o CNPT até a entrada de novos recursos para o desenvolvimento do projeto RESEX do PPG-7, porém por decisão do CNPT de Brasília este coordenador do CNPT do Amapá é substituído por outro engenheiro florestal do IBAMA, que até então se mantinha contrário na proposta da Reserva Extrativista. Este novo coordenador permaneceu em atividade até o mês de junho do ano de 1998, quando o CNPT perde a sua capacidade técnica, por passar a ser coordenado por um fiscal do IBAMA (FILOCREÃO, 2007).

A equipe técnica contratada do PNUD era composta de técnicos com nível médio completo e inexperiência para o encaminhamento das propostas técnicas necessárias na complexa viabilização econômica da reserva (FILOCREÃO, 2007).

O senhor Joaquim¹⁷ salienta como fez a sua participação no sindicato dos trabalhadores rurais e obteve investimentos na sua capacitação técnica:

(...) eu tava iniciando aqui no Estado do Amapá o trabalho do cumação do WWF pra Reserva Cajari e aí o Pedro Ramos nessa ação começa a me convidar pra fazer parte com ele desse trabalho né e ele naquele momento, ele elegeru três jovens que ele achava que ia ser um ponto de referência pra, porque todos que ele acreditou que pudesse voltar pro movimento, na verdade estudava, voltava mas já ia pro serviço público, e aí dessa turma que chegou ele apostou na minha pessoa, no Jeferson que hoje é coordenador da Escola Família do Carvão que é o mineiro não era nem daqui mas veio junto comigo, e o Marcio Matos que era cunhado dele, irmão da Jane né, e fizeram uma série de treinamento com capacitação e aí fomos nos desenvolvendo nesse processo, eu mais diretamente fiquei com Pedro Ramos, aí veio aquele trabalho com apoio do Banco Mundial pra fazer levantamento da Reserva Cajari, e eu fui me envolvendo na forma desse trabalho., quando o PPG-7 se consolida e seu subcomponente que é projeto Resex, que vai investir na Reserva Cajari, o Pedro Ramos me convidou e eu fui o primeiro técnico a ser contratado pra trabalhar no projeto, e aí, aí logo a gente veio trazendo o Jeferson, o pessoal junto, mas o Pedro Ramos me colocou como ponto de referência dos técnicos porque, além da minha formação e, eu era filho de extrativista né, então facilitava uma série de coisas.

A capacidade técnica da gestão da reserva com o tempo acabou se enfraquecendo, porém o houve certo fortalecimento da gestão política, que compartilhava um modelo de gestão que conseguia manter uma relação positiva entre o IBAMA e os moradores através da sua representatividade política na ASTEX-CA.

O projeto RESEX garantiu mediante os convênios e recursos financeiros a capacitação dos dirigentes da associação, através de cursos e treinamentos ligados aos aspectos gerenciais e organizacionais, para serem administrados diretamente pela ASTEX-CA

¹⁷ Joaquim Correia de Sousa Belo. Entrevista concedida a Antonio Sergio Filocreão. Macapá, 13 de jun. 2012.

contribuindo no seu fortalecimento institucional e qualificação dos seus gestores (FILOCREÃO, 2007).

Mas o direcionamento aos investimentos contribuiu com a saída espontânea de alguns técnicos, o senhor Joaquim explica:

(...) eu fiquei trabalhando no projeto que fui contratado, e um ano e meio entreguei o lugar porque, quando nós fomos fazer uma capacitação do Projeto Resex, eu internalizei uma concepção do projeto, que era fortalecer as políticas de florestas, de ativos florestais, no entanto quando o projeto começou a ser executado ele enveredou pela parte agropecuária, entendeu? E eu comecei a, a questionar, e aí quando eu percebi que eu ia mudar, e enveredar pra essa área eu peguei e me desliguei do projeto, que eu sabia que o projeto tinha uma estratégia e essa estratégia tinha sido abandonada, então investindo muito mais na agricultura, mas na pequena criação, e o ativo florestal ficou um pouco de lado, por causa disso eu sai do projeto, e o pessoal continuou, e eu fui pra casa trabalhar na propriedade do papai, e fiquei lá em casa, e quando aconteceu a eleição do congresso do CNS que houve o encontro regional aqui, o Pedro Ramos me convidou para fazer parte, e nessa, nesse encontro estadual aqui, eu já fui eleito coordenador regional.

A CNPT em parceria com a ASTEX-CA buscavam envolver as comunidades na gestão, através da tática de criação de núcleos de base, distribuídos nas principais comunidades da reserva. Com os núcleos formados, se discutiam e avaliavam as propostas dos moradores para serem incluídos nos Planos Operativos Anuais (POAs) elaborados pela associação, para acessar os recursos do PPG-7 (IBAMA, 2000).

O presidente da ASTEX-CA o senhor Raimundo Lima ¹⁸ salientava as dificuldades de encaminhamento da gestão econômica na reserva, que resultou na criação de duas cooperativas intencionadas pelos moradores junto ao CNPT, no caso, a Cooperativa dos Produtores Agroextrativistas da Reserva do Rio Cajari (COOPERCA) que seria responsável pelo beneficiamento do açaí, e a Cooperativa Mista dos Extrativistas do Alto Cajari (COOPERALCA) responsável pelo beneficiamento da castanha (FILOCREÃO, 2007).

As dificuldades de executar uma boa gestão política e organizacional em toda a reserva se davam pela grande extensão da área. O que resultou na criação de mais duas associações AMAEX e ASSCAJARI, com as quais se dividia a parte da cogestão de responsabilidade dos moradores. A AMAEX recebeu os recursos do Projeto RESEX II, administrando-o através de convênios e com o suporte técnico do CNPT. Apesar da presença constante do CNPT-AP e das mudanças e arranjos institucionais para melhorar a

¹⁸ Raimundo Rodrigues de Lima (presidente da ASTEX-CA). Entrevista concedida a Antonio Sergio Filocreão. Água Branca-AP, mai. 2006.

cogestão, esta, segundo a avaliação do técnico Marcio Matos ¹⁹, ainda continuava apresentando problemas na forma de gestão por parte dos moradores na RESEX, pois em sua opinião era difícil moldar alguém e fazê-lo cumprir uma função diferente daquela que outrora era a única forma de execução de trabalho, ou seja, tentar transformar um pequeno produtor agroextrativista em um grande administrador (FILOCREÃO, 2007).

¹⁹ Marcio Matos. (Técnico agrícola do CNPT-AP). Entrevista concedida a Antonio Sergio Filocreão. Macapá, ago. 2006.

4 OS CONFLITOS E EVOLUÇÕES NA RESEX CAJARI.

4.1 RESEX CAJARI: LOCALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO ESPACIAL.

A Unidade de Conservação Reserva Extrativista do Rio Cajari de uso sustentável, regulamentada e deliberada de acordo com a lei nº 9985 de 2000, que institui o Sistema Nacional das Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), estabelecendo normas para a criação, implantação e gestão das áreas de conservação. Atualmente a reserva se encontra sob a jurisdição do Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBIO).

No que se refere ao espaço territorial, Conforme o artigo 2º, paragrafo I ²⁰:

Unidade de Conservação: espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.

A região dos castanhais no sul do Amapá tem uma grande importância econômica e ambiental, pois foram criadas na modalidade de áreas protegidas, envolvendo o Assentamento Agroextrativista Maracá, RESEX Cajari e RDS, obedecendo a um plano de utilização ²¹ para desenvolverem as suas atividades tradicionais com equidade ambiental, ou seja, o presente plano tem a finalidade de servir como orientação para os moradores da UC, para que estes possam realizar as atividades dentro de critérios de sustentabilidade econômica, ecológica e social (RIBEIRO; XIMENES, 2009).

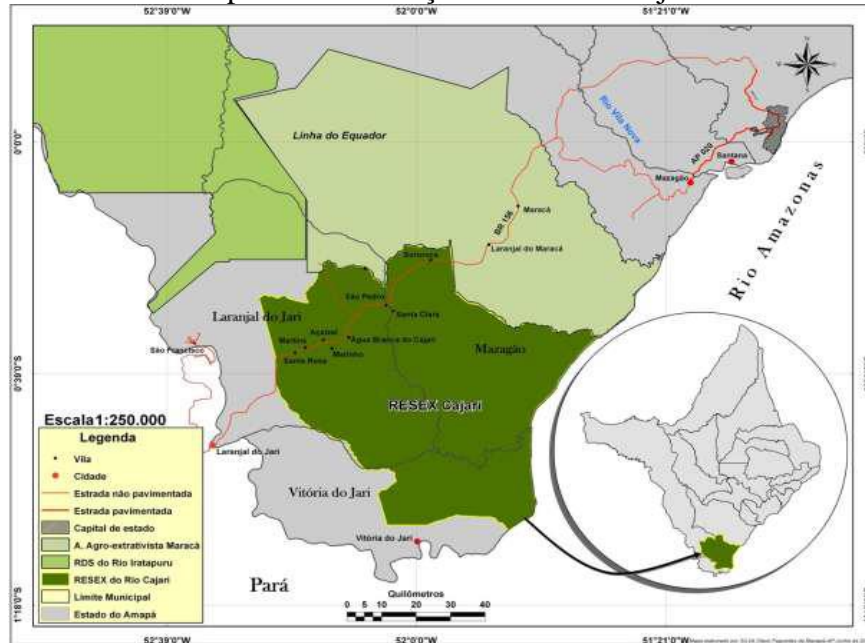
A RESEX Cajari criada pelo Decreto Federal nº 99.145 de 12 de março de 1990, possui uma área de aproximadamente 4.816 km². “A RESEX Cajari é caracterizada por alta pluviosidade, principalmente nos meses, de fevereiro, março e abril”. (ALMEIDA; SOUZA; VALE, 2009, p. 20). Observa-se que, “A formação natural da RESEX Cajari, devido a sua localização geográfica, guarda similaridades com a do Assentamento Agroextrativista Maracá”. (RIBEIRO, 2009, p. 39). Sendo delimitada ao norte pelo assentamento agroextrativista do Rio Maracá e pela área de transição com a Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapura (RDS), a oeste por terras da Jarí celulose e do Município de

²⁰ Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000.

²¹ Este plano objetiva assegurar a sustentabilidade da Reserva Extrativista do Rio Cajari mediante a regulamentação da utilização dos recursos naturais e dos comportamentos a serem seguidos pelos moradores.

Laranjal do Jarí e ao sul por terras do município de Vitória do Jari e a leste pelo rio Amazonas, conforme mapa 3 – Localização da RESEX Cajari no sul do Amapá (SILVA, 2010).

Mapa 3 – Localização da RESEX Cajari



Fonte: Silva (2010)

Ressalta-se que a RESEX Cajari possui cerca de 481.650 hectares e está inserida na bacia do rio Cajari, tributário do rio Amazonas, tendo influencia do rio Jari (ALMEIDA; SOUSA; VALE, 2009, p. 21).

4.2 RESEX CAJARI: VIAS DE ACESSOS.

O acesso atual a RESEX Cajari se dar mediante o transporte fluvial através do rio Amazonas, ou o transporte rodoviário através da BR 156. No ano de 1983 o acesso à reserva se dava pelo transporte fluvial no rio Cajari chegando até a boca do Braço do Cajari. Enquanto o acesso à localidade de Água Branca do Cajari cursava mais de 24 km, por uma estrada construída manualmente, onde os caminhões se deslocavam com castanhas (FILOCREÃO, 2007).

A rede viária e de transportes a RESEX Cajari tem como troncos as cidades de Macapá e Laranjal do Jarí. Pela cidade de Macapá à Vila de Água Branca do Cajari estão ligadas através da BR 210 e 156, numa viagem de aproximadamente três a cinco horas, dependendo do processo de manutenção da estrada (SILVA, 2010).

A estrada AP 020 é uma alternativa de acesso até o entroncamento com a BR 156, que fica a 30 km da Vila do Maracá. Essa estrada atravessa o município de Santana no sentido nordeste-sudeste a partir da divisa com o município de Macapá até o rio Vila Nova divisa com Mazagão, e corta parte do município de Mazagão no sentido leste-oeste, desde a divisa com Santana no Rio Vila Nova até o entroncamento com a BR 156. Ressalta-se que até o km 21 a viagem é feita pelo trecho pavimentado, e a partir da Vila de Água Branca do Cajari – foto 1, o percurso é feito pelo trecho não pavimentado da BR 156 (SILVA, 2010).

Foto 1- Vila de Água Branca do Cajari



Fonte: Silva (2010)

O trecho de acesso entre Maracá e Água Branca do Cajari, foi projetado em quase toda a sua extensão sobre a mancha de cerrado sul, e o percurso nessa BR 156 percorre sobre colinas levemente acidentadas, sob o relevo pediplanado – foto 2, coberto por um tapete de gramíneas sendo possível avistar afloramentos rochosos na composição paisagística da reserva (SILVA, 2010).

Foto 2 – Mirante natural (relevo pediplanado)



Fonte: Acervo do autor (2012)

Na cidade de Macapá partem linhas regulares de transporte terrestres para o sul do Amapá, como ônibus e vans, além do transporte fluvial com embarcações de variados tamanhos, enquanto o transporte aéreo se utiliza voos partindo de Macapá à Monte Dourado no Pará, cidade vizinha de Laranjal do Jari. “Observa-se que o setor dos transportes é vital para o dia a dia de um país, em todas as suas modalidades, e atinge a todas as classes e camadas sociais (...)” (GOHN, 2010, p. 80).

4.2.1 RESEX Cajari: vias de acesso agravante para os conflitos.

Ressalta-se que as vias de acesso a RESEX Cajari também se tornam um agravante para os extrativistas que sentem a dificuldade em manter relações socioeconômicas com a capital Macapá. A carência de transportes que façam a locomoção da mercadoria das comunidades da RESEX do Cajari para a capital do estado direcionando-as as Feiras de Produtores de Macapá é outro empecilho, gerando em muitos casos perdas em mercadorias agrícolas excedentes ao consumo dessas comunidades (FILOCREÃO, 2007).

Quanto à produção extrativista da castanha dessas comunidades, acabam nas mãos de três grandes compradores do estado e que aviam com mercadorias e burros, os compradores locais, intermediários dessa compra na região. Relacionados a esses conflitos estão também centradas as dificuldades de acesso fluvial e terrestre à RESEX Cajari que só podem ocorrer com segurança nos meses de verão, pois em período chuvoso se torna precário (FILOCREÃO, 2007).

As dificuldades geradas pelas vias de acesso acabam contribuindo para a estagnação local, ou seja, o desenvolvimento econômico para os extrativistas acabam sendo subordinados a um controle de mercado que contribui para o fortalecimento de irregularidades mediante as ações dos atravessadores. No entanto, se percebe que “As precárias condições das vias de acesso para alguns castanhais e a inexistência dessas vias para outros locais de produção constitui-se, ainda hoje, em fator limitante à exploração de todo o potencial produtivo” (PICANÇO, 2005, p. 140).

Mesmo com a estratégia de modernização na Amazônia, mediante a chegada dos grandes projetos, abertura de estradas, criação de portos e exploração dos recursos conduzidas a partir do militarismo, é marcada por profundas mudanças na economia, no ambiente e no modo de vida da população, ao qual se percebe que, as vias de acesso se torna uma particularidade do sistema capitalista e não uma proposta de benefícios aos moradores da floresta (PICANÇO, 2005).

As vias de acesso a RESEX Cajari segundo a Sra. Vanderleia possuem um imbricado atenuante relacionados à emergência à saúde pela carência de médicos que atendam na região, e que possam dar suporte diariamente, e não a cada 15 dias. Outro problema percebido é na educação, pois os professores da capital do Estado não conseguem permanecer nas reservas por mais de 4 meses, deixando as crianças e adultos afastadas do ensino escolar (informação verbal)²².

4.3 SOCIOAMBIENTALISMO NA RESEX CAJARI: RESULTADO DA ALIANÇA DOS POVOS TRADICIONAIS DA FLORESTA E OS MOVIMENTOS AMBIENTALISTAS.

Os extrativistas da RESEX Cajari no sul do Amapá mediante as lutas dos movimentos sociais na Amazônia de mobilidade e ação extrativista conseguiram estabelecer acordos com as políticas públicas no âmbito nacional e internacional, consistindo em um novo processo de adaptação e manejo as terras transformadas em UC's. Essa alternativa de desenvolvimento sustentável através da exploração do extrativismo “sempre foi considerado altamente promissor, devido ao baixo impacto ecológico dessa atividade, aliado a existência de mercados potenciais ou consolidados na esfera nacional e/ou internacional” (RIBEIRO; FILOCREÃO; CAMPOS, 2009, p. 52).

A discussão associada sobre o papel do agroextrativismo como estratégia de desenvolvimento para a Amazônia coloca várias questões controversas no debate nacional e internacional sobre a forma de desenvolvimento nas áreas florestais. A resposta a essas problemáticas são necessárias para que se possa avaliar a eficiência da RESEX como proposta de desenvolvimento na UC (BENJAMIN, 2004).

A política no Brasil mediante a pressão das forças sócias extrativistas a partir de 1990 aparentemente se mostrava mais interessada nos problemas da questão agrária, porém os investimentos que tornariam o alicerce para uma verdadeira reforma agrária, não tivera tanto êxito, acirrando novos conflitos nas RESEX's. Pois, “Os sistemas políticos estão mergulhados em uma crise estrutural de legitimidade, periodicamente arrasados por escândalos, com dependência total de cobertura da mídia e de liderança personalizada e cada vez mais isolados dos cidadãos.” (CASTELLS, 2011, p. 41).

²² Maria Vanderleia. Presidente da Associação das Mulheres Agroextrativista do Assentamento Maracá (AMAAM) – Entrevista ao Grupo de pesquisa (Desenvolvimento Rural Amapaense) Maracá-AP, em 11 de nov. de 2012.

Com a fundação das associações na RESEX Cajari, estas conseguem apresentar através de reuniões os anseios e as necessidades pertinentes para melhorar a estrutura de vida de suas famílias articuladas com instituições não governamentais, que buscam resolver a deficiência de políticas públicas e a carência de investimento na UC, fatores esses que acentuam os problemas na reserva (NASCIMENTO, 2005).

No período da criação das RESEX's no sul do Amapá, o socioambientalismo advindo das articulações políticas entre os movimentos sociais e os movimentos ambientalistas ganhou notoriedade. Esta articulação se identifica a partir do processo histórico de redemocratização do país, com o fim do regime militar em 1984, e consolidado com a promulgação da nova Constituição em 1988, e conseqüentemente com a realização das eleições de forma direta para presidente (SANTILLI, 2009).

O socioambientalismo se fortaleceu nos anos de 1990, após a realização da Conferencia das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro (ECO-92), quando os conceitos socioambientais passaram a influenciar a edição de normas legais (SANTILLI, 2009).

A consolidação democrática no país cedeu à sociedade civil um extenso espaço para a mobilização e articulação, resultando em alianças políticas estratégicas entre os movimentos sociais e ambientalistas. Os povos indígenas e populações tradicionais frutos desses movimentos garantiram o apoio de aliados nacionais e internacionais, firmando o surgimento da aliança dos “povos da floresta”, um dos marcos do socioambientalismo (SANTILLI, 2009).

Em relação aos indígenas, e sua participação efetiva no decorrer do contexto histórico das ações coletivas no campo, segundo Gohn (2010, p. 18):

Sabe-se que a luta dos indígenas de resistência à colonização europeia/branca é secular. Na atualidade, o elemento novo é a forma e o caráter que estas lutas têm assumido – não apenas de resistência, mas também de luta por direitos: reconhecimento de suas culturas e da própria existência, redistribuição de terras em territórios de seus ancestrais, escolarização na própria língua.

Essa forma de resistência indígena, acoplados pela eclosão dos movimentos sociais extrativistas, edificou o socioambientalismo no sentido de envolver a participação das políticas públicas ambientais para com as comunidades locais, que detêm conhecimentos de práticas de manejo florestal, desenvolvendo um novo paradigma de desenvolvimento

estritamente ambiental, ou seja, garantindo a sustentabilidade de espécies, ecossistemas e processos ecológicos, e também a sustentabilidade social (SANTILLI, 2009).

A RESEX Cajari é uma área de manejo florestal abundante em castanha, açaí, palmito e outros frutos que poderiam inserir a comunidade à frente no desenvolvimento econômico e sustentável da região. Porém mesmo entoando o socioambientalismo, a RESEX Cajari, apresenta atualmente problemas correlacionados à política de assentamento, a dificuldades de acesso local, os problemas com os atravessadores, corrupção de administradores da região, pastagens e pequenas fazendas irregulares na UC. (FILOCREÃO, 2007). Nota-se que “Quando os desequilíbrios econômicos regionais se exacerbam face às regras do mercado mundial; as injustiças sociais não diminuem, tendendo a se perpetuarem” (GOHN, 2011, p. 50).

Observa-se que as RESEX's dentro do SNUC recebem a classificação de áreas protegidas de uso ou direito, ou seja, que se permitam várias formas de manejo desde que respeitem com equidade o método sustentável proveniente do equilíbrio ambiental, que se faz necessário através de investimentos públicos nas comunidades, para que se possa auxiliar este pequeno produtor a administrar a sua comunidade (SOUSA; FERREIRA, 2006).

As políticas públicas ambientais para que possam ter eficácia social e sustentabilidade política precisam de fato incluir as comunidades locais no desenvolvimento econômico, e estas, consigam promover uma repartição socialmente equitativa dos benefícios derivados da exploração dos recursos naturais (SANTILLI, 2009).

No entanto, os extrativistas da RESEX Cajari, não conseguem promover a repartição justa de seu manejo, por encontrar entraves para com a dinâmica de comercialização local nas comunidades, por serem tomados por negociações abusivas advindas das cooperativas e pela necessidade em manter a relação com os atravessadores, resultando na carência de lucratividade real do produto para o extrativista. Ressalta-se que a relação do atravessador também se sobrepõem as cooperativas que também se articulam nesse tipo de negociação (PICANÇO, 2005).

Gradativamente os conceitos socioambientais foram sendo incorporados em outras áreas, e na Amazônia, se analisam a forma de introduzi-la em programas e políticas de desenvolvimento rural, práticas agroextrativistas sustentáveis, que as firmem através da viabilidade econômica, inclusão social e a conservação ambiental (SANTILLI, 2009).

Esse processo socioambiental resultou na elaboração de uma proposta de política pública de financiamento e incentivo rural, de base socioambiental, denominada Programa de Desenvolvimento Sustentável da Produção Familiar Rural da Amazônia (PROAMBIENTE),

onde os agricultores que aderirem ao programa poderão receber apoio sustentável, através da cobertura dos custos ambientais e remuneração dos serviços ambientais (SANTILLI, 2009).

Os agroextrativistas da RESEX Cajari representam um modo específico de organização social de exploração e produção, e o seu processo de trabalho até a gestão comunitária confronta com uma política peculiar de uso de instrumentos econômicos de comando e controle dos recursos naturais (BENJAMIN, 2004).

Mesmo com problemas apresentados pelos extrativistas da RESEX Cajari, as associações representantes de suas comunidades não conseguem atenuar as dificuldades, pois acabam desenvolvendo outra ordem de conflito, que se manifesta quando as comunidades passam a gerir os territórios conquistados, ou seja, através da cogestão com o poder público, que se confrontam com o desafio de produzir coletivamente iniciando o processo de agregação de valor de seus produtos. Além de passarem a gerenciar recursos oriundos de fundos públicos e não governamentais, que acabam por contribuir para os conflitos internos relativos ao cumprimento da burocracia, questões direcionadas a hierarquias e a gestão administrativa (PICANÇO, 2005).

Essa forma de articulação entre a comunidade e o poder público, seguem orientados pela parceria do socioambientalismo que tem o papel desafiador de pressionar o governo federal a disponibilizar investimentos para as UC's buscando atenuar os conflitos nas reservas.

O sociambientalismo deve gerar e valorizar a diversidade cultural e a consolidação do processo democrático no país, garantindo a participação maciça da população tradicional na gestão ambiental. No entanto o socioambientalismo também passou a ser uma alternativa do conservacionismo preservacionismo ou movimento ambiental tradicional que não obtivera resultado no Brasil (SANTILLI, 2009).

A discussão sobre o socioambientalismo passa a representar uma opção ao conservacionismo preservacionismo, ou mesmo, movimento ambientalista tradicional, este, mais distante dos movimentos sociais e das lutas políticas por justiça social, sendo cético quanto à possibilidade de envolvimento das populações tradicionais na conservação da biodiversidade (SANTILLI, 2009).

Uma parte do movimento ambientalista tradicional preservacionista afirma que as populações tradicionais e os carentes são uma ameaça a conservação ambiental. E mediante essa colocação, as UC devem ser protegidas permanentemente dessa ameaça (SANTILLI, 2009).

E nesse preceito dos movimentos de cunho ambientalista tradicional, em relação a esta linha de pensamento, demonstra quão vago, e torpe, imaginar que a ameaça se encontra nos movimentos sociais e não numa política que desqualifica e fragmenta o sujeito coletivo. Tal colocação é desconstituída mediante a criação das RESEX's através da união entre a força de luta extrativista e os novos modelos de luta ambientalista (SANTILLI, 2009).

No entanto, o movimento ambientalista tradicional tende a seguir modelos de preservação ambiental importados de países do primeiro mundo, suas populações procuram parques para desenvolver as suas atividades de recreação, mantendo intactas as áreas protegidas. Afastadas das pressões sociais típicas de países em desenvolvimento, com populações necessitadas e excluídas, o modelo preservacionista tradicional funciona bem em países desenvolvidos do norte, mas não há espaço político nos seus ideais no Brasil (SANTILLI, 2009).

O socioambientalismo após a ECO-92 será incorporados cada vez mais ao discurso e a prática jurídica, e as perspectivas nascem através de parcerias entre os movimentos sociais e ambientalistas. A esta incorporação, envolve lutas de influência ideológica da “esquerda” no socioambientalismo (SANTILLI, 2009).

O que designa uma atenção maior com os rótulos ambientalistas, segundo Castells (2010, p. 166) concerne:

Portanto, o conceito de justiça ambiental, como noção ampla que reafirma o valor da vida em todas as suas manifestações, contra os interesses de riqueza, poder e tecnologia, vem conquistando gradativamente as mentes e as políticas, à medida que o movimento ambientalista ingressa em um novo estágio de desenvolvimento.

Nesse preceito normativo jurídico a RESEX Cajari, no âmbito socioambiental, se edifica através da relação entre biodiversidade e sociodiversidade, com uma interpretação sistêmica e integrada da proteção jurídico-constitucional, conferida a diversidade biológica e a diversidade cultural, influenciados pelo multiculturalismo e pelo humanismo (SANTILLI, 2009).

A esta diversidade cultural no entendimento de Gohn (2010, p. 121):

O século XXI trará a consolidação do elemento cultural, nos direitos culturais que preconizam o direito à diversidade da cultura dos povos, enquanto etnias, raças, crenças, opções religiosas, sexuais etc. Consolidam-se também os direitos à proteção ambiental, à vida e ao patrimônio artístico e cultural da humanidade.

Os paradigmas socioambientais fundamentais, que permeia a lei nº 9.985/2000 é a forma de articulação entre biodiversidade e sociodiversidade, conforme os objetivos e diretrizes do SNUC descritas além da manutenção da diversidade biológica e dos recursos genéticos, a proteção às espécies ameaçadas de extinção, as paisagens naturais e recursos hídricos e edáficos (solos) como também a proteção aos recursos naturais necessários a subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando o seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente (SANTILLI, 2009).

No entanto, a população tradicional envolvida na RESEX Cajari além de passar décadas suprimidas pela ditadura militar, ao se reerguer mediante forças alavancadas nos movimentos sociais, vem unindo outra forma de luta, de como gestar a sua área ambiental, enfrentar a corrupção e distorção da real proposta que viria ser uma UC de cunho exploratório através do plano de utilização para os extrativistas, atrelados à concepção ambientalista pós-eco-92. Aos preceitos utilizados na RESEX Cajari, ressalta-se que os extrativistas possuem conhecimento do plano de utilização, porém não há uma obediência adequada às instruções que esta regra impõe, devido às dificuldades em atribuí-la na vida particular de cada tradicional.

A proposta da SNUC, mediante um ângulo conceitual, no que se refere à gestão ambiental seria o ato de gerir de forma coletiva e compartilhada visando aperfeiçoar as decisões e dirimir os conflitos, enquanto o potencial biofísico, este, diz respeito à biodiversidade e as características físicas gerais do ambiente, inteiramente aproveitáveis na forma econômica e social. “Dentro desse contexto, é razoável inferir que o aproveitamento do potencial biofísico no processo de gestão ambiental se impõe como ferramenta auxiliar na otimização das decisões e na mediação de conflitos” (SILVA, 2010, p. 42).

O processo de responsabilidade na gestão, se não bem administradas, ou mal representadas desarticulam o socioambientalismo. Utilizando o entendimento de Castells (2010, p. 166) relacionados ao conhecimento de gestão:

Nesse sentido, quanto mais adquirimos conhecimento, tanto mais percebemos as potencialidades de nossa tecnologia, bem como o abismo gigantesco e perigoso entre nossa capacidade de produção cada vez maior e nossa organização social primitiva, inconsciente e, em última análise destrutiva.

Os problemas apresentados na RESEX Cajari implicam nas maiores dificuldades no processo de gestão, ou seja, a falta de informações confiáveis sobre o potencial da biodiversidade e das características físicas potencialmente aproveitáveis nas UC's. Essa dificuldade está longe de atender os parâmetros necessários para se efetivar o uso responsável

dos recursos, isso implica em respeitar a legislação e a inclusão no processo de gestão dessas UC's, dos povos tradicionais da flora e fauna regional (SILVA, 2010).

O papel dos agroextrativistas na conservação da agrobiodiversidade, mesmo que não reconhecidos pelo ordenamento jurídico como tais, certamente se encaixam no conceito de populações tradicionais, ou de comunidades locais, perante a terminologia adotada. Os agroextrativistas tradicionais, ou familiares possuem em grande parte a responsabilidade de executar a manutenção da diversidade de espécies e variedades agrícolas, adotando organismos de seleção e melhoramento genético, domesticação e intercâmbio de sementes que asseguram a variabilidade genética das plantas cultivadas e a conservação da agrobiodiversidade (SANTILLI, 2009).

A participação das populações locais na criação, implantação e gestão das UC's e que permeia a lei do SNUC baseado no socioambientalismo, enumerada no artigo 5º, III da lei nº 9.985/2000, percebendo que o envolvimento das populações locais procura romper com a lógica “vertical” que norteou por muitos anos os processos de criação de unidades de conservação, em que a decisão política de cria-las e implantá-las é imposta de cima para baixo, e de forma autoritária e unilateral pelo Público, excluindo-se as populações locais (SANTILLI, 2009).

Ressalta-se que a participação das populações locais tanto no processo de criação, quanto nas experiências de produção coletiva retratam aspectos da dimensão econômica territorial em que o espaço é percebido como fontes desenvolvimento através dos recursos, e as nuances das relações de poder que surgem no decorrer do processo histórico extrativista (PICANÇO, 2005).

Nessa perspectiva, as populações tradicionais mediante o seu fortalecimento nos movimentos sociais, passam por processos transitórios de exclusão à inclusão social, e de acordo com Santilli (2009, pp. 22-23):

O reconhecimento do papel das populações tradicionais e comunidades locais, e da necessidade de inclui-las em iniciativas voltadas para a conservação da diversidade biológica, bem como de compensá-las por medidas restritivas de suas atividades e condutas, é um imperativo fundamental de quaisquer políticas ambientais que pretendam ser socialmente fundamental justas e eqüitativas.

As ações coletivas na RESEX Cajari desenvolvem uma nova gênese transversal, inferindo em suas práticas novas formas de organização e articulação, mobilizando-os na categoria de sujeitos em redes, compreendendo que “O movimento social, enquanto um

sujeito social coletivo, não pode ser pensado fora de seu contexto histórico conjuntural” (GOHN, 2012, p. 63).

No entanto, a RESEX Cajari através das ações coletivas dos povos tradicionais é percebida “como construtores de inovações culturais e fomentadores de mudanças sociais” (GOHN, 2012, p. 25). Nessa perspectiva as ações coletivas na reserva assinalam um novo capítulo de luta e inserção no desenvolvimento econômico para a região, buscando garantir a participação da família extrativista na produção e gerenciamento socioambiental na região Cajari, associados nas de técnicas e práticas de manejo.

Segundo Almeida, Sousa e Vale (2009, p. 41):

Como se poderá observar, nem todas as técnicas e práticas podem ser consideradas como aquelas que se convencionou chamar de ‘práticas do bom manejo’. Há dúvidas se algumas realmente favorecem os castanhais e as castanheiras, considerando a eficácia e eficiência para promover o aumento da produção e da produtividade.

O envolvimento das famílias extrativistas nas boas práticas de manejo, e coletas das castanhas e outros produtos típicos de exploração como o açaí, palmito além da agricultura na região Cajari, busca garantir a extração e produtividade mantendo os serviços funcionais e ecológicos da UC relacionados à integridade e conservação da reserva promovendo a equidade e o desenvolvimento econômico local (ALMEIDA; SOUSA; VALE, 2009).

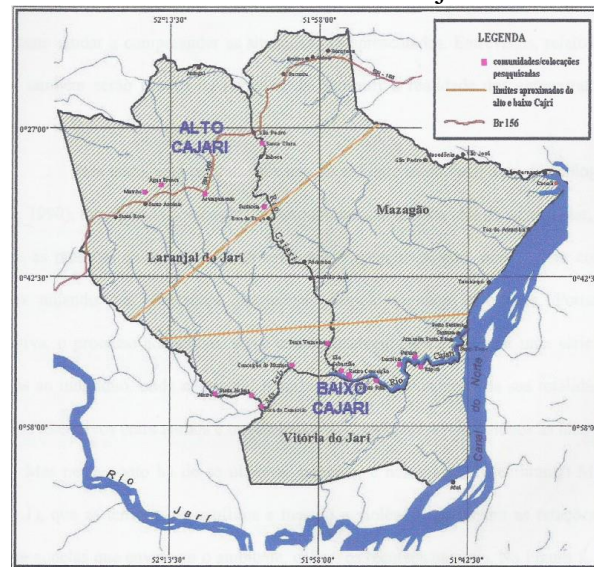
4.4 ESTRATÉGIA DE PRODUÇÃO AGROEXTRATIVISTA DA RESEX CAJARI: A LUTA EM MEIO À CRISE PELO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DA REGIÃO.

A mobilidade econômica produzida pelo empenho da exploração dos recursos naturais, mediante a prática de manejo ambiental, ao que rege o Plano de Utilização na RESEX Cajari, são resultados de organizações participativas e associações dentro das comunidades que se articulam, buscando soluções para os problemas apresentados na referida UC. “É um momento em que o coletivo parece estar mais suscetível a atribuir um valor positivo à disciplina, ao planejamento, à direção coletiva e à divisão de tarefas como encaminhamentos necessários e essenciais para suprir as carências mais imediatas” (GOHN, 2011, p. 131).

A RESEX Cajari no ano de 2012 vem apresentando problemas relacionados ao desenvolvimento econômico e social na região. As comunidades passam por conflitos sociais imbricados relacionados à comercialização da castanha, a exploração da mão de obra, atravessadores, corrupção, dificuldades de acesso na rede viária e fluvial. No entanto, “O que está em crise, e em vias de desaparecimento, é o papel dos partidos políticos como representantes da necessidade histórica, acima dos atores sociais e muitas vezes contra eles” (GOHN, 2012, p. 107).

As unidades de exploração familiar localizadas nas regiões do alto e baixo rio Cajari no sul do Amapá são apresentadas conforme o mapa 4:

MAPA 4 - alto e baixo Cajari



Fonte: Benjamin (2004)

As regiões do alto, e baixo Caraji se perpetuam da exploração da castanha interligada a agricultura familiar de sustentabilidade, e reprodução através da pluriatividade e se percebe práticas agrícolas extrativistas. A formação da renda das populações agroextrativistas na RESEX Cajari se constitui mediante atividades agrícolas, de culturas anuais e permanentes, e pelo extrativismo, como a caça, a pesca e a coleta da castanha do Brasil (BENJAMIN, 2004).

Na RESEX Cajari, as associações criadas a partir dos movimentos sociais buscam alternativas de manter a equidade social e ambiental, aliadas ao desenvolvimento das práticas de manejo. No entanto, os problemas relacionados à intervenção dos atravessadores os impossibilitam de uma rentabilidade justa para a comunidade local, este problema também se reflete no Assentamento Agroextrativista Maracá. Ressalta-se que “Na concepção tradicional,

o movimento social sempre busca abolir a relação de dominação, fazer triunfar um princípio de igualdade, criar uma nova sociedade que rompa com as formas antigas de produção, gestão e hierarquia” (GOHN, 2012, p. 95).

A intervenção dos atravessadores motivou a Associação dos Moradores do Assentamento Agroextrativista do Maracá a se transformar em Associação de Castanheiros, de acordo com o senhor Ademir ²³:

É pra vê se a gente tinha uma melhoria né no nosso produto, porque quando através da associação a gente consegue as coisas mais fácil né. Ai pra vê se a gente saía da mão dos atravessadores, porque os castanheiros são a classe de gente mais sofrida! Que você sai daqui, aqui você compra de gasolina à R\$ 5,00, você deslocar pro seu castanhal, aí chega lá no seu castanhal você vai tira a sua castanha, e o casto... o atravessador vai comprar de você à... a vamos supor se aqui tá R\$ 100,00 lá eles vão dar R\$ 60,00, R\$70,00 no hectolitro, conforme a distância né... e aí olha, são 100 litro é uma quinqüitolitro né, e eles compram a R\$120,00 do atravessador. E é por isso mesmo nós, procuramos a, a legalizar direitinho a Associação né, pra que eles fossem buscar uma melhoria melhor pra cada castanheiro.

O extrativismo de produtos nativos na RESEX Cajari compõe o conjunto de estratégias que envolvem a participação mercantil e o autoconsumo. No caso da região do alto Cajari se encontram castanhais explorados intensamente a mais de um século. Sendo esta atividade considerada pelos extrativistas fundamental para a economia.

No baixo Cajari a atividade peculiar e de grande crescimento se refere à atividade de roçado e exploração dos açazais. E a perspectiva de desenvolvimento econômico local tanto o alto Cajari, quanto o baixo Cajari são focos e resultado da capacidade do agroextrativista possui em se adaptar aos diferentes ambientes históricos e conjunturais (BENJAMIN, 2004).

A RESEX Cajari, peculiarmente recebem novos incentivos com as ações políticas implantadas pelo Estado para a exploração da castanha, e o recurso público se destina ao manejo desse produto, porém o retorno financeiro ao castanheiro se torna secundário, pois o desenvolvimento econômico da castanha favorece a um pequeno grupo comercial, como no caso dos Mutran no Pará. “Entretanto, a passagem à valorização de metas mais distantes e complexas, tanto quanto das diferentes formas de envolvimento e organização necessárias para buscar alcançá-las, acaba buscando mais do que uma coesão em torno da luta pela sobrevivência” (GOHN, 2011, p. 131).

²³ Aldemir de Gomes Souza - Presidente da Associação dos Castanheiros Agua do Extrativista do Maraca (CAECA). Entrevista cedida ao grupo de pesquisa (Desenvolvimento Rural Amapaense) Maracá-AP, em 11 de nov. de 2012.

Ressalta-se que mesmo com o apoio do Estado às ações de ONG nacionais e internacionais, a dificuldade encontrada na RESEX Cajari continua sendo um empasse, designando a ideia da ineficiência de algumas ações em execução, conforme o CNPT do Amapá (BENJAMIN, 2004). Pois a partir das reservas, há a necessidade de se elaborar mudanças no que diz respeito ao gerenciamento dos recursos naturais, impondo uma nova dinâmica na relação dos produtores com o meio ambiente, estabelecendo novas relações de poder nas comunidades. “O processo histórico em que esse desenvolvimento de forças produtivas ocorre assinala as características da tecnologia e seus entrelaçamentos com as relações sociais” (CASTELLS, 2011, p. 50).

Portanto a estrutura criada em torno da RESEX Cajari, mediante as indústrias de processamento e beneficiamento da castanha, e dos incentivos cedidos aos representantes dos produtores locais, fortalece a rentabilidade do produto em mãos de pequenos comerciantes e atravessadores, a exemplo dos Mutran, empresários do Estado do Pará. O trabalhador extrativista M.M.²⁴ desabafa, “nós vende prá eles porque eles é que pagam, a cooperativa não quer pagar a gente. Tão me devendo até hoje. Eles pagam pouco, mas pagam. No Jari, também tem um comerciante que compra, só que paga com uma mercadoria que a gente tira lá” (BENJAMIN, 2004).

Nessa perspectiva, os extrativistas da RESEX Cajari permanecem à mercê dos atravessadores, essa prática se perpetua a cada ano. Em 2012 a COOPERALCA se mantinha em dívida para com os extrativistas, e estes acabavam sendo obrigados a negociar diretamente com os atravessadores. No entanto os extrativistas através das associações buscam se desvencilhar dessa abusiva forma de negociação. Ressalta-se que, “Aparecem hoje, no estado do Amapá, sintomas graves de um conflito entre o desenvolvimento de produção e o seu componente social” (BORGES; CASTRO, 2007, p. 310).

A economia da castanha-do-brasil utilizada em prol dos residentes tradicionais da RESEX Cajari poderia levar as comunidades ao desenvolvimento regional, articulados a investimentos públicos, porém a crise econômica para os extrativistas reduz ao mínimo a subsistência familiar, levando as famílias tradicionais a utilizar atividades secundárias para garantir a sua economia. Esse efeito para o extrativista o faz manter a permanência dessas atividades familiar agregadas de forma dependente ao sustento e não ao desenvolvimento local. “A economia afeta a tudo e a todos, mas é inclusiva e exclusiva ao mesmo tempo; os

²⁴ M.M., 64 anos. Entrevista concedida a Benjamin. (BENJAMIN, 2004).

limites da inclusão variam em todas as sociedades, dependendo das instituições, das políticas e dos regulamentos” (CASTELLS, 2011, p. 203).

As atividades secundárias relacionam-se a agricultura, que acaba ganhando mais espaço com a crise pela qual passa a economia castanheira, o que intensifica a atividade de corte e queima característica da região sul do Amapá. O que não limita o sujeito extrativista a busca de melhorias, e articulações comerciais que envolvam além da extração da castanha, os produtos agrícolas para a suplementação familiar mediante esforços das organizações extrativistas através das associações na RESEX Cajari (BENJAMIN, 2004).

A participação das associações na RESEX Cajari, também passará por alguns problemas relacionados à gestão, mas em parte, a organização das associações reunida com a participação das comunidades extrativistas se reúne para apresentar as divergências econômicas, dificuldades na saúde e na educação. No ano de 2012, o grupo de pesquisa ²⁵ ao visitar a RESEX Cajari e o Assentamento Agroextrativista Maracá nos fora informado que as reuniões e assembleias que ocorrem na região, não são registradas em ata, o que dificulta a construção histórica cronológica mediante as fontes, e este trabalho se realiza em parte através do resgate da história oral.

Mesmo com alguns atenuantes na forma de gestão da RESEX Cajari, Ribeiro (2011, p. 161) observa:

Na RESEX Cajarí, pelo seu melhor nível de organização interna e pela existência do conselho deliberativo da reserva, as organizações agroextrativistas existentes têm conseguido fazer pressão junto aos órgãos públicos com influência na área. Mas as conquistas que se destacam vem do campo social.

O perfil socioeconômico e político dos atuais produtores agroextrativistas da RESEX Cajari se formam através das relações com outros sujeitos sociais envolvidos na gestão e distribuição da riqueza da reserva. Essa participação resulta nos principais mecanismos de produção e reprodução econômica social dos extrativistas, unificando a forma de relação com a terra, e a sua luta em garantir o desenvolvimento para a comunidade local e investimentos na educação e saúde. Pois os relacionando em termos de comunidades, pode-se dizer que, “Em cada uma das comunidades e regiões, as alianças sociais e sua expressão política são

²⁵ Visita in lócus na RESEX Cajari e Assentamento Agroextrativista Maracá - Grupo de pesquisa (Desenvolvimento Rural Amapaense) em 11 de nov. de 2012.

específicas, correspondentes às relações de poder local/regional, a história do território e à sua conjuntura econômica” (CASTELLS, 2010, p. 316).

O Dispendioso atrito relacionado ao problema na gestão da RESEX são resultados de políticas públicas e inadequados investimentos na educação que inibem a forma de gerir dos representantes locais extrativistas. Conforme Silva (2003, p. 106) analisa:

Um fato emblemático percebido na RESEX Rio Cajari, referente ao problema educacional, ocorreu no dia 06/08/2002. Nesta data houve uma reunião entre a Associação das Mulheres do Cajari e a Secretaria de Indústria e Comércio do Amapá – SEICOM. Estava em pauta a implementação de uma fábrica de sabão na Comunidade de Água Branca do Cajari. Na ocasião, não havia nenhuma associada ou membro da diretoria que pudesse lavrar a ata da reunião, o que nos levou a atuar como redator. Ao término das discussões e o conseqüente recolhimento das assinaturas das presentes, as dificuldades foram sentidas. Muitas mulheres mostraram-se bastante envergonhada em virtude de não serem alfabetizadas. As que conseguiram “escrever” seu nome o faziam com extrema dificuldade e inibição.

O desempenho do desenvolvimento econômico na RESEX Cajari, e a sua formação organizacional, ainda são acometidos pela carência de investimentos na educação, saúde e desenvolvimento socioeconômico, com aplicabilidade de cursos técnicos, e qualificação. Ressalta-se que há certos investimentos tímidos em relação à demanda que a reserva necessita. Este fato se sucede por manobras políticas que sedimenta o interesse em controlar a riqueza da região. Mesmo, com muitos representantes semianalfabetos, as associações locais possuem líderes articulados e desempenhados na melhoria local (NASCIMENTO, 2005).

O cenário socioeconômico e político dos extrativistas da RESEX Cajari implicam na necessidade de receber seriamente investimentos públicos que possam dirimir as práticas ilegais na localidade, principalmente as direcionadas a execução dos atravessadores, a corrupção na administração das cooperativas e sindicatos, e a dificuldades nas políticas de crédito rural (FILOCREÃO; SANTOS, 2012).

4.5 RESEX CAJARI: OS EMPREENDIMENTOS DA CASTANHA COMO ATENUANTE DE DISPUTAS E CONFLITOS.

A produtividade da castanha-do-brasil é um grande empreendimento para as empresas capitalistas. A riqueza e benefícios desse produto alavancam a economia de mercado e são ambicionados nacional e internacionalmente. As cooperativas locais são responsáveis a desempenharem essa articulação comercial nos mercados, pela variedade de

benefícios desse produto, pois, “Além da castanha in natura, os produtos comercializados pela cooperativa são: castanha dry, que é a castanha seca, ou seja, com baixa concentração de água e, por isso, de maior duração, castanha descascada e azeite de castanha” (RANGEL, 2012, p. 15).

Ressalta-se que são poucas famílias extrativistas que negociam diretamente com as cooperativas, devido aos atrasos nos pagamentos, a maioria, acabam sendo obrigadas a negociar a sua produção da castanha diretamente com o atravessador, que adianta parte do pagamento, mesmo não sendo o valor real que o extrativista mereça receber. No entanto o desenvolvimento econômico desse manejo exploratório se reduz a uma comercialização inerte, sem tantas expectativas para o povo tradicional, pois “O capitalismo visa a maximização de lucros, ou seja, o aumento do excedente apropriado pelo capital com base no controle privado sobre os meios de produção e circulação” (CASTELLS, 2011, p. 53).

As cooperativas justificam o atraso do pagamento da produção extrativista, segundo Rangel (2012, pp. 14-15):

No mês de julho ocorre o beneficiamento da produção na cooperativa, sendo que esta consegue comprar apenas parte da produção local, uma vez que, por não dispor de capital de giro para o pagamento da produção no momento da entrega desta, a cooperativa paga apenas após a comercialização de sua produção, que ocorre a partir do mês de setembro e estende-se até o mês de dezembro.

Os extrativistas do Cajari são os grandes responsáveis na extração da castanha, ao qual mantém a forma nativa de remoção, enquanto “Os grandes castanhais existentes no Amapá são explorados, atualmente, por populações beneficiárias das áreas protegidas para o agroextrativismo” (RIBEIRO; FILOCREÃO; CAMPOS, 2009, p. 57). Mediante os conflitos acionados pela resistência e luta pelos direitos a desempenharem as suas funções tradicionais, as populações da RESEX Cajari, fomentaram através da criação de associações uma forma de garantir a subsistência de sua família, transformando a castanha na forma tradicional de mercado local mediante a fabricação caseira de biscoitos, bolos e outros derivados, que são vendidos no valor de R\$ 2,00 a unidade (pacote de biscoitos, fatia de bolo e doce) conforme informações cedidas ao grupo de pesquisa ²⁶.

²⁶ Visita in lócus na RESEX's Cajari e Maracá - Grupo de pesquisa (Desenvolvimento Rural Amapaense) (Desenvolvimento Rural Amapaense) em 11 de nov. de 2012.

Ressalta-se que estes extrativistas e coletores da castanha desempenham suas atividades desde o início da colonização, e segundo Ribeiro, Filocreão e Campos (2009, p. 56) são:

De origem cabocla, constituída no início da colonização européia, no processo de miscigenação induzida de índios e portugueses, recebendo a contribuição étnica dos escravos negros nas áreas de influência das vilas coloniais de Mazagão, Gurupá e Almerin e, de migrantes nordestinos, durante o período áureo da exploração da borracha na região.

As relações econômicas assumidas pelos extrativistas vivenciam várias experiências de organização e produção, desde a forma camponesa agroextrativista a partir da colonização, para trabalhadores compulsórios dos coronéis seringalistas durante o “boom da borracha”; à trabalhadores aviados e assalariados das empresas de exploração extrativistas no período dos anos 1950 a 1960, e conseqüentemente a explorados pelos regatões e arrendatários das grandes empresas latifundiárias nos anos de 1970 a 1980, “organizando-se atualmente como produtores familiares agroextrativistas” (RIBEIRO; FILOCREÃO; CAMPOS, 2009, p. 57).

Percebe-se que os extrativistas através das associações buscam alternativas de desenvolvimentos e investimentos para a reserva. A participação feminina neste desenvolvimento é de grande valia para a família extrativista que viabilizam retornos positivos na região.

O trabalho das mulheres associadas, além de garantir o empreendimento caseiro para as famílias tradicionais da RESEX Cajari, no alto Cajari há um investimento estadual, e se percebe o apoio do Estado através da Associação de Mulheres do Alto Cajari (AMAC) na fabricação do biscoito da castanha, que são disponibilizados nas escolas estaduais para a merenda escolar. Cada mulher associada atuante na fábrica de biscoito recebe mensalmente a remuneração em torno de R\$ 1.800,00 por produção, conforme a necessidade da escola (informação verbal)²⁷.

As mulheres da AMAC projetadas mediante suas iniciativas de contribuir para com o desenvolvimento econômico local, fazem parte dessa conjuntura de luta dos movimentos sociais, ao qual “o papel das mulheres inseridas nos movimentos sociais, em contextos sociopolíticos e culturais de construção da democracia tendo como pano de fundo a questão da reestruturações econômicas impostas pela globalização” (GOHN, 2012, p. 131).

²⁷ Mulheres associadas da – AMAC. Entrevista ao Grupo de pesquisa (Desenvolvimento Rural Amapaense) Alto Cajari - AP, em 11 de nov. de 2012.

A AMAC foi criada em 8 de maio de 2004, e no ano de 2012 na sua forma organizacional se encontra com aproximadamente 80 mulheres associadas abrangendo uma boa parcela das comunidades do alto Cajari. Além de contar com a fabricação dos biscoitos da castanha as famílias possuem também o artesanato como fonte de renda. (informação verbal)²⁸.

A jornada de trabalho das mulheres na AMAC, com o projeto voltado a fabricação de biscoitos da castanha, obedece 8 horas diárias, com 1 hora de intervalo. O ambiente de trabalho é organizado e as tarefas executadas são divididas por etapas. As mulheres da AMAC recebem cursos e participam de encontros para adequar o seu desempenho conforme as necessidades. Ressalta-se que tanto a AMAC, quanto a AMBAC são associações lideradas por mulheres e tuteladas por ações governamentais (PICANÇO, 2005).

No alto Cajari este projeto da AMAC conseguiu êxito e uma boa perspectiva perante as mulheres associadas. Percebe-se a satisfação dessas produtoras de biscoito ao desempenharem uma atividade que as mantém no mercado local, contribuindo na economia familiar, “... é possível afirmar que a forma de gestão baseada na participação comunitária representa um avanço em face aos períodos que antecederam a criação da reserva, em que a área era controlada com base na violência e a extrema exploração” (PICANÇO, 2005, p. 133).

A parceria do Estado com a AMAC cedeu a esta associação um bom resultado, demonstrando que a responsabilidade de um investimento adequado, contribui em melhorias e aperfeiçoamento das extrativistas associadas. E de acordo com Borges e Castro (2007, p. 327):

Pensando-se em políticas públicas, movimentos sociais e sustentabilidade, a expectativa é de que se consiga revelar a lógica do desenvolvimento quanto a realidade sócio-ambiental dos atores sociais, orientando-a para favorecer a formação autóctone de indivíduos capazes de promover o seu desenvolvimento de forma sustentável.

Na avaliação do trabalho na AMAC percebe-se a preocupação das mulheres associadas em manter a organização do ambiente, e o respeito para com as colegas de trabalho. O trabalho dessas produtoras na fabricação do biscoito da castanha seguem as seguintes etapas, conforme a foto 3 – momento em que acontece a preparação da massa e na sequência a modelagem e formato do biscoito. E na foto 4 - momento em que o biscoito é

²⁸ Mulheres associadas da – AMAC. Entrevista ao Grupo de pesquisa (Desenvolvimento Rural Amapaense) Alto Cajari - AP, em 11 de nov. de 2012.

transferido para o forno para assar com a espera de 20 minutos, e na sequência, momento em que o biscoito esfria sobre a mesa de alumínio para em seguida ser embalado (informação verbal)²⁹.

Foto 3 – AMAC (Preparo da massa e a modelagem do biscoito da castanha)



Fonte: acervo do autor (foto adaptada) (2012)

Foto 4 – AMAC (Assando o biscoito e finalizando a embalagem)



Fonte: acervo do autor (foto adaptada) (2012)

A AMAC é uma das associações da RESEX Cajari que conseguem manter um trabalho produtivo em parceria com o governo do Estado. Porém ressalta-se que mesmo com a participação efetiva das mulheres associadas da AMAC e financiadas pelo governo estadual, há interesses subsidiários de disputas internas que influenciam determinadas lideranças a estarem ligadas diretamente a partidos ou determinados políticos, funcionando como respectivos cabos eleitorais (PICANÇO, 2005).

Na RESEX Cajari a participação das mulheres promoveu melhorias na vida econômica das famílias, pois mediante a crise dos extrativistas atreladas aos atravessadores, e ao isolamento devido à dificuldade de acesso na rede viária e fluvial, o papel feminino foi fundamental para equilibrar a economia da região Cajari. Além da AMAC no alto Cajari, se

²⁹ Mulheres associadas da – AMAC. Entrevista ao Grupo de pesquisa (Desenvolvimento Rural Amapaense) Alto Cajari - AP, em 11 de nov. de 2012.

destaca no Assentamento Agroextrativista Maracá a Associação das Mulheres Agroextrativista do Assentamento Maracá (AMAAM)³⁰, segunda a senhora Maria Vanderleia³¹ “AMAAM foi criada devido a, ao consumo de castanha que tinha, as mulheres trabalhavam muito, trabalhava com os frutos da castanha, reuniram, e umas delas reuniram pra criar uma associação devido o número de castanha que elas trabalhavam”.

As atividades administradas pelas mulheres extrativistas no alto Cajari reforçam a sua articulação em mediar várias atividades no rendimento familiar. A AMAC é um projeto alternativo que auxilia no desenvolvimento econômico local. Mas o impasse que a produção da castanha gera em algumas associações leva os extrativistas a assumirem uma postura ríspida em relação à credibilidade de alguns representantes na região Cajari. A credibilidade é onde se “Busca uma concepção política de justiça, não metafísica, que seja equivalente a equidade (igualdade política e igualdade de oportunidades)” (GOHN, 2011, p. 94).

O cultivo da castanha no alto Cajari, na RESEX Cajari, foi subsidiado por várias políticas que através das associações objetivavam intensificar a produção, permitindo um aditamento na qualidade de vida da população, porém de forma singular, pois em algumas associações e cooperativas há denúncias de irregularidades em relação à comercialização da castanha. As denúncias são contra alguns representantes, que tomaram iniciativas contrárias e corruptas dentro das associações, e ou cooperativas. Ressalta-se que, “Um líder, portanto, é alguém que, além de ser aceito e possuir confiança do grupo de que participa, sabe como coordenar um grupo e se comunicar respeitando diferentes posicionamentos, culturas e conhecimentos” (GOHN, 2011, p. 118).

De acordo com Castells, (2010, p. 316):

Aos grupos sociais subordinados, bem como às minorias culturais, nacionais e regionais, é assegurado o acesso ao poder nos níveis administrativos mais inferiores dos próprios territórios habitados por esses grupos. Surge desse modo uma estrutura bastante complexa na relação Estado, classes sociais, grupos sociais e identidades presentes na sociedade civil.

³⁰ AMAAM foi criada em 15 de julho de DE 2007, segundo Maria Vanderleia. Maracá - Entrevista ao Grupo de pesquisa (Desenvolvimento Rural Amapaense) em 11 de nov. de 2012.

³¹ Maria Vanderleia. Presidente da Associação das Mulheres Agroextrativista do Assentamento Maracá (AMAAM) – Entrevista ao Grupo de pesquisa (Desenvolvimento Rural Amapaense). Maracá, em 11 de nov. de 2012.

Visando a capacidade produtiva da região a COMAJA, COOPERALCA e ASTEX-CA foram incentivadas com apoio técnico e financeiro para dinamizar a coleta e comercialização da castanha do Brasil para fora da RESEX e atrair investimento para a localidade.

Contudo a compra e venda deste produto realizada por entidades, não têm sido o suficiente para ampliar o mercado na região. A castanha do Brasil ainda se mantém sob o controle da família Mutran, no Pará. Dona Anália³² salienta, “Vendemos para os marreteiros dos Mutran, que vêm aqui e compram. Mas pagam também. Mas o preço relaxou muito e ficamos com a produção no mato. Hoje está dando doze reais a barrica”. Este problema afugenta qualquer retorno relacionado ao imposto sobre o produto para o Amapá (BENJAMIN, 2004).

A RESEX Cajari mesmo sendo uma rica UC não consegue viabilizar os extrativistas numa supra-alavanca de desenvolvimento econômico. O desenvolvimento nas quais as comunidades extrativistas são incumbidas se ramifica numa cadeia de políticas arbitrárias ao qual dispõe aqueles moradores o mínimo necessário para a sobrevivência (BENJAMIN, 2004).

Estabelecidos no plano de utilização, os recursos extraídos da RESEX Cajari, se inserem na responsabilidade da população local em reproduzir e perpetuar as atividades agroextrativistas. A rede de comercialização da castanha pensada para esta RESEX se formou através da parceria com o PPG-7, ASTEX-CA e a COOPERALCA, o que permitiu a ideia de acúmulo de capital, e nesse entendimento “Num sentido relativo, pode-se dizer que o trabalhador preserva sempre valores anteriores na mesma proporção em que acrescenta novo valor” (MARX, 2012, p. 238).

A economia da RESEX Cajari corrobora a sua dependência em torno dos compradores e atravessadores. A intermediação da associação se limita na ação de seu presidente, em que se favorece o interesse particular e ou daqueles que o cercam, gerando divisas fora da esfera local de produção, além do aumento da taxa de comercialização devida pelos produtores, culminando as famílias ao plano da subsistência em outras atividades como a agricultura, o afastando de sua principal prática a de manejo da castanha (BEMJAMIN, 2004).

³² Anália. Entrevista concedida a Benjamin em 2001.

Na gestão da ASTEX-CA ³³, cada presidente canaliza esforços individuais para executar projetos que trouxessem benefícios para as comunidades da região Cajari. Esta dinâmica entre as relações sociais estabeleceu com a criação da RESEX a participação mais ativa do Estado mediante o Programa de Desenvolvimento Sustentável do Amapá (PDSA) na década de 1990. Porém, a maior produção de castanha da RESEX Cajari ainda permanece sob o controle de atravessadores e pequenos compradores dos Mutran. Essa situação, de acordo com alguns moradores, se favorece pela ação do comunitário, e pela dívida que a COOPERALCA possuem com os agroextrativistas.

O senhor Francisco ³⁴ se referiu à relação da COOPERALCA da seguinte forma:

Eles estão devendo uma castanha desde o ano passado. Já faz um ano e três meses. Por sinal, eles me chamaram lá na semana passada em uma reunião onde estive presente a primeira dama. Pensei que ia receber esse dinheiro, mas não falaram nada a respeito. Falaram só de um negócio que estão fazendo para beneficiar a castanha, mas nós vende pra ela para beneficiar a nós e ninguém recebe né? Como nós faz então?

Este problema com os atravessadores na RESEX Cajari corrói o desenvolvimento econômico para a região provocando a quebra de legitimidade entre as regras da RESEX mediante o plano de utilização. O atravessador bloqueia a economia do extrativista, e segundo o senhor Aldemir a “figura do atravessador ainda existe, como no caso de Santana, todo tempo vai ter, só podia parar se o pessoal da CONAB e os da natura negociassem diretamente com a gente” ³⁵.

A castanha mediante o confronto do atravessador e o extrativista, faz com que as alternativas da AMAC sejam formas de ação coletiva agregada à articulação e viabilização de uma nova forma de economia que mantenha a comunidade com certa autonomia econômica. “Entretanto, os benefícios dessa política pouco serviram para diminuir as desigualdades existentes entre os moradores e estabelecer o padrão de Sustentabilidade proposto por esse programa de desenvolvimento” (BENJAMIN, 2004, p. 61).

No alto Cajari, as mulheres fomentam e se articulam em prol da comunidade, e sua dinâmica de sustentabilidade ainda se reflete em uma economia casual, buscando através do seu trabalho no próprio lar, desenvolver uma pequena produção de biscoitos e outros

³³ Em época de safra da castanha o Presidente da ASTEX-CA atua como comprador ou atravessador de castanha, entregando no Laranjal para comerciantes ligados aos Mutran. (BENJAMIN, 2004, p.59).

³⁴ Francisco, 27 anos. Entrevista concedida a Benjamin em 2001.

³⁵ Entrevista ao Grupo de pesquisa (Desenvolvimento Rural Amapaense) Maracá-AP, em 11 de nov. 2012.

alimentos advindos da castanha para vendê-los a um valor irrisório sem tanta lucratividade, apenas o mínimo para auxiliar nas despesas emergentes.

Essa situação, também é resultado de um processo desarticulado e arbitrário na RESEX. No entanto utilizando o entendimento de Gohn (2011, p. 136):

De qualquer modo, ainda que faça esta crítica e assumo, ao menos tacitamente, que a mudança das condições econômicas é condição necessária, mas não suficiente para a transformação das relações de gênero, o documento é perpassado fortemente pela busca de provar que as mulheres devem participar para que o objetivo de classe do movimento sejam alcançados.

O representante senhor Rai ³⁶ da ASTEX-CA, quando questionado sobre a situação da castanha na RESEX Cajari, responde:

Eles são obrigados a vender pros Mutran, já que a COOPERALCA não tem capacidade de absorver toda a castanha produzida, eles ficam com cerca de 60% da castanha produzida aqui na região do sul do Amapá. A cooperativa só tem mercado interno para merenda escolar.

As cooperativas acabam tendo um exercício “marginal” na economia castanheira da RESEX Cajari, facilitando que a maior produção da castanha fique nas mãos dos atravessadores e pequenos comerciantes, pois devido à falta capital de giro dessas cooperativas para pagamento imediato da safra fazem com que os extrativistas se tornem dependentes dos atravessadores que se encontram assentados na reserva onde entregam a produção de castanha para os Mutran (BENJAMIN, 2004).

Em relação à articulação despojada dos atravessadores, o senhor Fabio ³⁷ salienta:

Mas uma coisa que influencia muito, aqui na região são as ações dos atravessadores, quando fazem o recibo, porque eles monopolizam o preço da castanha aqui e como nós hoje não temos condições de ter o capital de giro,(...) em beneficiar, então eles como se fizessem de certa forma até um cartel, se unem oferecem um preço e como os extrativistas daqui não tem condição de beneficiar a sua castanha, é como eu havia falado, tem um custo de beneficiamento, e o custo tem que ser pago quando beneficia a castanha, e muitos deles não tem condições, então eles vendem a sua castanha para esses atravessadores.

³⁶ Rai, 35 anos. Entrevista concedida a Benjamin em 2001.

³⁷ Fabio dos Santos Gonçalves, sócio da COMAJA. Entrevista concedida ao grupo de pesquisa (Desenvolvimento Rural Amapaense) Laranjal do Jarí-AP, em 12 de nov. 2012.

A COOPERALCA tem participação ativa da pequena parcela no mercado nacional, vendendo a maior parte da produção de castanha para um comerciante em São Paulo.

O senhor Perená se justifica:

A cooperativa se encontra nesta situação por não ter capital de giro, o que tem, não dá pra competir com os atravessadores que atuam aqui na Reserva, principalmente o Quntura ³⁸, (...) mas nossa situação já está melhor se comparado com a situação que ficou depois do Peri ³⁹ ser afastado por problemas de fraude. Só que até hoje sofremos pela falta de crédito dos cooperados, com que agente ainda tem dividas a pagar.

Ressalta-se que há um distanciamento da ASTEX-CA que mantém uma importante organização agroextrativista do alto Cajari em relação à participação em rede da COOPERALCA, onde se percebe possíveis disputas e rivalidades entre as lideranças. “A rede social da COOPERALCA tem uma diversidade de participantes pouco relevantes aparentemente, mas que poderiam, em tese, ajudar a incrementar a cooperativa” (RIBEIRO, 2011, p. 226).

Ribeiro (2011, pp. 226-227) em relação às normas de decisão reforça que:

A institucionalização de normas de decisão para esta rede praticamente inexistente devido todas as dificuldades que a COOPERALCA atravessa desde a sua fundação em 2001. Por causa disso, os níveis de confiança na cooperativa, para as transações comerciais, ficam completamente afetados pelas dificuldades que ela tem de arregimentar a produção de castanha-do-brasil dos seus próprios cooperados.

A COOPERALCA possui muitos atritos para com os moradores da região do alto Cajari, as irregularidades fizeram com que esta Cooperativa perde-se a credibilidade entre os extrativistas. Pois, a economia do alto Cajari foi subsidiada por políticas voltadas a estimular a produção da coleta da castanha, e melhorar a condição de vida do extrativista, porém há certa desarticulação entre os extrativistas e alguns representantes da cooperativa, no caso a COOPERALCA que não cumprem a sua responsabilidade de se articular com os castanheiros e cooperarem em prol do desenvolvimento econômico local.

³⁸ Principal comprador de castanha, a serviço dos Mutran, atua principalmente na região do Jari. (BENJAMIN, 2004).

³⁹ Ex-Presidente da COOPERALCA, afastado por comprovada irregularidade em sua gestão, tornando-se o comprador de castanha para um empresário paulista. (BENJAMIN, 2004).

Portanto, Ribeiro (2011, p. 229) salienta que os problemas relacionados a essa cooperativa de cumprir com as finalidades organizacionais se justificam:

(...) as sérias dificuldades que tem a cooperativa para cumprir com as suas finalidades estatutárias revelando a ausência de organizações externas vinculadas à iniciativa privada. Resta-lhe, assim, buscar soluções no poder público local que, no final das contas, também não tem demonstrado capacidade para alavancar a representativa economia da castanha-do-brasil no Sul do estado do Amapá. Nem mesmo nos tempos do PDSA.

No entanto, vale destacar que a COOPERALCA possui a sua localização dentro de uma reserva federal, ao qual pode ser um fator limitante para que esta cooperativa receba apoio de atores públicos locais, além do fator peculiar em utilizar o seu produto, a castanha seca com casca na modalidade dry, diferente da COMAJA que utiliza a castanha sem casca na modalidade dry, com maior aceitação no mercado. “Por tudo isso, a cooperativa tem muitas dificuldades de acessar mercados e desde a sua fundação, em 2001, tem sido completamente dependente de recursos externos para poder entrar em funcionamento” (RIBEIRO, 2011, p. 233).

A RESEX Cajari dispõe de 7 organizações agroextrativistas dentre associações e cooperativas e na região do alto Cajari são três. “As associações e cooperativas apresentam muitas deficiências gerenciais, cartoriais, além das disputas entre lideranças para se maneterem nas diretorias, ou mesmo disputas internas entre os diretores” (RIBEIRO, 2011, p. 189).

Em relação à participação da COMAJA na comercialização da castanha, e na participação econômica familiar se estruturava como sendo uma “(...) cooperativa extrativista para geração de emprego, renda e melhoria da qualidade de vida das pessoas do Iratapuru. A COMAJA era um exemplo dessa possibilidade”. (RIBEIRO, 2011, p. 193). Pois as unidades familiares do Iratapuru mantinham forneciam a castanha-do-brasil para esta cooperativa (RIBEIRO, 2011).

Ressalta-se que a COMAJA foi construída através dos recursos do governo federal e estadual, e além de atender os cooperados, segue atuando na prestação de serviços de processamento da castanha para não sócios, mediante a “desidratação, descascamento, e empacotamento a vácuo, deixando a produção no ponto de ser exportada, em embalagens de 20 kg” (RIBEIRO, 2011, p. 69).

A COMAJA mantém a fábrica funcionando num sistema de prestação de serviços para atravessadores e comerciantes da região Cajari. Esta cooperativa possui em sua dinâmica

de comercialização a exportação do produto da castanha, e no ano de 2012 conseguiu que a safra ponderasse um bom valor ajustável ao mercado em comparativo com os últimos 4 anos. “O comprador converte dinheiro em mercadoria, antes de ter convertido mercadoria em dinheiro, ou realiza a segunda metamorfose antes da primeira” (MARX, 2012, p. 163).

Segundo informações ⁴⁰ do sócio o senhor Fábio:

Deixa eu explicar, o preço da castanha nos últimos anos ele tá em Ascensão né aqui no Brasil até porque é um produto... é um produto que tá sendo conhecido, muitas pessoas não conhecem ainda o potencial da castanha do Brasil, mas desde já, começamos a agregar valor no produto, desde quando ele vem na fase em castanha in natura lá dos castanhais.

Perante essa perspectiva de ascensão da castanha para o mercado nacional e até mesmo internacional, faz com que a COMAJA possua uma diretoria “composta por três membros, que é o Eliseu Cardoso Viana que é o nosso presidente, um diretor financeiro é o Manuel de Jesus do Carmo Rego, e o secretário é o seu Raimundo Nogueira Cordeiro conhecido como Nogueira” ⁴¹ conseguindo se articular com o mercado externo. A diretoria da COMAJA ressalta que mesmo com a ascensão da castanha na economia de mercado, esse produto sofre variação na safra, fazendo com que o extrativista não consiga alcançar o valor de retorno estimado, e fora o problema com o atravessador.

Nessa perspectiva a safra da castanha, segundo o senhor Fábio ⁴²:

(...) o preço varia muito de uma safra pra outra, por exemplo ano passado, a safra foi pouca, muito pouca, então o hectolito da castanha chegou a custar R\$170,00 R\$180,00, devido a falta do produto em 2011. Em 2009, teve a subversão, de 2009 pra 2010, como é essa subversão? A subversão é quando um produto não consegue atingir o valor de R\$ 52,49 que é um preço estabelecido como padrão, pela CONAB quando não consegue se atingir isso, claro aí o extrativista tem que tentar pegar pelo menos uma nota fiscal, um recibo que ele vendeu abaixo desse valor né, e aí eles precisam de uma entidade, uma cooperativa, uma associação, e isso a COMAJA acabou pegando todos esses extrativistas daqui da região fizemos um projeto e apresentamos ao governo e em janeiro de 2010, receberam essa subversão que é essa diferença que falta até chegar no valor de R\$ 52,49. Só que isso é uma prática que hoje dizem que não tem, mas quem trabalha lá bem longe, bem distante, lá no mato, é muito comum pegar essa castanha a R\$ 30,00 a R\$ 40,00, só que o grande diferencial, é que elas não tem acesso de como chegar a essa informação.

⁴⁰ Entrevista ao Grupo de pesquisa (Desenvolvimento Rural Amapaense). Laranjal do Jari, em 12 de nov. 2012.

⁴¹ Entrevista ao Grupo de pesquisa (Desenvolvimento Rural Amapaense). Laranjal do Jari, em 12 de nov. 2012.

⁴² Entrevista ao Grupo de pesquisa (Desenvolvimento Rural Amapaense). Laranjal do Jari, em 12 de nov. 2012.

Mesmo com a variação no valor da safra da castanha, o desempenho da COMAJA firma essa cooperativa no mercado externo, isso se deve, ao trabalho manual da fábrica e das metas de alcance. Pois, diferente da proposta da AMAC, a COMAJA até o ano de 2012 mantinha em seu quadro mais de 100 mulheres, chamadas de quebradeiras de castanha, e que cumprem uma escala horrida de trabalho com mais de 10h ininterruptas, ou seja, sem descanso. Numa ação repetitiva e cansativa da força de trabalho feminina, conforme demonstra a foto 5 – início do processo de quebra da castanha, e foto 6 – seleção das castanhas de qualidade. Na COMAJA, “O capitalista compra a força de trabalho pelo valor diário. Seu valor de-uso lhe pertence durante a jornada de trabalho” (MARX, 2012, p. 271).

Foto 5 – COMAJA (quebradeiras de castanha)



Fonte: acervo do autor (foto adaptada) (2012)

Foto 6 – COMAJA (seleção da castanha de qualidade)



Fonte: acervo do autor (foto adaptada) (2012)

As mulheres quebradeiras de castanhas ganham por produção, e é necessário atingir uma meta diária estipulada pela COMAJA para que esta permaneça com o seu emprego garantido. Segundo as informações do próprio sócio da COMAJA, em relação à meta de produção, “caso a mulher quebradeira de castanha não atingir a meta de produção, no final do

mês esta é convidada a se retirar” o que intensifica e justifica a sua jornada de trabalho ultrapassando 10h diárias conforme relato anônimo de uma das quebradeiras, e tornando um trabalho exaustivo, árduo e exploratório.

Nessa perspectiva da Jornada de Trabalho da COMAJA, se faz uma avaliação segundo Marx (2012, p. 270).

A jornada de trabalho não é uma grandeza constante, mas variável, uma das suas partes é determinada pelo tempo de trabalho necessário a reprodução da força de trabalho do próprio trabalhador, mas sua magnitude total varia com a duração do trabalho excedente.

A COMAJA intensifica a sua comercialização dos produtos, mediante um processo da castanha na forma in natura, e na fabricação do óleo da castanha, e almeja segundo o sócio Fabio “intensificar a fábrica, na fabricação de um novo produto, o sabão da castanha”. A fábrica desta COOPERATIVA possui todo o aparato, mediante o trabalho manual das quebradeiras da castanha, ao processo de seleção, secagem e na sequência foto 7 – início da embalagem, e foto 8 – castanha embalada e encaixotada.

Foto 7 – COMAJA (processo de embalagem da castanha)



Fonte: acervo do autor (foto adaptada) (2012)

Foto 8 – COMAJA (castanha embalada e encaixotada)



Fonte: acervo do autor (foto adaptada) (2012)

Percebe-se que a maior parte da castanha produzida nos castanhais amapaense se direciona para o mercado internacional, se tornando “(...) o único produto extrativo, de mercado dominado por produtos cultivados que acabam determinando o seu preço em um quadro de grandes incertezas e instabilidades” (RIBEIRO, 2011, p. 71).

O extrativismo da castanha-do-brasil, não pode ser considerado como uma atividade completa que agrega a exploração sustentável aliada ao desenvolvimento econômico, pois, segundo Ribeiro, Filocreão e Campos (2009, pp. 79-80):

A questão é muito mais complexa do que parece, pois existe uma fragilidade econômica, pois a volatilidade dos preços ocasiona constantes riscos ao suprimento das condições materiais necessárias aos que sobrevivem dessa economia. Esses riscos, se não forem bem administrados, podem arrastar os extrativistas, para situação de crise econômica, levando-os a busca de outras alternativas existentes, como a extração de madeira não manejada ou expansão de atividades agropecuárias, o que aumentará o nível de desmatamento com perda da biodiversidade e da emissão de gases contribuindo ao efeito estufa, pequena queima da floresta.

Cabe a necessidade de se avaliar como inserir diretamente os extrativistas para que estes possam garantir e estimular a sua economia local mediante a exploração da castanha, sem arcar com prejuízos e acumular perdas. Segundo o senhor Ademir⁴³ os extrativistas se veem prejudicados no processo de desenvolvimento econômico da castanha, por não poder beneficiar o seu próprio produto. O que seria necessário à obtenção de uma máquina de secagem conforme a foto 9, para os devidos fins.

Foto 9 – AMAZONTEC 2012 (Secador Solar)



Fonte: acervo do autor (foto adaptada) (2012)

No entanto, os extrativistas seguem na dependência de se articularem com os atravessadores, “Dada a carência de recursos próprios por parte dos castanheiros, a concessão

⁴³ Informações concedidas ao grupo de pesquisa (Desenvolvimento Rural Amapaense) Maracá-AP, em 12 de nov. de 2012.

de adiantamentos é condição *sine qua non* para o funcionamento do mercado da castanha” (RIBEIRO; FILOCREÃO; CAMPOS, 2009, p. 102).

As redes sociais de intermediação da castanha como origem de capital e estrutura de mercado mediante as cooperativas sinalizam as necessidades segundo Ribeiro, Filocreão e Campos, (2009, p. 102) de:

(...) Investimentos e melhorias no setor de processamento agroindustrial; (...) estabelecimento de rede de conexões comerciais para o escoamento, fortemente hierarquizada a partir da qualidade alcançada na cadeia de produção da castanha; (...) e por último, mas não menos importante, por fortes aportes de capital para financiamento da coleta e transporte da castanha.

Porém percebe-se que as irregularidades de algumas ações das cooperativas no caso a COOPERALCA – foto 10, e a forma de execução e exploração de trabalho da COMAJA - foto 11, e o afastamento da ASTEX-CA fez com que a ação dos atravessadores continuasse a se efetivar na região. “Nesse processo, a fragmentação social se propaga, à medida que as identidades se tornam mais específicas e cada vez mais difíceis de compartilhar” (CASTELLS, 2011, p. 41), deturpando os resultados positivos de empreendimentos e desenvolvimento econômico para a região.

Foto 10 – Sede da COOPERALCA



Fonte: acervo do autor (2012)

Foto 11 – Sede da COMAJA



Fonte: acervo do autor (2012)

A COMAJA se mantém num sistema de prestação de serviços para atravessadores e comerciantes da região, dentre eles o senhor Peri e o senhor Quentura, que possuem a responsabilidade de contratarem os serviços da cooperativa para o beneficiamento da castanha. Ressalta-se que a postura dessa cooperativa se deve ao recuo do estado pós-término e apoio do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Amapá (PDSA), sob a gestão do senhor João Alberto Capiberibe (BENJAMIN, 2004).

As medidas do governo do Estado do Amapá na RESEX Cajari no período da aplicação do PDSA se justificavam devido à riqueza de biodiversidade e pela dinâmica peculiar da região que envolve a participação coletiva dos tradicionais mediante os movimentos sociais na administração dos recursos para a região, na responsabilidade de atrair projetos e investimentos que possam garantir o desenvolvimento local (BENJAMIN, 2004).

Os movimentos sociais coletivos da RESEX Cajari outrora lutavam pelo direito a terra, e dela adquirir a sua subsistência, mas agora a mobilidade de luta dos extrativistas se exume mediante a corrupção de alguns representantes das cooperativas e ou associações da região Cajari.

Utilizando a percepção de Castells (2010, p. 420):

O fato de que uma comunidade é construída em torno de uma identidade de resistência não significa que resultará necessariamente em uma identidade de projeto. Pode muito bem permanecer na condição de comunidade defensiva. Ou, ainda pode torna-se um grupo de interesse, e aderir à lógica da barganha generalizada, predominante na sociedade em rede. Em outros casos, identidades de resistência podem redundar em identidades de projeto, voltadas à transformação da sociedade como um todo, dando continuidade aos valores de resistência comunal oferecida aos interesses dominantes sustentados pelos fluxos globais de capital, poder e informação.

A forma de resistência da comunidade da reserva se manifesta pela inquietação dos tradicionais, por suas ações coletivas e organizações. Mesmo com um programa de desenvolvimento sustentável mediante investimentos do PDSA, a exemplo a fábrica de sabão que estava se implantando no alto Cajari, através do convênio firmado entre a AMC e o governo do Estado, tal investimento, nada acrescentou para resolver os problemas econômicos e os conflitos inerentes na reserva (SILVA, 2003).

Seguindo as inquietações das comunidades do baixo Cajari surge a AMAERC com o objetivo de solucionar os problemas apresentados pelos moradores tradicionais da reserva. Sua representação seria porta voz dos moradores nas articulações com as agências estatais ou não, se semelhando a ASTEX-CA no alto Cajari. No entanto, a participação social ajuda a

superar os problemas da coletividade, dentre os quais, o isolamento que as comunidades sentiam em relação à distância da área para receber recursos. “O sujeito coletivo se dilacera, fragmenta-se em múltiplos campos isolados. Sozinhos, estes múltiplos sujeitos não têm força coletiva, e o ponto de convergência entre eles é o próprio Estado” (GOHN, 2010, p. 22).

A ASTEX-CA era a única representante de todas as comunidades da região Cajari, e o CNPT/IBAMA na RESEX Cajari, esses moradores não se sentiam representados, devido às ações irregulares de alguns representantes da ASTEX-CA, passando a depositar uma aparente credibilidade na AMAERC, as lutas políticas de grupos interessados em assumir a presidência, evidenciava a consequência de desmobilização de alguns membros da diretoria e de alguns conselhos, a potencialidade do poder é cedida ao presidente da associação, se acirrando a competitividade local (BENJAMIN, 2004).

O processo de participação da sociedade civil ao nível de Estado, precisa de uma atenção redobrada, pois a ideia de participação social na esfera pública surge como corolário do conceito do cidadão, e “Uma das características essenciais da política do escândalo é que todos os atores políticos que a praticam acabam caindo na armadilha do sistema, não raro invertendo os papéis: o caçador de hoje é a caça de amanhã” (CASTELLS, 2010, p. 400).

A participação popular nas ações do Estado, que exprime o campo organizacional imbricado nas UC's se articula pela ideia de associativismo e cooperativismo, designando um cenário atual do associativismo civil latino-americano, com demandas, lutas e movimentos sociais, se acrescentando nas inúmeras ações e redes cidadãs que se apresentam como movimentos sociais de fiscalização, ou seja, de controle das políticas públicas, atuando em fóruns, conselhos, e outros, numa escala local, regional e nacional (BENJAMIN, 2004).

A mobilização das comunidades da RESEX Cajari, em lutar pela garantia do desenvolvimento, impera o descontentamento nas políticas públicas planejadas e articuladas mediante ações fragmentadas para a região. Atitudes oportunistas e as tentativas de manipulação resultam na insegurança da comunidade para com aqueles que as representam. Pois “Não se trata da identidade construída na trajetória de um movimento, mas de uma identidade modelada, outorgada, na qual determinados sujeitos sociopolíticos e culturais são mobilizados para serem incluídos” (GOHN, 2010, p. 31).

Pela insegurança econômica através da exploração da castanha, a família tradicional busca alternativa, a partir da caça, pesca e criação de animais, porém há registros de exploração ilegal da madeira e agropecuária que podem comprometer o equilíbrio socioambiental da região. “Nesse sentido, a natureza é vista e tratada diferentemente, em

função dos seus objetivos, que são diversos, embora possam ser, em determinados momentos, complementares e, em outros, antagônicos” (FILOCREÃO, 2007, p. 35).

As transformações na sociedade em redes envolvem as comunidades tradicionais a se articularem com organizações e ou instituições governamentais ou não, na tentativa de suprimir os problemas locais, que ambicionam a reserva pela rica biodiversidade, e beleza natural – foto 12, que atrai a cobiça de madeireiros para a região. O Rio Cajari – foto 13 passa em torno das comunidades, garantindo a pesca e a criação de animais – foto 14, como subsídio alimentar da família extrativista.

Foto 12 – RESEX Cajari (paisagem)



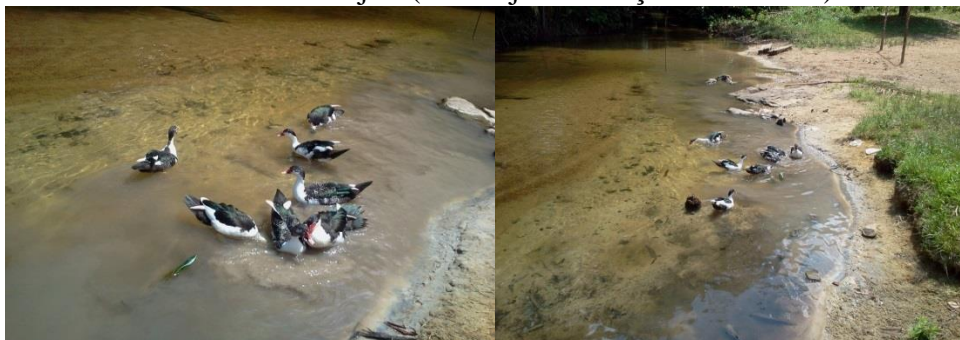
Fonte: acervo do autor (foto adaptada) (2012)

Foto 13 – RESEX Cajari (Rio Cajari)



Fonte: acervo do autor (foto adaptada) (2012)

Foto 14 – RESEX Cajari (Rio Cajari – criação de animais)



Fonte: acervo do autor (foto adaptada) (2012)

Com o problema dos atravessadores na região Cajari no desenvolvimento da reserva, a agricultura vem como tentativa de somar na economia das famílias extrativistas. Nesse âmbito, os Sistemas Agroflorestais (SAF) vêm sendo alternativas para o uso mais eficiente da terra, especialmente as regiões tropicais. E tem como finalidade a diversificação e manutenção da produção com o consórcio de culturas de ciclos breves. Particularmente na RESEX Cajari, a experiência com o manejo do açaí tem sido desenvolvida por algumas ONGs, como a WWF. Dos tipos de culturas encontradas e que fazem parte do alto Cajari, algumas se destacam, como a banana, mandioca, batata, cupuaçu, coco, dentre outros (BENJAMIN, 2004).

Os Sistemas Agroflorestais (SAF) vêm sendo alternativas para o uso mais eficiente da terra, especialmente as regiões tropicais. E tem como finalidade a diversificação e manutenção da produção com o consórcio de culturas de ciclos breves. Particularmente na RESEX Cajari, a experiência com o manejo do açaí têm sido desenvolvidas por algumas ONGs, como a WWF. Dos tipos de culturas encontradas e que fazem parte do alto Cajari, algumas se destacam, como a banana, mandioca, batata, cupuaçu, coco, dentre outros (BENJAMIN, 2004).

Mesmo com a existência de um escritório do Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá (RURAP) ⁴⁴ na região Cajari, os produtores se queixam da falta de assistência técnica e política do crédito agrícola, limitando a participação do governo estadual, ao qual encaminha apenas de um caminhão a cada 15 dias para o escoamento da produção para a cidade de Macapá (BENJAMIN, 2004).

No ano de 2001 o secretário de agricultura do município de Laranjal do Jarí apresentou um programa de incentivo à produção de hortas comunitárias para a Reserva, e que não teve êxito. Porém houve alguns ganhos, devido à construção posterior do barracão, e pela responsabilidade da prefeitura do Laranjal do Jarí no fornecimento do óleo para o gerador de energia e de um caminhão para o escoamento da produção a cada 8 dias (SILVA, 2003).

O representante do RURAP, em Macapá ressalta as dificuldades encontradas na RESEX Cajari pela limitação da área ocasionada pela péssima condição de trafegabilidade dificultando o escoamento da produção da coleta da castanha e a deficiência de investimentos relacionados à disponibilização da pareceria estadual para com os extrativistas, porém a entidade RURAP salienta que dispõe da tentativa de cumprir a parceria no desenvolvimento

⁴⁴ Empresa estatal responsável em prestar assistência técnica no estado do Amapá. (BENJAMIN, 2004).

da região. No quadro 2 – mostra o número de famílias assessoradas pelo RURAP na região Cajari, no ano de 2003.

Quadro 2 – RURAP (famílias assessoradas na RESEX Cajari)

Comunidades	Número de famílias
Acampamento	14
Açaizal	10
Água Branca	68
Boca do Braço	17
Dona Maria	18
Mangueiro	10
Marinho	30
Martins	15
Santa Clara	29
Santarém	16

Fonte: RURAP (2003)

Em relação à questão comercial, os extrativistas buscam aumentar as suas rendas através da exploração da agricultura, aliada ao da castanha, esse cenário amazônico discorre sobre as possibilidades de mobilidade mediante as associações que possuem a responsabilidade com o desenvolvimento local (BENJAMIN, 2004).

A feira popular da AMAC – foto 15, no alto Cajari, é uma das iniciativas de comercialização local que agrega aos moradores uma participação maior na rentabilidade econômica familiar, além da castanha e seus derivados, as frutas agrícolas também são comercializadas (BENJAMIN, 2004).

Foto 15 – Feira Popular no alto Cajari



Fonte: acervo do autor (2012)

Um dos maiores impasses encontradas pós-criação da RESEX Cajari, em temas de desenvolvimento econômico, gira em torno do atravessador e da dificuldade de acesso à região. O que não foi diferente no Acre, “os órgãos competentes justificam a falta de acesso e transporte para chegarem até as comunidades, e isto só tem causado atraso ao desenvolvimento econômico de nossas comunidades, pois estas famílias ficam isoladas” (ALLEGRETTI, 2002, p. 370).

Portanto a forma organizacional social, mediante a necessidade de empreendimento do extrativista, designa a luta por novas condições de trabalho, que atribua para a reserva, o direito à alimentação, saúde, natureza e a cultura, estabelecendo a parceria através de redes de mobilização. Pois, “(...) de fato, na diversidade de suas manifestações, expressa uma grande mudança estrutural, enquanto as economias e as sociedades procuram seus caminhos específicos para realizar a transição para essa nova modalidade de desenvolvimento” (CASTELLS, 2011, p. 203).

4.6 RESEX CAJARI: CONFLITOS DE NATUREZA AMBIENTAL.

Anterior à criação da RESEX Cajari, o domínio desta região estava sob o controle da Jarí Celulose, grande empresa que mantinha uma significativa influência sobre as áreas do Cajari e através de seguranças fortemente armados, impedia que os recursos naturais fossem utilizados pelos povos tradicionais.

No alto Cajari, nas áreas dos castanhais antes de se tornar uma UC, a população desenvolvia a coleta da castanha e agricultura de derrubada e queima em pequenas roças de mandioca, arroz, milho, feijão. Pois não havia pressão externa imposta pelas estradas (FILOCREÃO, 2007).

Após a criação da reserva e com a abertura da estrada ligando Macapá à Laranjal do Jarí, se inicia os conflitos advindos de agricultores com o intuito de derrubar grandes áreas de roçado para um volume de produção maior que a dos moradores. A participação do IBAMA na fiscalização conseguiu intervir alguns casos (FILOCREÃO, 2007).

A região do Rio Cajari é uma área do governo federal, e como RESEX Cajari há um controle sobre o desmatamento. Alguns agricultores tentaram com o apoio do governo estadual, implantar um assentamento agrícola no ano de 1994, nos limites da reserva em área de castanhal, utilizados pelos extrativistas. Essa tentativa foi extinta pela ação do IBAMA (FILOCREÃO, 2007).

A atuação do IBAMA na RESEX Cajari foi consistente em conter as ações predatórias no alto Cajari favorecidas através da abertura de estradas, advindas de madeireiros, caçadores e pescadores de fora da reserva. Ressalta-se que no ano de 1991 foi registrada a extração e venda de madeira em Santa Clara no alto Cajari (FILOCREÃO, 2007).

Após a criação do CNPT no ano de 1993, a questão socioeconômica registra que a madeira extraída no alto Cajari, tinha a finalidade de consumo dos moradores. O envolvimento dos moradores como fiscais colaboradores demonstra a participação da ASTEX-CA na cogestão, e o sistema de radiofonia que ligava as comunidades ao IBAMA contribuiu para que o problema da construção da estrada fosse amenizado (FILOCREÃO, 2007).

Em relação ao médio e baixo Cajari, no litoral e o rio Ajuruxi, estes, devido a dificuldade de acesso, o controle de ações predatórias e irregulares no uso dos recursos naturais se tornou mais difícil mesmo com a ação do IBAMA.

No ano de 1993 foram registrados que 10% das famílias residentes na reserva agiram irregularmente vendendo algum tipo de madeira, sendo 23% das famílias moradoras de Ajuruxi, e 11% na região Cajari. As espécies de madeiras mais utilizada foram a macacaúba com 6.498 e a virola com 1.881 (FILOCREÃO, 2007).

No ano de 2006 os técnicos do CNPT-AP identificaram o problema da madeira na reserva como caso não solucionado. E para os moradores esta ação predatória se tornou uma atividade complementar na renda das famílias das áreas de várzeas, sendo que continuam a funcionar 5 pequenas serrarias de moradores locais, sendo fornecidos as madeiras necessárias a melhoria das moradias dos beneficiários do crédito habitação do INCRA (FILOCREÃO, 2007).

A RESEX Cajari apresenta outro agravante de natureza ambiental relacionado a exploração dos açazais. Pois o médio Cajari e o Ajuruxi viveram os mesmos problemas que ocorreram no rio Maracá, ou seja, a exploração exacerbada do palmito. Ressalta-se que no ano de 1987 foi instalada mediante a autorização do IBAMA, uma fábrica de palmito no Cajari, na localidade de Paraíso, encerrando as suas atividades em maio de 1990. Além dessa fábrica havia mais 25 registradas no IBAMA, atuando no Amapá e nas ilhas do Marajó, e mais algumas não registradas, externando o problema (FILOCREÃO, 2007).

Na tentativa de resolver o problema da extração irregular do palmito se implantou uma fábrica para o processamento de palmito na reserva através dos recursos disponibilizados inicialmente pela WWF. Os fornecedores de palmito são obrigados a elaborar um plano de

manejo do seu açazal para ser aprovado junto ao IBAMA. Mesmo com a criação da fábrica ainda há incidência de irregularidades na região (FILOCREÃO, 2007).

A RESEX Cajari também está tendo problemas com a criação irregular de búfalos, se apresentou de forma cultural, pois nos anos de 1950 a 1970 havia gado bovino sendo criado nos 20.000 hectares de campos naturais de várzea. Após a entrada do projeto Jarí, houve a venda do gado bovino e o aumento do rebanho bubalino. No ano de 1991 se contava com aproximadamente 3000 búfalos do projeto Jarí na área da reserva, depredando as pastagens naturais para a engorda dos animais desmamados nas outras fazendas pertencente à empresa (FILOCREÃO, 2007).

Com a desapropriação das terras ocupadas pelo projeto Jarí esta retirou os seus búfalos, mas, no entanto, alguns moradores começaram a investir na criação desse animal para aproveitar a pastagem existente. No ano de 1993 havia um rebanho de aproximadamente 294 cabeças de búfalos pertencentes aos beneficiários da reserva, com média de 12 cabeças por família.

Os técnicos do CNPT-AP informaram que o rebanho na região Cajari vem crescendo e que existem moradores com mais de 100 búfalos, sem a devida preocupação com a questão ambiental. O presidente da ASSCAJARI, o senhor Calixto também possui criação de búfalos, e tem a intenção de criar capivaras, mas reclama que a burocracia do IBAMA é grande, pretendendo rediscutir as regras para que consiga autorização para o seu rebanho. Ressalta-se que o plano de utilização da reserva não é claro quanto à criação de búfalos na região (FILOCREÃO, 2007).

Outro problema característico na região que atinge o meio ambiente no baixo Cajari e Ajuruxi diz respeito à pesca comercial através de geleiras. A ação de geleiras são barcos de pesca mediante o depósito com gelos para a conservação dos peixes pescados e vendidos nos rios Ajuruxi, e Cajari, sem a prévia autorização do IBAMA (FILOCREÃO, 2007).

Os técnicos da CNPT-AP salientam que as atividades irregulares eram frequentes na região devido à distância e ao isolamento da região, contribuindo na dificuldade do IBAMA em fiscalizá-la (FILOCREÃO, 2007).

No relatório da SEMA se mostra no ano de 2004 que o desmatamento na área da reserva chegava em torno de 8.889,27 hectares, correspondendo a 1,77% de sua área e 15,78% do total da área desmatada no sul do Amapá.

Os extrativistas da RESEX Cajari travam uma luta diária que envolve a condição da exploração da castanha com a questão da dependência dos atravessadores, e a desconfiança das ações desarticuladas das cooperativas, fatores esses ainda visíveis na região.

4.7 RESEX CAJARI: EVOLUÇÃO ECONÔMICA.

A RESEX Cajari na questão socioeconômica agroextrativista da região, no ano de 1993 se apresentou em sua diversificação produtiva com 74 famílias sem roçado, equivalente a 11,9% no total de famílias cadastradas. Praticamente todas as famílias da reserva utilizavam algum tipo de recursos de exploração da natureza, como madeira, cipó, fruto, caça, pesca, entre outros. Mostrando um relativo desenvolvimento das atividades, mesmo com alguns impasses econômicos e ambientais.

Para atender as demandas de mercado 235 famílias, aproximadamente 36% destas, coletaram castanha-do-brasil para a venda, atingindo uma produção comercial de 17.569 barricas no ano de 1992, enquanto 156 das famílias, ou seja, 25% extraíram e venderam palmito, totalizando 449.552 unidades. Cerca de 60 famílias, em torno de 10% extraíram e comercializaram algum tipo de madeira, sendo a macacaúba vendida no total de 6.498 toras, seguido da virola com 1.881 toras comercializadas (FILOCREÃO, 2007).

As atividades agrícolas na RESEX Cajari apresentam o roçado, quintais, sítios ou retiros, mas o roçado é o principal espaço produtivo, de a plantação de mandioca, milho, feijão, arroz e outros tubérculos na terra firme. E na área de várzea se cultivava banana e milho.

As famílias extrativistas, aproximadamente 88,1% possuem algum tipo de roçado, com 1,5 hectares de terra firme, com uma área de plantação de 796,3 hectares. No ano de 1992 havia 78,7 hectares para uma média de 1 hectare por família. Os principais produtos cultivados nos roçados no ano de 1993 são raízes e tubérculos, e o cultivo de 72% de mandioca por unidades de produção e a macaxeira 64% das unidades e a banana 64% (FILOCREÃO, 2007).

A criação de animais na reserva era de 88% das famílias criavam galinhas e 36% criavam patos. A criação de suínos foi praticada por apenas 4% das famílias, em uma média de 11 cabeças por família, enquanto o bubalino, 5% das famílias possuíam a criação de 12 cabeças, por família. Em relação as atividades extrativistas na reserva, estas mostravam que os moradores praticavam a extração de uma grande variedade de produtos, dependendo do ecossistema apresentado, sendo que 57% das unidades familiares coletavam o fruto açaí e 7% das unidades vendiam o produto, o que sobrava era utilizado no autoconsumo (FILOCREÃO, 2007).

No caso do palmito, 25% das unidades praticavam a extração para a venda e 38% das unidades de produção coletavam a castanha-do-brasil, com destino exclusivo para a venda. Devido aos baixos preços da borracha natural no mercado nacional, apenas 4% das unidades

de produção extraíram o látex no ano de 1993, quanto à madeira, 10% das unidades extraídas eram para a venda (FILOCREÃO, 2007).

Os produtos de caça e pesca eram quase totalmente utilizados no consumo interno das unidades familiares, e no ano de 1992 65% das famílias caçaram cotias e 62% caçaram pacas e 42% dizem ter caçado veados, e cerca de 40% das unidades conseguiram caçar macacos e guaribas. Indicando a abundância de caça na região. Os peixes capturados com mais frequência nas unidades familiares foram à traíra com 72%, acarás com 60% (FILOCREÃO, 2007).

Com a mobilização e ações coletivas de cunho social no campo, se mudou o quadro de centralização da produção extrativista sobre o controle total dos empresários extrativistas, considerados os donos das terras. A região sofria com o bloqueio e atuação de regatões e pequenos comerciantes locais, que externavam os conflitos para com os extrativistas.

Com o controle das terras pelo projeto Jari, o arrendamento das atividades extrativistas foi direcionado a uma empresa comercial chamada Amapá Importação e Exportação LTDA (AMPEX) acirrando os conflitos locais na região Cajari, pelo descompromisso e falta de pagamento dessa empresa para com os extrativistas.

Os conflitos dos extrativistas também se cruzaram com as ações dos Serviços Agrários e Silviculturais LTDA (SASI), que utilizava a estratégia de manter sob o controle dos posseiros e trabalhadores do Projeto Jarí na região. Pois o SASI adiantava o dinheiro aos extrativistas, e muitos não conseguiam pagar, gerando uma dívida imensurável (FILOCREÃO, 2007).

O sistema de escoamento da castanha do SASI funcionava mediante a ida de Água Branca até o braço do Cajari, transportando de barco até o depósito no igarapé Muriacá, seguindo no caminhão em torno de 40 km até o porto de Munguba. Essa produção era vendida a Sociedade Brasileira da Castanha Ltda, localizada na capital Belém (FILOCREÃO, 2007).

A produção de palmito também foi vinculada a empresas palmitadeiras que funcionavam nas ilhas do Pará, enquanto a madeira era comprada por prepostos do Trevo e empresa EDAI de Icoaraci no mesmo Estado (FILOCREÃO, 2007).

A ação do CNPT na região Cajari viera com o intuito de mudar a estratégia comercial articulada a exploração, visando à melhoria da renda das famílias com ênfase no aproveitamento do potencial extrativista.

Os relatórios de atividades do CNPT-AP nos anos de 1998, 1999, e 2000 registraram uma intensa atividade dos técnicos nas mobilizações e elaborações de projetos para o

PRODEX visando à implantação de Sistemas Agroflorestais (SAFs) incluindo manejo de açaiçais e fomento da castanha.

No ano de 2006 os técnicos do CNPT-AP apresentaram 96 projetos aprovados. E de acordo com a relação do RURAP, dos 23 projetos aprovados no ano de 2002 para a região Cajari, o valor médio financiado fora de R\$2.195,00 reais. Não houve acesso aos resultados desse financiamento (FILOCREÃO, 2007).

No entanto se percebe que, com a abertura da estrada e fortalecimento das organizações políticas permitiram que as famílias agroextrativistas, tivessem o acesso previdenciário, e de renda mínima. Muitas organizações não governamentais se articulam na RESEX Cajari, e os extrativistas lutam e se mobilizam para mudar a realidade local. Em relação aos extrativistas, se utiliza o entendimento “Eles são fruto de uma relação de produção e organização social, uma relação dupla – de identidade e de oposição –, e não se dirigem fundamentalmente contra o Estado, pois não são lutas por meras conquistas de poder” (GOHN, 2012, p. 99).

O problema apresentado pós-criação da RESEX Cajari, ainda se refletem no ano de 2012, pois as comunidades dessa região ainda se mobilizam através de associações para garantir investimentos e mudanças no desenvolvimento local, onde se percebe que as mudanças não advêm de uma trajetória evolutiva natural, mas sim emergente associadas às contradições estruturais (informação verbal) ⁴⁵.

A sociedade em rede da globalização parece não se apresentar para os extrativistas das UC's, pois todos os investimentos lançados giram em torno da qualificação de mão de obra para o manejo florestal, mas não necessariamente de investimentos que induzam a era da informação tecnológica mediante recursos para a energia 24 horas, informática, internet e educação. A proposta de qualificação apresentada na região, não qualificam os extrativistas a ser administradores, mas não os eximem de serem articulados e um bom entendedor dos problemas correlacionados na região. “Assim, o novo paradigma informacional de trabalho e mão de obra não é um modelo simples, mas uma colcha confusa, tecida pela interação histórica entre transformação tecnológica, política das relações industriais e ação social conflituosa”.(CASTELLS, 2011, p. 305).

Na entrevista ⁴⁶ a senhora Vanderleia da AMAAM do Maracá em 2012, salientou que não sabia a origem dos movimentos que desencadearam de fato a criação da associação ao

⁴⁵ Grupo de pesquisa (Desenvolvimento Rural Amapaense). Visita ao sul do Amapá, em 11 a 13 nov. 2012.

⁴⁶ Entrevista ao Grupo de pesquisa (Desenvolvimento Rural Amapaense) Maracá-AP, em 11 de nov. de 2012.

qual ela preside desconhecendo quais eram os projetos iniciais que esta associação lutava. A educação pode ser um dos problemas que impedem as moradoras de transcreverem a sua história. Pois, “O indivíduo é visto como uma soma de características que podem ser acrescentadas ou retiradas conforme a situação, e seu “perfil” pode ser traçado elencando séries observáveis e mensuráveis de comportamentos desejáveis ou indesejáveis” (GOHN, 2011, p. 119).

Ao ser questionada se as assembleias e reuniões dessa associação são registradas em ata em prol das fontes históricas, a senhora Vanderleia não titubeou “não fazemos ata é tudo de boca” e nos informou que a construção de projetos das atividades das mulheres na castanha para o Maracá, contava com a ajuda de uma secretária que digitava todas as informações necessárias, porém esta secretária não morava mais na região, dificultando os planejamentos da associação, e que estava precisando de um pendrive para guardar algumas informações. O que designa a dificuldade em se articular em rede, pela falta de infraestrutura no local. Pois, “na sociedade em rede, a identidade de projeto, se é que se pode desenvolver, origina-se a partir da resistência comunal” (CASTELLS, 2010, p. 28).

Na região do Cajari, o grupo de pesquisa ⁴⁷ percebeu no ano de 2012 uma melhoria na parceria do Estado para com as mulheres associadas da AMAC, estas além de articuladas participam de um projeto na fábrica de biscoito da castanha que vem contribuindo com o desenvolvimento econômico da região.

A parceria recebida do Estado para com a AMAC foi um dos projetos que deram certo, porém os extrativistas ainda se sentem ameaçados em relação à falta de investimento em outros setores da região, e com a articulação arbitrária do atravessador, e no ano de 2012 se percebeu uma crescente permanência e envolvimento de alguns representantes envolvidos em irregularidades com atravessadores da castanha. E muitos extrativistas também são obrigados a negociar diretamente com os atravessadores, por não ter condições em beneficiar o seu próprio produto (informação verbal) ⁴⁸.

O senhor Aldemir Torres presidente da CAECA, salientou sobre o aviamento do banco “se a gente conseguir colocar todo mundo no banco seria mais fácil, até mesmo se ele colocasse juros mais baixos”. E caso o castanheiro não consiga pagar a dívida? “Ele vai

⁴⁷ Grupo de pesquisa (Desenvolvimento Rural Amapaense). Visita ao sul do Amapá, em 11 a 13 nov. 2012.

⁴⁸ Grupo de pesquisa (Desenvolvimento Rural Amapaense) alto Cajari-AP, em 11 a 13 de nov. de 2012.

esperar a safra! Mas todo mundo fica em dívida. E com o patrão fica devendo todo o ano, já é tudo muito caro e ainda ganha à castanha da gente”⁴⁹.

A RESEX Cajari mesmo com suas adversidades e contextos imbricados em sua construção histórica, só passou a existir com o engajamento dos movimentos sociais no campo, onde se fortalece o entendimento de as ações e mobilizações coletivas dos extrativistas não foram meramente instantâneas, ocasionadas pela questão fundiária e a forma arbitrária de desenvolvimento para a Amazônia, se identificando ao longo do processo, a forma da criação das UC's, iniciadas pela luta seringalista no Acre e acoplando todos os extrativistas da Amazônia, refletindo na sua organização, novos sujeitos coletivos e articulados, que conseguiram êxitos na frente de luta pela desapropriação de empresas estrangeiras instaladas em terras beneficiadas como RESEX's, e outros empecilhos no que rege os direitos dos extrativistas (BENJAMIN, 2004).

A pesquisa desenvolvida neste trabalho corrobora totalmente a hipótese apresentada, sobre a organização e a forma de construção do processo histórico da organização política extrativista como força de luta e apoio recebido de vários aliados na trajetória de criação da reserva. Ao se analisar a construção que viabilizou a reserva, se comprovou mediante os fatores indutores dessa organização política que centraram esforços de: interromper os conflitos inerentes à questão fundiária, como foi o caso da desapropriação de terras da RESEX Cajari, ocupadas pelo projeto Jarí, e a participação da luta extrativista “Está vinculada a dois aspectos da realidade das lutas sociais no Brasil e que em algumas regiões da Amazônia aparecem articulados: os direitos de posse e a defesa da floresta” (ALLEGRETTI, 2002, p. 36).

As tipologias ambientalistas e articuladas que somaram com os movimentos sociais, adaptando-os a uma nova concepção para as bandeiras de lutas, mediante a participação e parceria com CNS, CNPT, IBAMA, e algumas associações criadas na RESEX Cajari ao qual contribuíram para desencadear novas lutas e perspectivas dentro da dinâmica econômica, da coleta da castanha a atividades agrícolas de subsistência, que exercem o desenvolvimento socioeconômico da região (BENJAMIN, 2004).

E os adversários no processo histórico e atual da RESEX Cajari, no caso: as esferas de governos que não atendem a incidência de problemas na região apresentando propostas contrárias ao desenvolvimento sustentável; os fazendeiros, alguns ainda existentes na região

⁴⁹ Entrevista ao Grupo de pesquisa (Desenvolvimento Rural Amapaense) Maracá-AP em 11 de nov. de 2012.

do Maracá; os atravessadores; e empresas de exploração da castanha, no caso da família Mutran (BENJAMIN, 2004).

As lutas dos movimentos sociais extrativistas na Amazônia desempenham um papel fundamental para que se possam desenvolver na UC políticas públicas ambientais, correlacionadas ao desenvolvimento sustentável, e, por conseguinte impeça a corrupção de alguns gestores, que articulam manobras de exploração na RESEX Cajari, promovendo novos conflitos e acirrando as lutas sociais no campo (SILVA, 2007).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo histórico da organização política extrativista, analisada nessa dissertação foi um marco para as mudanças relacionadas ao campo amazônico, em específico o sul do Amapá, mediante o problema fundiário no Brasil que se transfigura na dimensão exacerbada de terras, desde o período da colonização. Os povos tradicionais, ou povos da floresta são os sujeitos desta ação e mobilização que a partir da década de 1960 desencadeou diversos conflitos na Amazônia erradicando uma luta de mais de duas décadas para resultar na implantação das reservas extrativistas.

As tipologias dos sujeitos coletivos apresentados nessa história de ação social, quanto movimentos sociais, são, os povos da floresta como os seringueiros, extrativistas, pequenos produtores, agricultores, indígenas, ribeirinhos, que tiveram suas vidas arrancadas da terra que outrora ocupavam, e tendo como principais adversários o governo militar, os latifundiários, grandes projetos, e empresas financiadas por recursos do governo federal, promovendo a grilagem e beneficiando os posseiros esses sujeitos coletivos experimentaram na realidade estudada diferentes formas de organização como sindicatos, associações de moradores, cooperativas, associações de mulheres.

As formas de organizações apresentadas no processo extrativista nas suas especificidades procuravam encaminhar os anseios desses sujeitos dentro das suas limitações mediante as peculiaridades de lutas coletivas. Na RESEX Cajarí no sul do Amapá os principais aliados políticos foram, o Conselho Nacional de Seringueiros (CNS), Sindicato dos trabalhadores Rurais do Amapá (SINTRA), Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR), Sociedade Central de Agricultores (SOCEAP), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), e Organizações Não-Governamentais (ONGs) de cunho ambientalista. E os principais adversários políticos foram às esferas de governos com propostas contrárias ao propósito do desenvolvimento sustentável; latifundiários; e empresas com exploração desenfreada como no caso do sul do Amapá, o Projeto Jarí.

Os principais fatores indutores que estimularam a luta extrativista na Amazônia relacionam-se a má distribuição de terras, o avanço dos latifundiários os diversos tipos de violência contra os povos tradicionais ambas registradas pela CPT e discutidas nesta dissertação. Compreende-se que o Brasil passou por um período inicial de fausto, mas a maneira que a industrialização chegava ao país, também encobria a atroz realidade rural, apresentando um emaranhado de interesses contraditórios no desenvolvimento e política de integração da Amazônia.

Percebe-se que na década de 1960 o Brasil se fechava com ideais repressivos, de uma política esdrúxula, que recebia os efeitos do que acontecia no sistema mundial. Pois o surgimento da Revolução Cubana liderada por Fidel Castro, Ernesto Che Guevara passou a influenciar o pensamento revolucionário e introduziu o método da luta guerrilheira, que, em sua visão, substituiria a organização burocrática dos partidos, e no Brasil, levou a uma guerrilha interna, sujeitando ao camponês a desapropriação de terras, expulsões, violências e assassinatos.

Ao se analisar a questão agrária no Brasil, salienta que a década de 60 girava em torno de um pleito internacional que vivenciava uma Guerra Fria centralizada por uma bipolaridade geopolítica de países aliados ao capitalismo. A questão agrária foi apontada, no Brasil, como fundamento ideológico comunista. No entanto qualquer forma de organização contrária ao governo era uma “ameaça” nacional. Nessa expectativa nasce um movimento organizado mobilizado pelos seringueiros do Acre na década de 1970 e que irão fazer frente nas lutas sociais, contra os inúmeros conflitos na Amazônia.

Com os movimentos sociais dos seringueiros aliados aos movimentos ambientalistas, e sob a coordenação do CNS, fizeram com que os povos tradicionais experimentassem várias formas de organização em sua trajetória, e com a criação das reservas essas tipologias organizacionais se tornaram mais fortalecidas, e são apresentadas na RESEX Cajari através das associações (ASTEX-CA, AMAERC, AMBAC, ASSACAJARI, AMAEX, AMC, AMAC), cooperativas (COOPERCA, COOPERALCA), e sindicato (SINTRA), algumas concebidas como assistenciais e prestadoras de serviços, sendo agregadoras de ações coletivas e comunitárias, no intuito de quebrar o monopólio dos latifundiários.

As ações coletivas dos movimentos sociais dos extrativistas estruturaram-se e desenvolveram-se de modo cada vez mais eficaz. No início era apenas uma reação de resistência provocada contra as atitudes das autoridades que se beneficiavam do sistema fundiário do Brasil, mas a luta dos tradicionais gerou num determinado momento um núcleo consistente e intenso se expandindo contra todos os tipos de conflitos no campo, desde o processo de grilagem a violência física.

Nesse contexto controverso de uma política ditatorial que conseguiu silenciar por mais de 20 anos os anseios dos movimentos sociais advindos dos campos, resultou num período ocioso e na marra para que o mesmo conseguisse se alavancar e se organizar politicamente engajando-se nas lutas, e com o sentido firme, e amplo, hasteando novas bandeiras de força, e engajamento dos Movimentos dos Seringueiros do Acre, onde ganham

notoriedade nacional e internacional, vinculando alianças com os movimentos ambientalistas. Era um começo de ganhos para os movimentos extrativistas no campo.

Nesse ensejo os movimentos dos seringueiros, se propagaram por toda a Amazônia, ganhando uma nova vertente de equilíbrio, força e organização. Onde se articulava as imposições de caráter emergente para os extrativistas, fortalecendo a luta e as novas bandeiras com um novo sentido ao se firmarem com os movimentos ambientalistas e pressionarem o Governo Federal na criação das Unidades de Conservação.

Os movimentos extrativistas geraram um quadro de manifestações na Amazônia, comprovando que as ações coletivas no campo não eram isoladas e nem tampouco instantâneas. As mobilizações extrativistas eram movimentos sociais articulados, e que promoveram em seu processo de luta, conquistas que resultaram na criação das UC's, como a RESEX Cajari e outras reservas na década de 1980 a 1990.

Atualmente os extrativistas travam um novo processo de luta, contra a forma da economia da castanha-do-brasil associada à exploração dos atravessadores; a má administração de alguns dirigentes das organizações e pela garantia dos direitos sociais incorporados na Constituição de 1988 relacionados à saúde, a educação, a habitação e aos benefícios de manejo florestais aliados a investimentos públicos e desenvolvimento econômico local, o que dá margem a novos objetos de estudos científicos. Portanto as lutas desencadeadas nesse processo histórico dos movimentos extrativistas foram precisamente uma luta pela terra e não uma luta ecológica, corroborando totalmente com a hipótese levantada, onde as transformações sociais de ação coletiva trouxeram para a Amazônia e em particular para o sul do Amapá conquistas significativas e novos conflitos mediante a criação das Unidades de Conservação, no caso a RESEX Cajari.

Referências Bibliográficas:

ALLEGRETTI, Mary Helena. **Reservas Extrativistas: Parâmetros para uma Política de Desenvolvimento Sustentável na Amazônia.** In: ARNT, Ricardo. O destino da floresta: reservas extrativistas e desenvolvimento sustentável na Amazônia. Rio de Janeiro: Relume-Dumará; Curitiba: Instituto de Estudos Amazônicos e Ambientais, Fundação Konrader Adenauer, 1994.

_____. **A construção Social de Políticas Ambientais: Chico Mendes e os movimentos seringueiros.** Brasília, Universidade de Brasília- Centro de Desenvolvimento Sustentável, 2002, 700f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável).

ALMEIDA, Mauro Barbosa W. **Direitos à floresta e ambientalismo: seringueiros e suas lutas.** São Paulo: Revista Brasileira de Ciências Sociais, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v19n55/a03v1955.pdf>>. Acesso: 06 jun. 2014.

ALMEIDA, Samuel Soares de; SOUSA, Diego Guimarães; VALE, Nilzilene Cristo. **História Natural, Ecologia e Técnicas de Manejo em Castanhais Nativos do Sul do Amapá.** In: KANZAKI, Luís Isamu Barros. **Desenvolvimento Sustentável em Áreas de Extrativismo da Castanha do Brasil no Sul do Amapá: ecologia, socioeconomia, microbiologia, físico-química.** 1 ed. Belém: Banco da Amazônia, 2009. p. 13-48.

ANALIA. **História de luta dos extrativistas.** 2001. Entrevista concedida a Aldrin Mario da Silva Benjamin.

ANDRADE, Manoel Correia de. **Conflitos por terra.** In: Conflitos no Campo, Brasil 2003. Goiânia, Comissão Pastoral da Terra, 2004

BARP, Wilson José; BARP, Ana Rosa Barganha. **Tendência da violência no espaço agrário brasileiro: uma análise estatística.** In: Conflitos no Campo, Brasil 1997. Goiânia, Comissão Pastoral da Terra, 2008.

BECKER, Berta. **Primeiras Intervenções.** In: NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do; VIANA, João Nildo. **Dilemas e Desafios do Desenvolvimento Sustentável no Brasil.** Rio de Janeiro: Garamond, 2007. p. 63-76.

BENJAMIN, Aldrin Mario da Silva. **Agroextrativismo: sustentabilidade e estratégias produtivas na reserva extrativista do Rio Cajari, Sul do Amapá.** Belém, 2004.

BOURDIE, P. **Contrafogos: Por um movimento social europeu.** Rio de Janeiro, Zahar, 2002.

BORGES, Maria Lúcia Teixeira; CASTRO, Maria Luiza de. **Capital Social e Educação: condições para o desenvolvimento na reserva extrativista do Cajari.** Vitória da Conquista, 2007. Disponível em: <periodicos.uesb.br/index.php/praxis/article/viewFile/363/395> Acesso em: 25 mar. 2013.

BUARQUE, Cristovam. **Primeiras Intervenções.** In: NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do; VIANA, João Nildo. **Dilemas e Desafios do Desenvolvimento Sustentável no Brasil.** Rio de Janeiro: Garamond, 2007. p. 42-51.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade.** São Paulo, Paz e Terra, 2010.

_____. **A sociedade em rede.** São Paulo, Paz e Terra, 2011.

FILOCREÃO, Antônio Sérgio M. Os produtores e a produção extrativista do Sul do Amapá. **Extrativismo e Capitalismo na Amazônia: a manutenção, o funcionamento e a reprodução da economia extrativista do sul do Amapá.** Macapá: GEA/SEMA, 2002.

_____. **Agroextrativismo e capitalismo na Amazônia:** as transformações recentes no agroextrativismo do Sul do Amapá. Belém: Universidade Federal do Pará, 2007, 542f. Tese (Doutorado em Ciências: Desenvolvimento socioambiental).

FILHO, Marco Aurélio Maia Barbosa de Oliveira. **A luta dos seringueiros e a criação das reservas extrativistas:** os trabalhadores da borracha numa perspectiva histórica. 2012. Disponível em: <<http://www.memoriaoperaria.org.br/revistaeletronica/a-luta-dos-seringueiros.pdf>> em 06. Jan. 2013.

FLEXA, Rafaela Costa; MACHADO, Kelly Leão; MODESTO, Allynne Colares Távora. **Questão Agrária no Amapá:** ocupação e conflito (1970-1990). Trabalho de Conclusão de Curso, ao curso de História da Universidade Federal do Amapá como requisito para a obtenção da Graduação em Licenciatura Plena e Bacharelado em História. UNIFAP, 2010.

FRANCISCO. **História de luta dos extrativistas.** 2004. Entrevista concedida a Aldrin Mario da Silva Benjamin.

FOUCAULT, Michel. Subject and Power. In: Dreyfuss, H. & Rabinow P. **Beyond structuralism and hermeneutics.** Brighton: The Harvester Press, 1982.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais:** paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo. Edições Loyola, 1997.

_____. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo.** Rio de Janeiro. Petrópolis, Vozes, 2010.

_____. **Movimentos sociais no início do século XXI:** antigos e novos atores. Rio de Janeiro. Petrópolis, Vozes, 2011.

_____. **Novas teorias dos movimentos sociais.** São Paulo, Loyola, 2012.

GONÇALVES, Fabio dos Santos. **Fábrica da COMAJA.** 12 nov. 2012. Entrevista concedida ao grupo de pesquisa (Desenvolvimento Rural Amapaense) da UNIFAP, Filocreão; Flexa; Modesto; e Pinto.

IBAMA, CNPT-AP. **Relatório de Atividades 1992 e prioridades de ação do CNPT-AP para 1993.** Macapá: 1993, p. 5. Mimeografado.

_____. **Relatório de Atividades 2000.** Macapá: 2000. Não paginado. Mimeografado.

_____. **Relatório de Atividades 2000.** Macapá: 2000. Não paginado. Mimeografado. INCRA, Superintendência Regional do Amapá. **Projetos de Assentamento Extrativista Maracá I, II e III.** Proposta do Grupo de Trabalho inter-institucional constituído e coordenado no âmbito do INCRA Amapá. Macapá: 1993, p. 10. Mimeografado.

_____. **Relatório de levantamento ocupacional e levantamento de dados socioeconômico do Projeto de Assentamento Extrativista Maracá.** Macapá: 2007, p. 63. Mimeografado.

LAZZARIN, Flávio. **A natureza em meio aos conflitos.** In: Conflitos no Campo, Brasil 2005. Goiânia, Comissão Pastoral da Terra, 2006.

LIMA, Raimundo Rodrigues de Lima. **Associação dos Trabalhadores Extrativistas da Reserva Extrativista do Rio Cajari.** Água Branca-AP, maio. 2006. Entrevista concedida a Antonio Sergio Filocreão.

LIMA, Zenilda Batista. **Associação de Mulheres Agroextrativista do Alto Cajari.** Macapá, mar. 2006. Entrevista concedida a Antonio Sergio Filocreão.

LOUREIRO, Violeta Refkalefski; PINTO, Jax Nildo Aragão. **A questão fundiária na Amazonia.** Estudos Avançados, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142005000200005>. Acesso em: 16 jan. 2013.

KAUCHAKJE, Samira. **Solidariedade Política e Constituição de Sujeitos:** a atualidade dos movimentos sociais. Brasília: v. 23, n. 3, p. 667-669, set./dez. 2008.

MALAGODI, Edgard; BASTOS, Valério de Souza. **Sindicatos e Ações Coletivas:** sindicato de trabalhadores rurais e agricultura familiar. XI Congresso Brasileiro de Sociologia. São Paulo. Campinas: UNICAMP. 01 a 05 set. 2003. Disponível em: <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&ved=0CCsQFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.sbsociologia.com.br%2Fportal%2Findex.php%3Foption%3Dcom_docman%26task%3Ddoc_download%26gid%3D1679%26Itemid%3D171&ei=bHiPUuCJAYWhkQfAuYHwCw&usq=AFQjCNHDxyqA7LERVcgpYgKiQCu_AISkYg> Acesso em: 21 de jun. 2012.

MALFATTI, Selvino Antonio. **Os Movimentos Sociais em Alain Touraine.** Revista Estudos Filosóficos nº 6. 2011. Disponível em: <http://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/revistaestudosfilosoficos/art13_rev6.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2012.

MATOS, Marcio. **Técnico agrícola.** Macapá, ago. 2006. Entrevista concedida a Antonio Sergio Filocreão.

MARX, Karl. **O capital:** critica da economia política. Rio de Janeiro, 2012.

MEDEIROS, José. José Vicente Tavares. **Luta pela terra:** resultados e possibilidades. In: Conflitos no Campo, Brasil 2002. Goiânia, Comissão Pastoral da Terra, 2002.

MELLO, Neli de. **Primeiras Intervenções.** In: NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do; VIANA, João Nildo. **Dilemas e Desafios do Desenvolvimento Sustentável no Brasil.** Rio de Janeiro: Garamond, 2007. p. 52-62.

MORAES, Denis. **A esquerda e o golpe de 64.** São Paulo, Expressão Popular, 2011.

MOREYA, Sérgio Paulo. As novas caras da violência no campo brasileiro. In: Conflitos no Campo, Brasil 1997. Goiânia, Comissão Pastoral da Terra, 2008.

M.M. **História de luta dos extrativistas**. 2004. Entrevista concedida a Aldrin Mario da Silva Benjamin.

NASCIMENTO, Ana Lúcia Cardoso. **Escolas-Família Agrícola e Agroextrativista do Estado do Amapá**: práticas e significados. Dissertação de Mestrado Internacional em Planejamento do Desenvolvimento apresentada ao Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará. Pará, 2005. <<http://nonio.eses.pt/interaccoes/artigos/K2.pdf>>. Acesso em: 21 de nov. de 2011.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Amazônia**: monopólio, expropriação e conflitos. São Paulo. Campinas, Papyrus, 1995.

PICANÇO, José Reinaldo Alves. **Reserva Extrativista do Rio Cajari**: Verso e reversoda territorialização no sul do Amapá. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2005. 158f. Dissertação (Mestrado em Geografia).

PICOLOTTO, Everton Lazaaretti. **Movimentos Sociais**: abordagens clássicas a contemporâneas. Revista Eletrônica de Ciências Sociais. ano I. ed. 2. Nov. 2007. <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&ved=0CC0QFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.editoraufjf.com.br%2Frevista%2Findex.php%2Fonline%2Farticle%2Fdownload%2F358%2F332&ei=o2-PUtKIJPGkQeC_YGoAQ&usg=AFQjCNE-NkOL7EK4e4wNXij-zj_YEcDJcw&bvm=bv.56988011,d.eW0> Acesso em 13 de mar. de 2012.

RAI. **História de luta dos extrativistas**. 2001. Entrevista concedida a Aldrin Mario da Silva Benjamin.

RAMOS, Pedro. Macapá, 2006. **Conselho Nacional dos Seringueiros**. Entrevista concedida a Antonio Sergio Filocreão.

_____. Macapá, 2007. Entrevista autobiográfica por José Bittencourt SILVA.

_____. Macapá, em ago. 2009. **Liderança Sindical**. Entrevista concedida a Antonio Sergio Filocreão.

RAGAZZINI, Dario. **Teoria da personalidade na sociedade de massa**: a contribuição de Gramsci. São Paulo. Campinas, Autores Associados, 2005.

RIBEIRO, Adalberto Carvalho. **Capital Social e Redes Sociais no Processo Organizacional de Comunidades Agroextrativistas no Amapá**. São Paulo: All Print Editora: 2011.

RIBEIRO, Adalberto Carvalho; FILOCREÃO, Antônio Sérgio Monteiro; CAMPOS, Índio. **A Socioeconomia da Castanha-do-Pará no Estado do Amapá**. In. KANZAKI, Luís Isamu Barros. **Desenvolvimento Sustentável em Áreas de Extrativismo da Castanha do Brasil no Sul do Amapá**: ecologia, socioeconomia, microbiologia, físico-química. Belém: Banco da Amazônia, 2009. p. 51-117.

RIBEIRO, Adalberto Carvalho; Ximenes Tereza. **Redes sociais no cooperativismo da castanha-do-brasil em áreas agroextrativistas na região sul do Estado do Amapá**. Pará, Revista de Estudos Sociais - ano 11, n. 21, v. 1, 2009.

SANTOS, José Vicente Tavares. **Conflitos agrários e terra**. In: Conflitos no Campo, Brasil 1997. Goiânia, Comissão Pastoral da Terra, 2008.

Disponível em

<http://www.academia.edu/4042785/RURALIDADES_AMAZONICAS_DINAMICA_ESPA_CIAL_NAS_TRILHAS_DOS_CASTANHEIROS_DA_VILA_DE_SOROROCA_NA_RESEX_CAJARI-AP>. Acesso: 14 out. 2012.

SANTILLI, Juliana. **Socioambientalismo e novos direitos: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural**. São Paulo, Petrópolis, 2005.

_____. **A distribuição socialmente injusta dos ônus gerados pelas políticas de criação e implantação de unidades de conservação ambiental em áreas ocupadas por populações tradicionais. A visão crítica do socioambientalismo e as tentativas de superação de tais discriminações sociais através de mecanismos jurídicos criados pela Lei do SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza)**. Disponível em:

<http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/GT/GT17/gt17_juliana_santilli.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2012.

SANTOS, Leidiane Vaz dos; FILOCREÃO, Antonio Sergio Monteiro. Crédito Rural e Aviação: mudanças e significados em áreas de agroextrativismo no sul do Amapá. Pará. Belém. VI Encontro Nacional da Anppas, set. Disponível em:

<<http://www.anppas.org.br/encontro6/anais/ARQUIVOS/GT3-1260-1214-20120630193719.pdf>> Acesso em: 17 de nov. 2012.

SOUSA, Walter Paixão; FERREIRA, Laura Angélica. **Os sistemas agrários com Castanha-do-Brasil (Bertholletia Excelsa H.B.K). Amazônia: Ci. &Desenvol.**, Belém, v.2, n.3, Jul. Dez, 2003.

SILVA, José Bittencourt da. **Política pública, reservas extrativistas e educação: uma discussão a partir da RESEX Rio Cajari, sul do Estado do Amapá**. Pará, Belém, 2007.

Disponível em:

<<http://educampoparaense.org/site/media/biblioteca/pdf/Politica%20publica,%20reservas%20extrativistas%20e%20educacao%20uma.pdf>> Acesso em: 28 nov. 2012.

SOUZA, Aldemir de Gomes. **Associação dos Castanheiros Água do Extrativista do Maracá**. 11 nov. 2012. Entrevista concedida ao grupo de pesquisa (Desenvolvimento Rural Amapaense) da UNIFAP, Filocreão; Flexa; Modesto; e Pinto.

SOUZA, Valdeci Santa Rosa. Macapá. Fev. 2006. **Cooperativa dos Produtores Agroextrativistas da Reserva do Rio Cajari**. Entrevista concedida a Antonio Sergio Filocreão.

TONI, Fabiano. **Novos Rumos e Possibilidades para os Estudos dos Movimentos Sociais**. São Paulo, BIBI. n° 52. 2001, pp. 79-104. Disponível em:

<http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=526&Itemid=435> Acesso em: 20 mar. 2012.

B IB , São Paulo, n ° 52, 2o semestre de 2001, pp. 79-104

VANDERLEIA, Maria. **Associação das Mulheres Agroextrativista do Assentamento Maracá**. Amapá, Maracá, 11 nov. 2012. Entrevista concedida ao grupo de pesquisa (Desenvolvimento Rural Amapaense) da UNIFAP, Filocreão; Flexa; Modesto; e Pinto.

YIN. Robert K. Estudo de Caso: **Planejamento e Métodos**. Porto Alegre, Bookman, 2010.

ZANOTTI, Lawrence Lubiana. **Cooperativas de Trabalho**. Espírito Santo. Nova Venécia, 1999. Disponível em: <
<https://www.google.com.br/#q=Lubiana.+Cooperativas+de+Trabalho>> Acesso em: 25 set. 2012.